

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva entender como se processa a produção e apropriação do espaço urbano de Itabira a partir da presença da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na cidade, com a construção de bairros operários, a extinção desses e de outros, em virtude de necessidades funcionais e produtivas. Objetiva, sobretudo, analisar a constituição e o papel dos atores e movimentos sociais em torno dos conflitos entre CVRD e moradores.

Itabira é uma cidade que surgiu do ciclo do ouro de Minas Gerais, no século XVIII, no ano de 1720. Nessa época, os bandeirantes iniciaram a primeira fase de exploração do ouro de aluvião ao longo do pequeno córrego da Penha. A pequena quantidade de ouro aluvião encontrada nos córregos não foi suficiente para dinamizar a economia da povoação. Só no final do século XVIII, quando ocorreu a segunda fase da mineração desse metal, a exploração tornou-se expressiva, o que produziu efeitos na expansão do núcleo urbano.

No início do século XX, as jazidas minerais de ferro de Itabira tornaram-se conhecidas internacionalmente por meio de estudos geológicos realizados por engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto e divulgados no Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, em 1910 (Pimenta, 1981, p. 27). Esse acontecimento despertou o interesse de grupos estrangeiros pelas jazidas de Itabira. Poderosos “syndicates” ingleses compraram as jazidas de ferro na região de Itabira identificadas pelos técnicos brasileiros, aproveitando-se das brechas da então Constituição Brasileira¹. Essa constituição garantia aos proprietários do solo a posse das minas existentes no subsolo, fossem eles brasileiros ou estrangeiros.

A partir de 1942, com a instalação da CVRD, Itabira consolidou-se como uma cidade monoindustrial.² A CVRD, uma empresa estatal, passou a influenciar a economia, interferir no espaço, na política e em outros aspectos da vida itabirana. A indústria extrativa se instalou junto à cidade imbricada no sítio urbano que se tornou cercado

¹A Constituição Brasileira de 1891 – a primeira Constituição Republicana - concedia o direito de uso do subsolo ao proprietário do solo, não fazia distinção entre um e outro.

²Predomina na cidade um só ramo industrial ou a única indústria de grande porte (Costa, 1979, p. 34).

pelas minas de minério de ferro diferentemente de outras áreas de mineração onde a exploração ocorre fora do perímetro urbano.

É importante ressaltar que, antes da chegada da Vale³, já existia uma cidade quase centenária. Havia, portanto, um espaço construído por uma sociedade que se dedicava a atividades econômicas - como exploração do ouro e de minério de ferro, siderurgia incipiente realizada em pequenas forjas, indústrias têxteis e alimentares, agricultura caracterizada pelo cultivo de produtos próprios da denominada “lavoura branca”, como arroz, feijão, uva usada para o fabrico de bebidas e, ainda, pecuária extensiva. A mão de obra utilizada na lavoura e pecuária era de ex-escravos empregados em regime de parceria, de colonos ou de outros assalariados rurais.

A preocupação motivacional da pesquisa refere-se ao estudo dos processos políticos e socioespaciais ocorridos em Itabira após a instalação da grande empresa mineradora e sua atuação na apropriação, produção e expropriação do espaço. Enfoca esta análise, sobretudo, os conflitos gerados pela maneira como a CVRD atua na destruição de bairros e a forma de organização da sociedade frente aos problemas originados quando de sua desocupação. E, ainda, leva em consideração os problemas enfrentados pela população residente nas adjacências da mineração: desvalorização das propriedades, descaracterização dos imóveis e da paisagem, poluição sonora e atmosférica, entre outros constrangimentos.

Os conceitos de espaço usados nessa análise são os de “espaço territorial” e “espaço social”, como indicados por Milton Santos & Maria Laura Silveira, originados das concepções sobre a produção social do espaço, a partir de autores como Henri Lefebvre, Edward Soja, David Harvey e o próprio Milton Santos.

Santos & Silveira (2001, p. 20) usam a noção de “espaço territorial” no sentido de “Estado, um espaço, mesmo que as “nações” sejam muitas, diferentemente da noção de território que nem sempre supõe a existência de um Estado. Para eles, o espaço territorial sujeita-se a transformações sucessivas, permanecendo sempre a essência –

³Denominação dada à COMPANHIA VALE DO RIO DOCE.

“uma ou mais nações, um Estado, um espaço”. Eles consideram o território usado como sinônimo de espaço geográfico e a necessidade de periodização dos diversos momentos históricos na análise da constituição do território. Os usos do espaço territorial diferem-se nesses momentos e são marcados por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e global, o comportamento do Estado e da nação e, certamente, as feições regionais e locais. Portanto, a redistribuição do processo social expressa as formas herdadas, e o processo paralelo, ao longo do tempo, de reconstrução da sociedade e do território “pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial” Santos (1997) apud Santos & Silveira (2001, p. 21).

Para Andrade (2002)⁴:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

O outro conceito de espaço utilizado neste estudo é aquele preconizado por Santos (1997, p. 49) & Carlos (1997, p. 17), o de espaço produzido a partir das relações sociais que nele se processam, constituindo-se o suporte da produção e da reprodução social.

Esses conceitos são usados nesta análise porque, os processos socioespaciais desenvolvidos em Itabira ao mesmo tempo em que implicam uma territorialidade não se explicam sem o exame das práticas de uma empresa que ali significou a ação direta do Estado para além da própria produção, interferindo no poder local, senão na própria reprodução social em sentido mais amplo.

No processo de apropriação e construção do espaço funcional da produção, a monoindústria modifica a paisagem, a estrutura urbana e muda o *design* espacial da cidade, sob o amparo legal de leis federais e *Decretos Expropriatórios* para mineração.

⁴ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de Souza; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. 5.ed., São Paulo: Hucitec, 2002. p. 213.

Tudo isso traz efeitos vários para o meio ambiente da cidade e para a população em geral.

Lefebvre apud Gottdiener (1997, p.129) observa que, “além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo”. O modo de produção, ao mesmo tempo em que se constitui produtor e produto, relação e objeto, é impregnado pelas relações socioespaciais de forma dialética que se opõe a redução a preocupações de classe ou de território⁵. Isso pode ser comprovado pela interferência da mineradora no espaço urbano de Itabira. O espaço da cidade constitui-se em objeto de consumo para a produção e para a acumulação - por meio da extração do minério de ferro. Ao mesmo tempo, há o consumo desse espaço, pela mineradora, como o local de reprodução da força de trabalho e suporte das relações sociais e de produção.

Lefebvre (1972)⁶ considera também que o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo que essa intencionalidade seja dissimulada sob aparentes coerências do *design* espacial. Para ele, o espaço é um elemento de poder nas mãos de alguns – uma classe dominante, por exemplo a burguesia, ou um grupo que representa a sociedade global ou aqueles que têm seus próprios objetivos, por exemplo os tecnocratas. Portanto, a representação do espaço serve a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada. No caso de Itabira, o espaço é um elemento estudado, conhecido, pensado, desejado pela CVRD em termos de viabilidade funcional e econômica, passando, assim, a representar um importante instrumento de poder nas mãos da empresa.

O espaço, também, assume caráter ideológico, isto é, político, e de saber pois comporta representações elaboradas. Portanto, ele é indissoluvelmente *racional-funcional* e *funcional-instrumental* porque, em sua função no domínio geral da sociedade neocapitalista, ele é estratégico e requer planejamento. A produção do espaço implica

⁵ Mais detalhes são fornecidos por Gottdiener (1997, p. 129).

⁶ Como se poderá observar nas referências bibliográficas apontadas no final desta dissertação, utilizei-me da tradução, ainda não publicada, dessa obra de Henri Lefebvre, originalmente publicada em 1972. Por esse motivo, as páginas não estão indicadas.

interesses divergentes e ação de grupos diversos que, no entanto, encontram uma unidade no Estado. Esse detém o poder de regulação e de regulamentação da ação dos diversos grupos envolvidos na produção e consumo do espaço como afirma Lefebvre (1972)⁷ “O espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução das relações de produção”.

Existem contradições entre os interesses dos diversos grupos na apropriação do espaço urbano em função do conteúdo prático e social, especialmente das peculiaridades capitalistas que regem as relações sociais e de produção. Existem conflitos inevitáveis entre, por exemplo, o poder dos proprietários do solo e a ação do Estado, isto é, entre o espaço abstrato - concebido, global e estratégico - e o espaço imediato - percebido, vivido - comercializado, esmigalhado e vendido em parcelas pela sociedade capitalista. Em Itabira, são notórias essas contradições advindas da atividade minerária, das necessidades da sociedade e dos diferentes segmentos sociais locais.

Itabira sedia uma atividade fortemente relacionada com o próprio território e, portanto, com o que Santos denominou de horizontalidades e verticalidades⁸. De fato, o papel de comando reservado à CVRD – dotada de poder econômico e político – e os pontos do território em que ela se instala, como no caso de Itabira, constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhe ser vantajosas. Por isso, muitas vezes, ela manter relações verticais com esses locais.⁹ Para Tylor e Thrift (1982, p.1604) apud Santos & Silveira (2001, p. 295): “o poder pode ser definido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhe são necessários, mas que também são necessários a outras organizações”.

A grande empresa, a CVRD, passou a desempenhar um papel central na produção, no funcionamento do território e da economia de Itabira. Sua hegemonia e poder impõem-se de forma tal que geram na sociedade e nos atores sociais locais uma acomodação, o

⁷LEFEBVRE, 1972, op.cit.

⁸Horizontalidades são extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada. Verticalidades são pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, sendo veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geográfica – circulação, distribuição e consumo, SANTOS (1999, p. 225).

⁹ SANTOS & SILVEIRA (2001, p. 291).

que traz efeitos perversos ao longo do tempo. Quanto mais racionais foram e são as regras da ação individual da mineradora, tanto menos tais regras serão respeitadas para com o seu entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico. Muitas vezes, essa hegemonia funciona como um elemento de perturbação e mesmo de desordem na cidade. Nesse movimento, tudo o que existia anteriormente à instalação da mineradora adapta-se às suas formas de agir e de interagir, mesmo que isso provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social.¹⁰

Com a presença da indústria extrativa imbricada no sítio urbano e a relação entre cidade/minas/mineração o espaço da cidade metamorfoseia-se. As serras, os picos, a paisagem de montanha e a fauna são destruídas e a flora descaracterizada. Passa a existir na cidade uma “paisagem vulcânica, montanha ferida, sangrando” (Melo, 2002)¹¹. Além disso, a partir da década de 1970, bairros inteiros são destruídos.

O processo de desenvolvimento, sobretudo o capitalista, produz efeitos externos¹², tanto positivos como negativos, que afetam as áreas localizadas nas adjacências das atividades produtivas. No caso de Itabira, especialmente áreas e bairros situados junto às minas são afetados por alguns efeitos negativos da atividade minerária – como poluição, degradação ambiental – principalmente a Vila Paciência.

As grandes mudanças nos espaços de Itabira se deram, principalmente, na década de 1970, época do “boom” da mineração. Intensificou-se a expansão da malha urbana em geral e iniciou-se a sua retração próxima às áreas a serem mineradas. Os anos setenta também representaram mudanças significativas na estrutura econômica e social de Itabira¹³, fato que coincide com o período do denominado “*milagre brasileiro*”, marcado pelas políticas de incentivo à produção para exportação e também pela grande intervenção do Estado na economia, por meio das estatais. “Esse período foi marcado

¹⁰ SANTOS (2000, p. 85).

¹¹ Marcial Antônio Peixoto de Melo, em entrevista concedida à autora em 10 de setembro de 2002.

¹² Mais detalhes são encontrados em HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

¹³ SILVA (2002, p. 49-90) faz uma análise detalhada desse tema.

ainda pela explosão demográfica, a explosão urbana e a do consumo e do crédito no Brasil”(Santos, 2000, p.135).

Nos anos cinquenta,, a CVRD já havia inaugurado os primeiros bairros funcionais na cidade, dando início ao processo de segregação e hierarquização espacial imposta. Os bairros que abrigavam empregados com baixa qualificação profissional foram instalados próximos às áreas de mineração e aqueles destinados aos funcionários de nível técnico e superior localizavam-se distante dessas. Posteriormente, os bairros situados junto às minas foram destruídos para dar lugar à instalação de equipamentos industriais, construção de estradas, abertura de novas frentes de mineração e usados como depósito de rejeito do processo minerário.

A eliminação dos bairros funcionais, pela CVRD, promoveu a dissolução de estruturas sociais já solidificadas ao longo do tempo de convivência em comunidade, criando problemas de várias naturezas para a população desalojada. Além disso, todo o processo de extinção das vilas se deu de forma invasiva, conflituosa e com prejuízo para os moradores, para a municipalidade e para o espaço urbano.

O foco deste estudo é a extinção da parte superior da Vila Paciência na década de 1980, a deteriorização da qualidade de vida da população ainda residente no restante dessa Vila e os conflitos gerados entre mineradora e moradores de forma mais intensiva na década de 1990. Tais conflitos estendem-se até os dias atuais em decorrência da expansão das áreas de mineração na Mina do Chacrinha e são intensos, contínuos, recheados de ações paliativas e de cooptação por parte da mineradora.

Alguns movimentos sociais surgiram em razão desses conflitos. Kriesi (1996) apud Toni (2001, p. 98) adiciona à trajetória de evolução dos movimentos sociais a *cooptação*, que é o estabelecimento ou o reforço de relações de poder entre dominador e dominado. Ressalta-se que a evolução dos movimentos sociais, no geral, não segue uma trajetória linear ou unidirecional, porque eles podem mudar de uma trajetória para outra de acordo com o contexto social, econômico, político e cultural dos participantes desses movimentos¹⁴, o que se verifica em Itabira. Toni (2001, p. 84) também afirma que “os

¹⁴ Uma análise detalhada dos movimentos sociais é oferecida por TONI (2001).

movimentos sociais necessitam do apoio de uma elite externa para decolar”. No caso da Vila Paciência nota-se que a inexistência desse apoio é um dos entraves à mobilização social.

A Vila Paciência é um bairro da “*cidade pública*”¹⁵ situado em área de *Decreto Expropriatório* para mineração construído a partir da década de 1970. No processo de desocupação da parte superior dessa Vila, os moradores foram deslocados para outros bairros da cidade, rompendo-se laços de vizinhança e sociabilidade, gerando para eles seqüelas várias.

A atual porção remanescente da Vila Paciência tornou-ser alvo de impacto e risco socioambiental, o que gera sérios problemas sociopolíticos. Essa situação torna a Vila Paciência um bom campo para análise dos processos de produção e apropriação do espaço a partir da interferência de uma poderosa empresa mineradora no espaço urbano, sobretudo com a construção e desconstrução de bairros. A pesquisa visa compreender o papel dos diversos atores sociais envolvidos nos processos de apropriação, produção e construção do espaço de Itabira, especialmente o papel da CVRD ao longo dos seus sessenta e um anos de atuação no município.

Já existem diversos trabalhos publicados sobre Itabira como o de Saint-Hillaire, narrando sua visita à região. Há um estudo geográfico de uma das antigas aglomerações urbanas de nosso Estado, nascida, como tantas outras, da atração do ouro, de Alisson P. Guimarães (1961) intitulado: Itabira a cidade e o minério. Outro estudo é o de Demerval J. Pimenta (1981) - A Vale do Rio Doce e a sua História. Nele o autor procura explicar, a partir da descoberta dos depósitos de minério de Itabira, toda a batalha política pela posse das jazidas, até a consolidação da Vale. Existem também os estudos da Fundação João Pinheiro – o primeiro - Itabira e a Política de Recursos Minerais (1981), faz uma análise da situação de Itabira em relação à política de recursos minerais e os efeitos dessa política e, o, segundo - Plano de Desenvolvimento Urbano de Itabira (1975) descreve e analisa a situação da cidade em seus aspectos socioeconômicos, físicos, a

¹⁵ Denominação dada por Costa (1979, p. 13; 65) às cidades formadas de maneira espontânea à medida que os fluxos migratórios se direcionam para a região, atraídos pelas oportunidades de emprego que são aparentemente oferecidas.

infra-estrutura urbana e de serviços; a situação administrativa da prefeitura e propõe alternativas para reorganização e planejamento da cidade. Outro estudo disponível é o de Maria Cecília de Souza Minayo (1986) sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira: uma análise do processo de trabalho na mineração e as condições gerais de produção abrangendo, portanto, a indústria e o próprio urbano como lugares de confronto capital x trabalho. Na monografia - Desenvolvimento Municipal, Mineração e Meio Ambiente: o caso da CVRD em Itabira - Vanja A Ferreira (1995) enfoca a dinâmica do crescimento de Itabira sob o ponto de vista ambiental. Há, ainda, um estudo realizado, em 1997, por Tânia M. Braga & Vanja A. Ferreira, em que é feita uma análise da atuação de grandes empresas em áreas urbanas e abordada a questão do meio ambiente em cidades monoindustriais da bacia do Rio Piracicaba. O mais recente trabalho é o de Maria das Graças Souza e Silva (2002) – A “Terceira Itabira”- Os Espaços Político, Econômico, Socioespacial e a Questão Ambiental que analisa as transformações – políticas, econômicas, socioespaciais e ambientais – ocorridas em Itabira, especialmente nos anos noventa.

Esta dissertação, por sua vez, vem somar aos demais trabalhos sobre Itabira porque, apesar de como os demais fazer uma retrospectiva da história política, econômica e social da cidade, explora um tema ainda não focado nos outros estudos: a interferência da CVRD na estrutura urbana da cidade com a construção e destruição de bairros, operários ou não, e os conflitos advindos dessa ação. Paralelo a isso, enfoca o processo de produção e apropriação do espaço de Itabira a partir da instalação e atuação de uma grande empresa mineradora junto ao sítio urbano e os efeitos do processo minerário para o meio ambiente e população da cidade. A política ambiental da CVRD, em Itabira, e sua eficácia são analisadas concomitantemente para se compreenderem as raízes dos conflitos e da insatisfação dos moradores quanto aos efeitos dessa política. A intenção é fazer uma abordagem científica da temática sem pretender esgotar outros enfoques ou mesmo denunciar culpados pela situação vivenciada pela população da Vila Paciência e de Itabira como um todo.

A pesquisa realizada para a construção desta dissertação baseou-se em dados secundários e, principalmente, numa série de entrevistas¹⁶ com atores sociais envolvidos

¹⁶Ver em anexo o roteiro utilizado nas entrevistas

no processo, particularmente os da Vila Paciência. Trabalhou-se com entrevistas estruturadas e outras semi-estruturadas gravadas, sempre com o consentimento dos entrevistados. Esse procedimento visou garantir o máximo de fidedignidade ao depoimento dos informantes tendo em vista que a análise das informações deles constituiu-se como um dos focos do trabalho.

Esta dissertação divide-se em duas partes. A primeira, aborda a produção do espaço de Itabira em função da mineração com a criação e a destruição de bairros em função dessa atividade. A segunda, refere-se e a questão da Vila Paciência; nela analisa-se a questão espacial, sociopolítica e ambiental da Vila Paciência.

O primeiro capítulo enfoca: a cidade do ouro e da exploração rudimentar do minério de ferro; a descoberta das grandes jazidas de minério de ferro no município - seus efeitos socioeconômicos - e a relação da cidade com as minas.

O segundo capítulo trata da mineração e degradação ambiental, a política ambiental da CVRD em Itabira – sua prática, seu discurso, seus efeitos sobre a cidade e a reação da população em relação à essa política.

O terceiro capítulo aborda a produção do espaço de Itabira após a instalação da CVRD. Parte-se da reestruturação econômica e urbana, analisa-se a instalação de bairros funcionais, o início da segregação residencial imposta pela mineradora e enfatizam-se os efeitos sociopolíticos da destruição desses bairros e de outros da “*cidade pública*”. Considera-se, também, o processo de extinção de outros bairros, na cidade, como contribuição para se entender o caso da Vila Paciência.

O enfoque do quarto capítulo recai sobre a problemática da Vila Paciência. O estudo inicia-se com a origem e caracterização dessa Vila. Foca as fases de sua constituição e da extinção de sua parte superior, os conflitos e as negociações entre a mineradora e os moradores em decorrência da desapropriação dos imóveis e o desalojamento desses, quando da sua destruição.

No quinto capítulo analisam-se as ações e reivindicações da população – um processo que implica o exercício de cidadania – e os trâmites das negociações atuais entre

moradores da Vila Paciência de Baixo e a CVRD, intermediados pelo Ministério Público.

As considerações finais sintetizam o resultado dos estudos realizados durante a pesquisa e apontam-se alguns caminhos que poderão servir de alerta aos planejadores de atividades situadas junto a espaços urbanos com concentração populacional sobre os impactos que venham a afetar diretamente as populações das áreas no seu entorno. Evidencia-se, também, nesta parte, a importância dos movimentos organizados de moradores das áreas atingidas pelos efeitos negativos dessas atividades na conquista de seus direitos legais e constitucionais.

PARTE I

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE ITABIRA EM FUNÇÃO DA MINERAÇÃO

Capítulo 1 – A CIDADE E AS MINAS DE FERRO

1.1 - A Cidade do Ouro e da Exploração Rudimentar de Minério de Ferro

Pedra Natal	
Ita	bira
pedra luzente	candeia seca
pedra empinada	sono em decúbito
pedra pontuda	tempo e desgaste
pedra falante	sem confiança
pedra pesante	paina de ferro
por toda a vida	viva vivida
pedra	
mais nada	

(ANDRADE, 1998, p. 39)

Itabira teve sua origem em 1720 quando os bandeirantes chegaram ao Pico do Cauê, onde encontraram grande incidência de ouro. Ali, ao sopé desse monte, se instalaram e iniciaram a exploração mineral. Transferiram-se mais tarde para as margens do Ribeirão da Penha, onde passaram a explorar ouro de aluvião e formaram, nesse local, um pequeno povoado. A abundância do ouro atraiu outras pessoas para a região. O povoado cresceu, tornando-se Vila em 1833. Segundo Saint-Hilaire (2000, p.122): “Itabira em 1817 possui muito ouro e a população se acha numa fase de notável esplendor. Nada faz lembrar o ar de decadência que aflige outros locais como Vila Rica e Catas Altas”.

A primeira fase da exploração do ouro em Itabira foi muito incipiente e descontínua. Os mineradores garimpavam em locais indeterminados e apareciam ali apenas ocasionalmente, como ocorreu em outros lugares do país. É o que se comprova em Simonsen (1957, p. 28)¹⁷:

¹⁷SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.,

A mineração do ouro no Brasil colonial teve aspecto acentuadamente aventureiro, quer pelo caráter das ocorrências e a sua localização, quer pela natureza dos seus exploradores e dificuldades da época.

Pelas características da exploração do ouro de aluvião e pela pequena quantidade desse encontrada nos córregos, essa atividade durou pouco tempo e o povoado pouco progrediu. Como num garimpo, o arraial tinha o aspecto de acampamento, com cabanas edificadas às margens dos córregos, mais ou menos próximas à capela e às casas comerciais.

Somente em fins do século XVIII foram descobertas as minas de ouro de Conceição, Itabira e Santana, que deram nova vida à povoação e atraíram garimpeiros de áreas vizinhas. O povoado passou, então, por transformações de ordem econômica, social, administrativa e cultural. O comércio cresceu, adaptando-se às demandas da população que se enriquecia com a exploração mineral.

A partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil, foi permitida a exploração das jazidas de ferro do país, atividade econômica que se desenvolveu principalmente em Minas Gerais. Nessa época, segundo Singer (1977, p. 206):

Fizeram-se várias tentativas de reativar a vida econômica da zona central de Minas Gerais mediante o estabelecimento da siderurgia do ferro. Nessa região existia matéria prima necessária e facilidade de aquisição de combustível, devido à presença de florestas e quedas d'água e a possibilidade de utilização de mão-de-obra escrava..

Em Itabira já se explorava o ferro, em pequena escala e somente o suficiente para suprir a siderurgia incipiente local; porém, essa atividade só tomou impulso a partir de 1808.

O desenvolvimento da exploração do ferro fez com que, no ano de 1817, o povoado de Itabira contasse com treze das trinta forjas de Minas Gerais, dentre elas as do Girau, onde se podia fundir de uma só vez uma arroba de ferro. Como noticiou Saint-Hilaire (2000, p. 128):

As forjas do Girau compunham-se de oito fornos, nos quais se podia fundir de cada vez uma arroba do metal – 32 libras. As forjas do Girau davam trabalho a cerca de 25 operários, cuja metade se compunha de escravos.

Havia, também, no povoado, uma manufatura de espingardas. Essas atividades trouxeram riqueza para alguns moradores, permitindo-lhes edificar construções imponentes para a época. Saint-Hilaire (2000, p. 122), no século XIX, encantou-se com o aspecto delas: “Havia muitas casas lindas, de sobrados e construíram-se novas, apesar dos enormes dispêndios que eram necessários fazer para retirar madeiras dos morros vizinhos”.

Em 1848, a Vila foi elevada a cidade. Nessa época, com o declínio da produção do ouro, a economia voltou-se para a produção destinada ao mercado interno. Produziam-se instrumentos de ferro utilizados na lavoura, na pecuária, no consumo doméstico, no fabrico de arreios, na tecelagem de algodão e na confecção de tecidos rústicos. Existiam, ainda, pequenas manufaturas, fábricas de alimentos e de bebidas e também atividades agropecuárias.

A estrutura urbana de Itabira, na primeira metade do século XIX, era semelhante à de outras cidades mineiras nascidas durante o ciclo do ouro em Minas Gerais, como afirma Andrade (2000, p. 574) “[...] a primeira Itabira, a Itabira do ouro, essa não tinha outra forma senão a que lhe traçavam com a ponta do pé os desbravadores sequiosos na sua exploração insensata e ruínosa das lavras”.

Apesar da existência de atividades manufatureiras em Itabira desde os primeiros anos do povoamento, somente no final do século XIX e início do século XX, instalaram-se na cidade duas fábricas de tecidos: Gabiroba (1897) e Pedreira (1917), cuja produção era vendida internamente e na região, dinamizando, de certo modo, a economia do município. FIG. 1. Essas fábricas, surgidas no período em que se buscavam alternativas econômicas, significaram uma opção relevante para a cidade, pois empregavam um número relativamente alto de mão-de-obra, produziam grande quantidade de tecidos, fios e outros produtos têxteis.

1.2 - A Descoberta das Jazidas de Minério de Ferro: Efeitos Econômicos

O minério marca a paisagem econômica de Itabira e as montanhas lhe configuram a paisagem física (GUIMARÃES, 1961, p. 109).

No início do século XX, alguns empresários ingleses residentes na cidade também exploraram ouro, de maneira rudimentar, na Serra da Conceição e no pico do Cauê. Na primeira década desse século, esses estrangeiros tomaram ciência da existência de grandes quantidades desse minério na região. Adquiriram, então, dos fazendeiros locais, imensas áreas de terra que continham abundantes jazidas.

A existência do minério de ferro foi confirmada pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo, em 1910 (Pimenta, 1981, p. 27). As minas passaram, então, a ser cobiçadas por estrangeiros - americanos e europeus.

Os ingleses organizaram a Itabira Iron Ore Company em 1911 e compraram terras num total de 76,8 milhões de metros quadrados, contendo mais de um bilhão de toneladas de minério. A região de Itabira abrigava uma das maiores reservas de minério de ferro do país. Os objetivos dessa Companhia eram garantir e explorar as jazidas das serras de Conceição, de Santana e do pico do Cauê, situadas no município de Itabira e, também, controlar a Estrada de Ferro Vitória a Minas¹⁸ (EFVM) que já havia sido construída no início da década de 1900, e da qual a Companhia detinha 73,3% das ações¹⁹.

Na ocasião, o governo mineiro, percebendo que grupos estrangeiros e também nacionais só se preocupavam em conservar a propriedade das terras para uma futura exportação de minério de ferro e manganês, sem investir uma parte do lucro obtido com as exportações na instalação de usinas siderúrgicas no país, estabeleceu taxas no valor de duzentos réis sobre a exportação de minério, visando ao desenvolvimento econômico do estado e do país. O governo mineiro resolveu agir, utilizando-se dos meios que lhe facultava a Constituição Brasileira, no sentido de estabelecer taxas sobre exportação de minério. Daí surgiu a lei nº 553, de 24 de setembro de 1910 – artigo 9º: “a taxa de exportação de minério de ferro é de duzentos réis por tonelada e de 100 réis por tonelada de ferro-gusa

¹⁸A construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas iniciou-se em 30 de março de 1903 (PIMENTA, 1981, p. 25).

¹⁹ COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD 50 anos de história. Rio de Janeiro: 1992. p. 26.

e aço, ficando revogada a letra “a” do artigo 1º da Lei nº 493, de 11 de setembro de 1909, que fixava em cinco réis”. Somente com o advento dessa lei, o sindicato inglês dignou-se a entrar em contato com o governo do estado de Minas. O grupo inglês recusou-se a pagar a quantia exigida pela administração estadual. O governo do estado, então, não aceitou a proposta e não fez o convênio (Pimenta, 1981, p. 32).

Além disso, grupos mineiros influentes, exprimindo o espírito nacionalista, pressionaram o governo de Minas Gerais no sentido de estabelecer cláusulas contratuais que restringissem o poder da Itabira Iron Ore Co e de outros grupos estrangeiros que visassem somente à exploração e exportação das riquezas minerais brasileiras.

Diante das imposições do governo mineiro para o funcionamento da Itabira Iron Ore Co, da resistência dos grupos nacionalistas e da opinião pública estadual, essa Companhia não chegou a funcionar no município. Contribuiu, para isso, também, o fato de que a Itabira Iron não conseguiu levantar, no exterior, os recursos avaliados em cinquenta milhões de dólares necessários à construção das linhas férreas, usinas siderúrgicas e cais de minério, conforme as determinações estabelecidas pelo Governo Federal, em 8 de agosto de 1930. O presidente Getúlio Vargas exigiu que a empresa cumprisse suas obrigações e prazos contratuais mas, sem recursos para tal, o contrato foi declarado caduco pelo Decreto nº 20046, de 27 de maio de 1931 (Pimenta, 1981, p. 49).

Em sete de agosto de 1939, um grupo de empresários brasileiros chefiado pelas empresas Minas do Rio Carvão, Castro Lopes & Tibiriçá, Mineração de Penedo e Banco Ribeiro Junqueira fundou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. com o objetivo de obter as mesmas concessões e favores conseguidos e constantes do contrato da Itabira Iron Ore Company com o governo brasileiro e incorporar a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (Pimenta, 1981, p. 61).

Em 1941, outro grupo de brasileiros composto pelos Srs. Afonso Pena Júnior, José Monteiro Ribeiro, Álvaro Mendes de Oliveira, Gastão de Azevedo Villela, Mário W. Tibiriçá, Edmundo de Castro Lopes, Amyntas Jacques de Moraes e Francisco F. Pereira, fundou a Companhia Itabira de Mineração²⁰ no intuito de explorar as minas de Itabira, já

²⁰Mais detalhes sobre essa Companhia, são encontrados em PIMENTA, Demerval José. *A Vale do Rio Doce e sua História*. Belo Horizonte: Vega, 1981. p. 63-65.

então de propriedade de Percival Farquhar²¹, que as adquirira da Itabira Iron Ore Company. Pelas dificuldades enfrentadas no início da Segunda Guerra Mundial e em virtude do Acordo de Washington, de 3 de março de 1942, as Companhias, formadas por brasileiros, também não funcionaram no município.

As três primeiras décadas do século XX foram de estagnação e de decadência econômica em Itabira pelo declínio da exploração ferrífera e do ouro e pela falta de novas atividades capazes de gerar empregos, renda e de manter a mão-de-obra existente na cidade. Muitos itabiranos transferiram-se para outros centros urbanos onde surgiram outras indústrias, em busca de novas oportunidades de emprego (MINAYO, 1986, p. 47).

Essa situação de decadência se estendia, também, por toda a economia mineira. Registrou-se redução drástica das exportações de café – atividade mais importante da época – com queda de arrecadação dos impostos de exportação, aumento da dívida pública e crescimento da corrente emigratória do estado. A situação do estado de Minas era realmente alarmante. A expansão da produção de alimentos, especialmente, a de milho, arroz, cana de açúcar e de feijão não foi suficiente para compensar a queda da produção cafeeira. A produção mineira de alimentos destinava-se ao autoconsumo e possuía baixo grau de mercantilização.

A estagnação da economia mineira na década de trinta teve efeitos nocivos em Itabira, expressos na sua estrutura econômica, urbana e social. As pequenas fábricas, por exemplo, a fábrica de tecidos da Gabiroba e da Pedreira, passaram a sofrer concorrência das novas indústrias instaladas no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, que possuíam uma estrutura econômica, administrativa e produtiva mais moderna, produzindo mais e a preços mais competitivos, conseguindo, portanto, novos mercados em todo o país. Itabira, nessa década, era uma “*cidade amável e pacata*” (Alvim,1980)²². A cidade era

²¹Percival Faquhar – *entrepreneur* norte-americano, representante da Itabira Iron Ore CO no Brasil. CVRD, op. cit 1992, p. 28.

²²ALVIM, Clóvis. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

também considerada monótona, triste e sem opções de emprego. Andrade (1967, p. 572), quando descreveu Itabira, em *Vila de Utopia*, assim se expressou:

A cidade não avança nem recua. A cidade é paralítica. Mas de sua paralisia provêm a sua força e a sua permanência. Os membros de ferro resistem à decomposição. Parece que um poder superior tocou esses membros encantando-os. Tudo aqui é inerte, indestrutível e silencioso. A cidade parece encantada. E de fato o é. Acordará algum dia? Os itabiranos afirmam peremptoriamente que sim. Enquanto isso, cruzam os braços e deixam a vida passar. A vida passa devagar, em Itabira do Mato Dentro.

Até a década de 1940, Itabira era uma pequena cidade com uma população urbana de 6 254 habitantes²³, isolada no interior de Minas Gerais, apesar de possuir um espaço urbano e uma sociedade estruturada. Existiam várias escolas de primeiro e segundo graus, teatro, clubes, jornais e uma elite que acumulou riquezas com a exploração de ouro, de ferro e outras atividades econômicas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a necessidade de ferro para a produção de aço a ser utilizado pela indústria bélica dos países aliados levou o governo brasileiro a atender ao apelo dos governos inglês e americano para que o país lhes fornecesse minério de ferro. Foram estabelecidos, entre eles, os “Acordos de Washington”²⁴, por meio dos quais instituiu-se a Companhia Vale Rio Doce (CVRD). Por esses acordos, o governo inglês devolveu, sem nenhum ônus ao Estado brasileiro, as minas de Itabira e a Estrada de Ferro Vitória a Minas pertencentes à Itabira Iron, após haver indenizado os seus proprietários ingleses. O governo americano se comprometeu a fazer um empréstimo ao Brasil, no valor de 14 milhões de dólares, por meio do Eximbank e destinados à instalação da mineradora e à ampliação e ao reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória a Minas, ligando Itabira ao porto de Vitória (ES). Em troca, o Brasil deveria fornecer-lhes minério correspondente a 1.500.000 toneladas/ano, por um prazo de três anos, a preços subsidiados (PIMENTA, 1981, p. 84).

A partir dessa época, as minas de Itabira passaram a ser exploradas pela CVRD, uma empresa estatal. O temido monopólio dos ingleses sobre as minas, sobre a exportação de

²³ IBGE – Censo demográfico de 1940.

²⁴ A criação da CVRD e o Acordo de Washington estão descritos detalhadamente em PIMENTA, Demerval José. *A CVRD e sua História*. Belo Horizonte: Vega, 1981.

minério de ferro e sobre o transporte ferroviário foi substituído, a partir de então, pelo monopólio estatal. A presença do Estado justificou-se pela incapacidade ou desinteresse dos grupos nacionais privados de implantarem projetos de tal envergadura – pois não possuíam recursos financeiros e técnicos. À época, a iniciativa privada temia enfrentar tal empreendimento, pois muitos empresários já acumulavam prejuízos em função da Primeira e da transcorrência da Segunda Guerra Mundial (DINIZ, 1981, p. 56).

Contribuiu para a instalação da Vale, a ideologia nacional desenvolvimentista²⁵ atrelada à idéia de segurança nacional defendida por uma parcela da elite governamental e do exército. Esses aspectos levaram a um implícito acordo que se estendeu, em etapas seguintes da história econômica nacional, em outras formas de articulação entre capitais públicos e privados, nacionais e estrangeiros.

1.3 - A Relação da Cidade com as Minas de Minério de Ferro

“Itabira é um resto de Minas que está deixando de ser; está virando muito mais Gerais, aquele esquema de mineração, aquele sofrimento, a angústia da mineração que exaure, e ninguém sabendo o que vai acontecer [...]”
(LAGE)²⁶

A cidade de Itabira localiza-se acerca de cem quilômetros a nordeste de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais e possui uma área de 1305 km². FIG. 2.

Situa-se a nordeste do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, mas geologicamente faz parte desse, que se caracteriza, sobretudo, pela presença de formações ferríferas constituídas por corpos de hematita e itabirito. A estrutura geológica do solo, datada das eras arqueozóica e proterozóica²⁷, deu origem às imensas jazidas de minério de alto teor ferrífero, exploradas industrialmente há mais de sessenta anos pela CVRD. As minas de ferro estendem-se do pico do Cauê à Serra da Conceição e se acham imbricadas no sítio urbano, em cotas altimétricas mais elevadas do que esse. A existência das jazidas minerais e a localização das minas condicionaram, de maneira particular, a produção do

²⁵Política voltada para um grande desenvolvimento interno, calcado na política de desenvolvimento de base nacionalista, adotada na década de trinta.

²⁶ Otaviano Lage. Década de 1980.

²⁷CVRD: Mineração Itabira-Timbopeba. 1988, p. 8.

espaço em Itabira. As minas barram o crescimento da cidade nas direções norte a noroeste e sua exploração industrial levou ao desaparecimento de vários bairros próximos a elas, tais como Sagrado Coração de Jesus, Vila Conceição de Cima, Vila Cento e Cinco, aglomerado da Camarinha e parte superior da Vila Paciência.

Também o processo de urbanização desenvolvido na cidade com instalação de bairros próximos às minas, ou mesmo em áreas de jazidas minerais, resultou em problemas urbanos e ambientais de difícil solução. Esses problemas poderiam ter sido evitados se fossem adotadas medidas efetivas de planejamento urbano no sentido de direcionar o povoamento para as áreas mais distantes da mineração e dos bairros anteriores a essa. Porém, não houve preocupação do poder público municipal com o planejamento urbano quando a cidade passou a ser pólo de atração populacional, principalmente a partir da década de 1970 - momento da expansão da atividade minerária no município. Faltou, também, força política da administração municipal para exigir, da mineradora, medidas capazes de atenuar ou mesmo evitar os efeitos nocivos da mineração. Houve conivência da prefeitura com a empresa e com a população quando permitiu que se construíssem bairros no entorno das minas. O poder e a hegemonia da CVRD sobre a cidade e a sociedade local, muitas vezes, sobrepuseram-se às necessidades da população em termos de organização do espaço urbano. Para Carlos (1994, p. 191):

A cidade é produzida em função de interesses políticos e econômicos e não em função das necessidades reais da população. Este fato demonstra a associação do poder público com a esfera do capital, na produção da cidade.

Capítulo 2 – MINERAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – EFEITOS SÓCIOPOLÍTICOS

2.1 – Mineração, Degradação Ambiental e Política Ambiental da CVRD em Itabira

Vista do alto, Itabira mais parece uma série de “minas” a céu aberto, com algumas casas dentro. Este câncer que atingiu a nossa cidade vai deixar três crateras na superfície de suas terras, as águas podres e ácidas, o clima aleatório e fétido e alguns milhares de indivíduos tentando reviver o que poderíamos chamar de “Prostituta do Capitalismo Selvagem” (GONÇALVES)²⁸.

A mineração causa danos ao meio ambiente da cidade e à população em geral, que, constantemente, é afetada pelos efeitos exteriores do processo minerário. A degradação ambiental em Itabira se faz presente desde o início da exploração mineral pela CVRD, em 1942. Porém, naquela época, em Itabira como em outros lugares, não havia a preocupação de conciliar atividade econômica com qualidade ambiental. Até a década de 1970, a empresa não dispunha de nenhum tipo de política ambiental estruturada com vistas a reduzir os danos ocasionados ao quadro natural e ao bem estar da população.

Somente a partir dessa década é que a Vale implantou, sobretudo em Itabira, programas de controle ambiental em suas minas, por força de pressão da sociedade civil e de empresas internacionais para as quais exportava sua produção. Nos países-sede dessas empresas, a obediência às normas ambientais já era uma prática desde os anos setenta.

Portanto, a iniciativa da CVRD não pode ser analisada como uma ação isolada. Ela insere-se num momento de tomada de consciência e preocupação da população mundial com o meio ambiente do planeta. Essa preocupação só começou a tomar dimensão política, internacionalmente, a partir de 1972, quando aconteceu, em Estocolmo – Suécia, a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente. Ali foram estabelecidos paradigmas e parâmetros ambientais a serem seguidos, no intuito de garantir sustentabilidade ao planeta.

²⁸GONÇALVES, Fernando Duarte. *Jornal O Cometa Itabirano*. Itabira, n. 9.

No Brasil, somente a partir da década de 1980, a preocupação ambiental criou força com o surgimento de associações e grupos comunitários ambientalistas, agências estatais de meio ambiente; grupos e instituições científicas que realizaram pesquisas sobre a problemática ambiental, entre outros. Também foi nessa época que se estruturou uma legislação ambiental mais rigidamente definida no país e que a CVRD começou a atribuir maior importância aos danos decorrentes de suas atividades na área, passando a adotar medidas mais efetivas de controle ambiental.

A demanda social por uma nova consciência ecológica no Brasil foi simbolizada na Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992. Esse evento global, realizado no Rio de Janeiro, tornou patente, para os brasileiros e para o mundo, ser necessário inventar um outro padrão de desenvolvimento que superasse a tradicional forma como a sociedade industrial vinha tratando a natureza. Isso significou a construção coletiva e negociada de uma Agenda, que teve como signatários 178 chefes de Estado e de governo e configurou-se como um pacto internacional. Essa agenda partiu de um diagnóstico geral em que se mostrava a degradação social inerente ao cenário de destruição ambiental (Minayo & Miranda, 2002, p. 16- 18). Mostrava como, no paradigma antropocêntrico de dominação da natureza, o ciclo de exploração da matéria-prima ao consumo vinha deixando sua marca predatória na contaminação do solo, no aporte e na qualidade da água, na contaminação atmosférica. A forma irresponsável de lidar com o ambiente estava tornando precária, e sem perspectiva de futuro, a vida de todos os seres vivos, desde os vegetais, animais até as sociedades humanas, no planeta terra.

A *Agenda Global* ensejou a *Agenda 21 Brasileira*, revista e comemorada em 2002 (10 anos após a ECO-92) que reafirma a necessidade de retomar o desenvolvimento sustentável; de reduzir as desigualdades sociais; de promover a ecoeficiência e a responsabilidade fiscal das empresas; de promover a qualidade da água e combater a poluição do ar e do solo; de implantar a administração integrada e os instrumentos econômicos de gestão ambiental, entre outros (MINAYO & MIRANDA, 2002, p. 16-23).

A adequação industrial à legislação ambiental vigente seria um primeiro passo para se atingir uma qualidade de vida ambiental sustentável. A exigência do mercado externo de cobrar das empresas exportadoras o uso de padrões tecnológicos já implementados nos países industrializados desenvolvidos levou as empresas brasileiras a adequar seu processo de produção às normas internacionais relativas à qualidade ambiental. Tais normas transformaram-se em barreiras comerciais não-tarifárias, tanto em nível do produto quanto do processo produtivo. As barreiras de produto são as relacionadas ao produto em si e aos efeitos de seu consumo; as de processo são aquelas criadas para impedir a importação de produtos cujo processo de produção resultem em danos ambientais superiores àqueles pré-determinados. Essa última estabelece padrões fixos de emissões industriais; padrões tecnológicos ou normas e/ou procedimentos de produção e gerência. Em relação à barreira de processo estabeleceram-se: padrões físico-químicos para a emissão de efluentes líquidos e/ou gasosos; padrões tecnológicos, o que levou as empresas a adotarem equipamentos do tipo *end of the pipe*²⁹ e normas e procedimentos de produção e de gerência. Nesse último caso, enquadra-se a ISO 14000, que visa avaliar a qualidade da gestão ambiental³⁰ das empresas.

A ISO 14000³¹ foi instituída internacionalmente como forma padronizada de tratar a questão ambiental. A CVRD conseguiu esse certificado e adotou suas prerrogativas e o fez, não só pela consciência ecológica de seu corpo dirigente, mas por causa da pressão das empresas compradoras de minério e pela pressão social dos atores sociais itabiranos.

²⁹Equipamentos *end of the pipe* são aqueles adicionados ao final do processo produtivo para filtrar ou tratar os poluentes já emitidos. (TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. *População e meio ambiente-debates e desafios*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 340).

³⁰Mais detalhes são encontrados em BARBIERI (coord.) et. al. *Atividades Antrópicas e Impactos Ambientais*. In: PAULA, João Antônio de (coord.) et. al. *Biodiversidade, População e Economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/ CIAMB, 1997. p. 307-308.

³¹O certificado de qualidade ambiental ISO 14000 é, em resumo, uma coleção de normas e documentos baseada na norma ambiental britânica denominada BS 7750, que estabelece que uma gestão ambiental de qualidade deve contemplar, entre outros, os seguintes pontos: tratamento sistêmico da qualidade ambiental; levantamento de normas e leis ambientais; revisão inicial de todos os processos e procedimentos industriais; avaliação e registro dos problemas ambientais existentes; estabelecimento de uma política ambiental que contemple objetivos e metas claras e de fácil mensuração; registro de procedimentos de produção e controle operacional; realização de auditorias periódicas; análises críticas periódicas e melhoria contínua do sistema de gestão; comprometimento de toda a empresa, do presidente ao chão de fábrica. BRAGA, Tânia; FERREIRA, Vanja A. Sociedade, poder e meio ambiente. In: PAULA, João Antônio de (coord.). *Biodiversidade, população e economia*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS/PADCT;CIAMB, 1997. p. 502-503.

O complexo minerador de Itabira compreende as unidades de Cauê, Minas do Meio (Onça e Chacrinha) e o Complexo de Conceição (Dois Córregos, Periquito e de Conceição). A CVRD preparou-se para obter a certificação pela norma ISO 14000, desde o início de 2002. Todas as equipes desse complexo seguiram as diretrizes estabelecidas por essa norma, por meio dos procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental. Para o atual gerente desse sistema:

A obtenção da certificação não significa que a empresa nunca mais terá problemas ambientais. É um compromisso que ela assume de organizar a sua gestão ambiental com base em normas aceitas internacionalmente, na busca de melhoria de seu gerenciamento e conseqüentemente da minimização de seus impactos³².

Essa certificação foi concedida à CVRD, no dia treze de novembro de 2002, pela Dutch For Accreditation (RVA), com sede na Alemanha, a partir de auditorias realizadas pela Det Norske Veritas (DNV). Nessas auditorias, verificou-se a adequação do Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental da CVRD em relação às normas da ISO 14000. A obtenção dessa certificação significa que a empresa identificou seus problemas ambientais e possui um plano de melhoria contínua a respeito da redução de poluentes-hídricos, atmosféricos e de ruídos. Segundo um analista ³³ de qualidade, da empresa:

Ganha-se muito com a certificação pela mudança de atitude e comportamento, desde o gerente até o funcionário de nível mais baixo, buscando atividades que melhorem efetivamente a qualidade ambiental. A Vale e a comunidade ganham com a certificação.

Braga & Ferreira (1997, p. 502-503) ao se referirem ao certificado de qualidade ambiental da ISO 14000, também apontam alguns aspectos positivos dessa certificação:

A certificação não atesta a qualidade ambiental do produto ou do processo *stricto sensu*; significa apenas que a empresa localizou seus problemas e possui um plano de melhoria contínua.

A ISO 14000, caso consiga sistematizar a gestão ambiental dentro das empresas, tornará também possível a materialização da preocupação ambiental dentro da lógica econômica, sendo esse um dos seus maiores pontos positivos. Um outro ponto positivo é que a adoção da ISO 14000 obrigará o setor empresarial a tratar da questão ambiental de forma mais séria e abrangente do que tem sido a rotina.

Por outro lado, Braga & Ferreira (1997, p. 502 ;505) mostram-se também preocupadas com os efeitos perversos da ISO 14000:

³²JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 25, set. 2002. p. 8.

³³José Dom Carlos Alves Santos, em entrevista à autora em 23 de outubro de 2002.

É interessante examinar de forma breve a relação entre o discurso ecológico e a lógica econômica: o primeiro servindo como uma cortina de fumaça ideológica, ao encobrir a lógica econômica de oligopolização de mercados que está por trás da adoção dos selos verdes e da ISO 14000. A adoção de um discurso ambiental pelas empresas é também uma eficaz estratégia de enfraquecimento das críticas ambientalistas à indústria, a seus padrões tecnológicos e aos padrões de consumo da sociedade atual. [...] A ISO 14000 é, na realidade, uma carta de intenções e sua ênfase em procedimentos incentiva a permanência de tecnologias obsoletas ao não conferir o devido lugar à necessidade de mudança tecnológica, questão central quando se fala em poluição ambiental.

Espera-se que, com a obtenção dessa certificação, a CVRD adote medidas estruturais eficazes, permanentes e em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável no seu processo produtivo. Processo esse que engloba- detonação das minas, beneficiamento do minério extraído, transporte e escoamento da produção. Os resultados esperados da adoção, pela mineradora, das diretrizes constantes desse certificado são a mudança efetiva de postura da empresa em relação ao ambiente da cidade, tanto o natural como o construído, e a redução dos efeitos negativos do processo minerário para o meio ambiente, para a qualidade de vida e bem-estar da população de Itabira.

2.1.1 - A Política Ambiental da CVRD e Seus Efeitos em Itabira

A CVRD, baseada em trabalhos e pesquisas científicas, criou, em 1980, o Conselho Técnico de Ecologia, composto por cientistas de várias universidades brasileiras. O papel desses pesquisadores era o de orientá-la no tratamento dos aspectos ambientais relacionados à implantação do projeto Carajás e às operações da empresa em Minas Gerais e Espírito Santo. Esse Conselho deu origem ao Grupo de Estudos e Assessoramento sobre o Meio Ambiente (GEAMAM), responsável pela elaboração e implantação da política ambiental da empresa.

Em 1986, a Vale criou uma Divisão de Meio Ambiente na Superintendência das Minas e contratou consultoria visando elaborar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), aprovado posteriormente pela FEAM. Esse plano compunha-se de doze projetos que incluíam: monitoramento do índice de material particulado no ar, aspersão das frentes de lavras, irrigação das estradas nas minas, aspersão de vagões de minério

com polímero, hidrossemeadura de taludes, implantação de cinturão verde ao redor de algumas minas, sistema de detonações das rochas programado, monitoramento da água existente nas minas, monitoramento dos parâmetros climáticos da cidade, implantação do Parque Ecológico do Itabiruçu e o Projeto Verde Novo³⁴. Apesar de ser um plano ambiental abrangente, salienta-se que o PRAD não foi implantado e efetivado integralmente pela empresa, não resolvendo, e até mesmo agravando, os problemas ambientais locais.

Na realidade, as ações do PRAD que se efetivaram tiveram como viés a busca de melhoria da imagem da empresa junto à população local e aos órgãos internacionais. Esses últimos estabeleceram, como critério para negociações com a mineradora, o comprometimento dela com a nova política ambiental vigente nos seus países de origem. Muitas das medidas propostas no PRAD vigoraram por pouco tempo, como se constata no caso do projeto de educação ambiental destinado à sociedade local. Para o desenvolvimento desse projeto foi criado o Parque Ecológico do Itabiruçu, gerenciado pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira (FACHI) em convênio com a CVRD. O Parque foi implantado numa área reservada para deposição de rejeitos no futuro mas, quando houve necessidade desse local para expandir as áreas de produção mineral na mina de Conceição o Parque e o projeto de educação ambiental foram extintos.

Embora esse projeto tenha sido um sucesso junto à comunidade e reconhecido de utilidade pública pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), a sua extinção não foi acompanhada de nenhuma reação do poder público municipal, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), da FEAM e dos demais atores sociais. A sociedade perdeu mais um espaço conquistado da Vale. Essa postura de imobilidade é uma característica da sociedade local ao longo do tempo de convivência com a mineradora e é comprovada pelos estudos realizados, em Itabira, por Minayo (1986) e Silva (2002). Construiu-se, em Itabira, uma postura social de acomodação e a sociedade, muitas vezes, não reage às determinações da CVRD, mesmo quando isso lhe

³⁴ ~~Projeto desenvolvido pela~~ Projeto desenvolvido pela CVRD em Itabira, no ano de 1992, de plantio de 1,5 milhões de árvores nativas e exóticas na cidade e em áreas no seu entorno.

traz prejuízo. Cardoso (1992)³⁵ também se referiu à dominação da CVRD em relação à cidade que se justificava pela sua participação na economia do município.

De fato, a onipresença da mineradora é flagrante em Itabira, tanto por seu emblema nacionalista caracterizado por um losango branco de fundo preto que passeia por todas as atividades da cidade, quanto pelos rechonchudos números que ali despeja em forma de salários, de ICMS e royalties. [...] Misto de algoz e mecenas dos itabiranos, a Vale, ao mesmo tempo em que devasta o meio ambiente e toma algumas iniciativas eficientes ou não para recuperá-lo, está com um pé fincado em grande parte das atividades da comunidade, desde a área cultural até a saúde.

A época em que a CVRD adotou uma política ambiental em Itabira coincidiu com a abertura de novas frentes de mineração, principalmente em Carajás³⁶, em 1985, e Timbopeba³⁷, em 1983. O que ela realizou em Itabira no âmbito do meio ambiente, resultou da pressão de organismos internacionais como o Banco Mundial, de políticas ambientais adotadas em Timbopeba e Carajás ou mesmo da mobilização e da pressão de alguns segmentos e atores sociais de Itabira, como a imprensa e o CODEMA que denunciaram as más condições ambientais na cidade. Porém, o grande marco da implantação de uma política ambiental pela Vale, em Itabira, decorreu da Ação Civil Pública contra ela, denunciando a poluição atmosférica e a degradação ambiental local, proveniente do processo minerário. Isso a levou a adotar tecnologias e medidas práticas no sentido de minimizar e evitar o que foi denunciado pela imprensa e pelo CODEMA.

A partir dos anos oitenta, a CVRD levou a efeito novas medidas relacionadas ao meio ambiente da cidade, também, sob pressão da sociedade civil organizada, de outros atores sociais, de órgãos internacionais como Banco Mundial e outros de defesa do meio ambiente como COPAM, FEAM e, ainda, por força de lei e de acordos com Ministério Público.

Inserido na Licença de Operação Corretiva (LOC) a ela concedida pela FEAM, a CVRD

³⁵CARDOSO, Marisa. Mina de preocupações. *Revista Isto É Minas*. Belo Horizonte, 19 ago. 1992.

³⁶O Projeto Ferro Carajás foi inaugurado em 1985. *Companhia Vale do Rio Doce – 50 anos de sua História*, 2002. p. 210.

³⁷O Projeto Timbopeba entrou em operação em 1983. Fonte: Perfil Histórico. www.cvrld.com.br.

instituiu, em 2000, o Programa de Envolvimento e Mobilização Social - PEMSO³⁸ que engloba membros da comunidade itabirana e desenvolve um programa de educação ambiental destinado à população, aos professores e às lideranças comunitárias da cidade. Para a efetivação desse programa, são definidos os bairros com maiores problemas ambientais, principalmente em relação aos impactos resultantes da atuação da empresa. A Vale, por meio de assessoria especializada, treina agentes comunitários com o objetivo de formar lideranças. Essa medida traz benefícios para os membros das comunidades que participam desses treinamentos. A princípio poder-se-ia pensar que essa medida traria benefícios para a empresa, tornando-os envolvidos com ela. No entanto, à medida que essas pessoas participam desse projeto, tomam conhecimento de outras realidades e há um despertar da consciência política - a atitude de convivência esperada deles, pela Vale, poderá não se concretizar.

Com o PEMSO, a CVRD propõe também colher sugestões, mobilizar a comunidade para fazer parceria e ganhar a simpatia da população em relação às suas ações relativas à questão ambiental. Tal atitude da Vale é vista com desconfiança por grande parte dos itabiranos e por alguns segmentos sociais. Ainda é considerada por eles como mais uma forma de cooptação da sociedade pela empresa e, também, como maneira de ela atender os seus interesses imediatos no cumprimento da Licença de Operação Corretiva (LOC)³⁹. Numa entrevista concedida a Silva (2002, p. 138), um jornalista local referiu-se ao PEMSO dizendo: “A Vale fez aquele tal de PEMSO, com m. Já começou errado, pensar com m... É uma forma da Vale utilizar-se da comunidade, fazê-la pensar conjuntamente, pegar as idéias dela, para depois utilizar aquilo a bel prazer dela”.

Coincidentemente, a palavra penso é empregada, em Portugal, com o significado de paliativo, curativo⁴⁰. Vários itabiranos temem que esse programa seja mais uma “ação

³⁸PEMSO é uma condicionante, nº 49, da Licença de Operação Corretiva, que tem por objetivo assegurar técnica, financeira e politicamente a implantação e continuidade do Programa de Educação Ambiental em Itabira. (JORNAL MINAS SUL – CVRD, ano II, n. 22, jun.2000, p. 4. Edição Especial).

³⁹Licença de Operação Corretiva foi concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) às empresas para que possam funcionar, segundo as normas ambientais previstas em lei.

⁴⁰Agradeço ao meu orientador, filho de português, pela observação quanto a essa outra acepção do verbo.

paliativa” e “artificiosa” da empresa, num momento específico de cumprimento da LOC.

No ano de 2002, a Vale implementou o projeto Vale/Comunidade, com encontros periódicos e sistemáticos com lideranças comunitárias de Itabira, como presidentes das associações e da interassociação⁴¹ de bairro. Os temas abordados, nas reuniões, são definidos pela empresa e pela comunidade. Além disso, as lideranças levantam questionamentos sobre os problemas locais referentes à atuação da Vale na cidade. Nas reuniões, estão presentes representantes da gerência do meio ambiente, da área operacional e da estrutura de mina, que se colocam à disposição dos participantes. No primeiro momento da reunião, um técnico da Vale apresenta o tema da reunião e depois se abre espaço para perguntas e debate. Para a assessora de comunicação da CVRD, essas reuniões abrem um canal entre a empresa e a comunidade local:

Sabíamos da existência dessa necessidade – de estar detalhando melhor os nossos processos para a comunidade – e muitas vezes isso era feito de forma indireta. A partir da segunda reunião, já percebemos que era um caminho importante para a empresa. A CVRD busca uma nova política de relação com a comunidade – com mais transparência (PAPA, 2002)⁴².

A implantação desse projeto pode ser analisada à luz de dois enfoques. O primeiro, como uma tentativa, da Vale, de aproximar-se da comunidade para melhorar a sua imagem, como se comprova pela entrevista com a diretora do Departamento de Comunicação Institucional da Vale, Márcia Magno. Essa, ao apresentar o novo modelo de governança corporativa da Vale, no Encontro com Lideranças Comunitárias, referiu-se a uma recente pesquisa com líderes comunitários de todo o país em que eles consideraram a imagem da CVRD como empresa séria e competente, mas apontaram um certo distanciamento, de um modo geral, em relação ao público. Nessa ocasião ela afirmou: “Queremos mudar essa imagem, para colocar a Vale no coração de todos os brasileiros. A Vale é Brasil e é um Brasil que vale muito”.⁴³

⁴¹Entidade local que congrega as associações de bairro.

⁴²Conceição Papa, em entrevista à autora em 23 de outubro de 2002.

⁴³JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano III, n.29 jan. 2003, p. 6.

O segundo, como mais uma forma de cooptação das lideranças comunitárias, pois a elas são apresentadas, por meio de recursos técnicos e modernos de comunicação, ações e dados que, às vezes, mascaram, a realidade dos fatos. Assim, muitos participantes dessas reuniões, por terem poucos conhecimentos técnicos, não têm capacidade de discernir e avaliar aquilo que lhes é apresentado e discutido nesses encontros. Por isso, são mais facilmente manipulados pelos representantes da empresa e acabam por decidir questões relevantes da cidade, com prejuízo para a sociedade local. Esses agentes comunitários, por várias vezes, incorporam o discurso da Vale e o propagam como sendo inquestionável pelos itabiranos. Ressaltam somente os benefícios dessa atividade para a cidade. Ignoram os efeitos negativos da atividade minerária para a população local bem como as reclamações dos moradores das associações de bairro, representadas por eles nesses encontros, em relação aos problemas advindos do processo minerário que tanto os têm afetado negativamente, como se comprova⁴⁴ nos depoimentos a seguir:

A mineração é a base de sustentação da economia, da saúde e da educação em Itabira (Representante da Associação dos Amigos dos Bairros Gabiroba e Ribeira de Baixo).

Tudo depende da mineração. Começa, por exemplo, com a estrutura da casa, com o banheiro, tijolo, cimento, janela, cerâmica, ladrilho [...] Para Itabira, é mais importante ainda, pois gera empregos e impostos (Diretor de Esporte e Lazer da Interrassociação de Amigos dos Bairros).

Itabira vive em torno da mineração. Por isso, é importante a convivência harmoniosa entre a empresa e a comunidade (Presidente do Grupo de Escoteiros - Padre Olímpio).

Agindo dessa forma, esses agentes comunitários perdem a oportunidade de exercer o seu verdadeiro papel de interlocutores entre a empresa e a sociedade, de modo a mostrar os resultados positivos das ações implementadas pela CVRD, na cidade, discutir de maneira responsável e com a autoridade de líderes comunitários, reivindicar melhorias da qualidade ambiental e exigir ressarcimento das perdas provocadas pela mineração.

Braga (2000), em seus estudos sobre a política ambiental das grandes empresas do Vale do Rio Piracicaba (MG) - mineradoras, dentre elas a CVRD em Itabira, e siderúrgicas, constatou que a política ambiental da CVRD, ao longo do tempo, enquadra-se e se alterna entre os parâmetros de postura *conservadora*, *legalista* e *estratégica*. Elas são adotadas, pela empresa, em função da ocasião e de seus interesses econômicos.

⁴⁴ JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 21, maio de 2002. p. 3.

Seus estudos basearam-se na comparação das políticas ambientais dessas empresas com a categorização dos paradigmas ambientais proposta por Michael Colby⁴⁵. A pesquisadora estabeleceu, a partir dessa categorização, uma classificação própria com três padrões de concepção de políticas ambientais privadas – conservadora, legalista e estratégica.

A postura “*conservadora*” adotada pela CVRD corresponde ao conceito de “*Economia de Fronteira*”. Verifica-se que, na Vale há uma tendência à utilização de uma “*maquiagem verde*” para fins de marketing. A postura “*legalista*” da empresa relaciona-se ao conceito de “*Proteção Ambiental*”, pois a questão ambiental é vista como mais uma das restrições impostas à atividade econômica pelo Estado e pela legislação. Há, também, uma tendência na empresa de negociar com os órgãos estaduais de controle ambiental. Em relação à postura “*Estratégica*”, correspondente ao conceito de “*Manejo de Recursos*”, a mineradora considera a questão ambiental como estratégica: a Vale tem consciência de que, da maneira como ela age em relação às questões ambientais, depende diretamente a sua competitividade internacional e de seus produtos.⁴⁶

⁴⁵COLBY, Michael E. *Environmental Management in Development: the Evolution of Paradigmas*. Washington. D.C. The Word Bank, 1990.

A primeira abordagem definida por Colby, a chamada “Economia de Fronteira”, foi dominante, nos países “do centro”, até a década de 60, sendo caracterizada pela exclusão da natureza do escopo do estudo da economia, uma vez que os recursos naturais são vistos como inesgotáveis. Como reação a essa abordagem e aos primeiros sinais de crise ecológica global surgiu a “Ecologia radical”, dotada de um enfoque biocêntrico e fortemente marcada pela crítica à tecnologia e ao crescimento econômico. A abordagem de “Proteção ambiental” que surge como reação à “Ecologia radical” e como mediação entre esta e a “Economia de fronteira” é caracterizada pelo tratamento da questão ambiental através de legislação e instituições de controle, com enfoque em remediação da degradação já ocorrida e na utilização industrial de equipamentos do tipo *end of the pipe*. Após o clube de Roma, no início da década de 70, surgiram outras duas abordagens. A abordagem “Manejo de recursos” possui uma postura de degradação conjunta [sic] à remediação de danos e vê a poluição como recurso econômico negativo, propondo ações do tipo conservação e manejo de recursos. A abordagem “Ecodesenvolvimento” centra-se na redefinição do desenvolvimento, buscando compatibilizar atividade humana e manejo da natureza, sem que a primeira prevaleça sobre o segundo (BRAGA, 2000, p. 338-339).]

⁴⁶BRAGA, Tânia Moreira. Políticas ambientais privadas. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (org.). *População e Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. Senac, 2000. p. 339-340, faz considerações mais detalhadas sobre essa temática.

2.1.2 - O Discurso e a Prática da CVRD - A Reação da População Itabirana

A partir da década de 1990, a população torna-se mais consciente dos impactos ambientais gerados pela mineração e se mantém alerta para denunciar e cobrar medidas preventivas e reparadoras por parte da CVRD. Hoje, a questão ambiental é o mote do poder de mobilização da população em geral, da imprensa, das associações de bairros e dos estudantes. Quando das manifestações públicas, constata-se o desabafo e a indignação das pessoas atingidas como, por exemplo, no momento do manifesto contra a poluição atmosférica e lançamento de adesivos, pela cidade, com o slogan:

“ASSIM NÃO VALE, VALE. EU QUERO RESPIRAR!”.

Além disso, a população questiona o marketing da mineradora - realizado por meio de publicações e de outras formas, na imprensa local, regional, estadual e nacional, no intuito de mostrar suas realizações quanto ao controle dos diversos tipos de poluição e o descompasso entre ele e os resultados efetivos das ações em relação ao meio ambiente da cidade. O gerenciamento ambiental da CVRD revela aspectos contraditórios entre o discurso e a prática. FIG. 3.

Uma das ações nesse sentido é a instalação de outdoors pela cidade, em parceria com o PEMSO, chamando a atenção da população para o desperdício de água. Porém, enquanto isso, a empresa, no processo minerário, abaixa o lençol freático, comprometendo o abastecimento público de água; destrói a vegetação nativa nessa área e coloca placas com os dizeres: FIG. 3.

“NÃO DESTRUA. AJUDE A PRESERVAR”.

Outra ação do PEMSO é a conscientização da população, em relação ao meio ambiente da cidade, por meio de outdoors. Porém, muitos itabiranos sentem que, apesar de tecnicamente bem elaborados, os slogans emitidos os afrontam, pois não concebem que a responsável por grande parte dos problemas causados ao meio ambiente em Itabira seja a mesma que os chama a adotar postura preservacionista e corretiva. Como se observa no exemplo da FIG. 3.

Um exemplo significativo das contradições aludidas se deu quando a maior mineradora do mundo, a CVRD, por ocasião dos seus sessenta anos, veiculou na mídia nacional uma campanha publicitária, mostrando apenas o lado positivo da sua ação empresarial.

FIG. 4.

Não existe meio rio, meio córrego, meia cachoeira, meio oceano, meio ar, meio céu, meio chão, meia raiz, meio mato, meia árvore, meio pássaro, meio peixe, meio bicho, meio ser humano. E meio ambiente existe? Para a Vale do Rio Doce, não existe meia empresa ou meia responsabilidade. A Qualidade Ambiental é parte integrante dos negócios, fazendo da Vale uma das empresas mais respeitadas e competitivas do mundo. Com uma política bem definida e projetos ambientais que totalizam perto de R\$ 90 milhões por ano, a Vale demonstra que proteger o meio ambiente é um bom negócio para todos. Pois, não existe meio futuro, nem meio país (REVISTA ISTO É. n. 1711, 17 jun. 2002).

VALE. Vale o dinamismo, vale a competência, vale a eficiência. Vale ser a maior mineradora diversificada das Américas. Valem ferrovias, valem portos. Vale produzir, vale exportar. Vale ter clientes em mais de trinta países. Valem muito, e como valem, 21 000 empregados dedicados. Vale ser do Rio, da terra, das árvores, vale tomar conta de 1 212 400 hectares de natureza protegida na Mata Atlântica e Amazônia. Vale ser Doce, como é doce um sorriso de uma criança que pode crescer e viver com educação, saúde e assistência social. E o sorriso de uma criança vale muito, como valeram todos estes 60 anos. Vale ser brasileira e acreditar no Brasil. E, vale, principalmente, ser Vale do Rio Doce (JORNAL O COMETA ITABIRANO. Ano 23, n. 270, jun. 2002).

A empresa, que, aos olhos de todos, polui, degrada, descaracteriza a paisagem, compromete o abastecimento de água, gera ruídos e vibrações, altera o microclima, desestabiliza os terrenos minerados e causa prejuízo à saúde da população, divulgou, na cidade e na mídia, uma imagem de “*empresa cidadã*”, protetora do meio ambiente e preocupada com a qualidade ambiental. Em certos momentos, a mineradora reconhece que proteger o meio ambiente é um bom negócio para todos, sobretudo para ela que colhe os frutos quando das negociações com parceiros internacionais e junto aos órgãos de defesa e de fiscalização das normas ambientais.

Em resposta à atitude ambígua da CVRD, um jornalista do periódico local Itabira & Espinhaço, publicou, como forma de protesto, uma sátira a partir das palavras-chave da mensagem da Vale divulgada na imprensa: **VALE - RIO - DOCE**; ressaltando a outra

face da empresa - de poluidora, de degradadora e de agressora. FIG. 5.

VALE

Vale transformar a paisagem do seu berço natal em crateras. Vale detonar as residências próximas às minas. Vale sufocar com a poeira mortal a garganta dos itabiranos. Vale arrancar as nossas riquezas. Vale destruir as nossas nascentes. Vale comprar a alma e a dignidade de um povo de ferro.

DO RIO

Do rio onde existiam peixes em abundância. Dos pássaros que já não existem mais. Dos animais que habitavam Itabiruçu. Da natureza dinamitada. Da qualidade ambiental que um dia existiu. Do ser humano relegado a segundo plano. Do eco-sistema agredido e extinto.

DOCE

Doce que ficou amargo na boca de cada pai de família demitido. Doce ilusão de trabalhar na maior mineradora do mundo. Doce sabor da derrota durante os acordos coletivos. Doce mentira da parceria produtiva. Vale do Rio Doce, 60 anos explorando, massacrando e poluindo Itabira. (JORNAL ITABIRA & ESPINHAÇO. n. VIII, ed. 196. jun. 2002).

Tal atitude do jornalista incomodou a direção da empresa que entrou com processo na justiça contra o autor do artigo. Em sua petição, a Vale alega que o jornal “*Itabira & Espinhaço*” estaria prejudicando a imagem da empresa que, ao longo dos anos, tem demonstrado uma preocupação inequívoca com o meio ambiente do município. Além disso, a Vale pediu à justiça para recolher todas as edições do jornal, inclusive os exemplares já comercializados junto ao público, em bancas ou pontos de distribuição.

Esse exemplo retrata o exercício de poder da CVRD sobre a cidade, vai contra o direito de livre expressão da imprensa e mostra como ela se julga inquestionável e imune a qualquer denúncia dos cidadãos itabiranos. Retrata, também, a contradição entre a imagem democrática e a prática intervencionista da empresa. O poeta Drummond de Andrade (1983, p. 20)⁴⁷ no seu poema *Lira Itabirana* já revelava sua indignação com as ações da CVRD no processo exploratório das riquezas da cidade e com a passividade do itabirano. Pode-se dizer que, desde a presença da mineradora na sua cidade natal, foi ele, o poeta, um dos poucos itabiranos a denunciar e interpelar as atitudes da empresa.

Lira Itabirana

I

O Rio? Doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

⁴⁷JORNAL O COMETA ITABIRANO, ano IV, n. 58, dez. 1983.

II

Entre estatais
E multinacionais
Quantos ais!

III

A dívida interna
A dívida externa
A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Constata-se que alguns atores sociais de Itabira, após anos de silêncio, subordinação e passividade hoje já despertam, mostram-se preocupados com os destinos da cidade e reagem quando se vêem enganados pela CVRD. Os “berros” já são ouvidos, principalmente de alguns órgãos da imprensa local que, desde a década de 1980, têm-se mostrado porta vozes dos itabiranos, e de outros pesquisadores, como Minayo (1986) e Silva (2002). Quanto ao poder público, o que se evidencia é um silêncio e uma cumplicidade com a empresa, como será retratado ao longo desta dissertação.

Capítulo 3 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE ITABIRA A PARTIR DA INSTALAÇÃO DA CVRD

A segunda Itabira, a Itabira de ferro é uma mescla entre o seu passado indelével na inércia do espaço, combinada com a dinâmica de uma nova inércia planejada pela racionalidade capitalista, não menos ruidosa e sequiosa de lucro. A explicação [...] é a produção, isto é, a intervenção do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual se confronta [...] (MINAYO, 1986, p. 117).

3.1 - Reestruturação Econômica e Urbana em Itabira a Partir da Instalação da CVRD

Em qualquer cidade do interior, a primeira coisa que um viajante vê quando chega é a torre da igreja. Aqui, é a mina (CRUZ, 1985)⁴⁸.

A industrialização ocorrida em Itabira, com a instalação da CVRD, baseou-se sobretudo no capital hegemônico estatal, na produção para exportação de um produto não renovável, na exigência de grandes instalações industriais e de um número relativamente alto de mão-de-obra, principalmente a partir da década de 1970 em que se deu o “boom” da mineração na cidade.

Com a mecanização e intensificação do processo produtivo, a partir dessa década ocorreu forte tendência à substituição de mão-de-obra por bens de capital, à qualificação da mão-de-obra já empregada e à incorporação de tecnologias mais modernas. Houve, também, necessidade de contratação de um maior número de técnicos industriais, além de outros operários pouco qualificados que trabalhavam nas atividades menos técnicas. Conseqüentemente, aumentou-se o total de pessoal ocupado na empresa e a produção de minério de ferro. Em 1979, o total de pessoal ocupado diretamente na empresa atingiu 5 150 empregados e, em 1980, a produção de minério foi a maior da história da CVRD em Itabira, somando 50 436 305 toneladas. Isso se comprova pelos dados da TAB.1.

⁴⁸CRUZ, Carlos. *Jornal O Cometa Itabirano*. 1985.

TABELA 1
ITABIRA
Pessoal ocupado diretamente e produção mineral
na CVRD - 1970 a 2002

Ano	Pessoal	Var. pessoal % ano a ano	Produção em toneladas	Var. produção % ano a ano	tonelada/ homem **
1970	2.927	-	20.437.038	-	6.982
1971	2.892	-1,20	25.190.847	23,26	8.711
1972	2.892	0,00	25.119.170	-0,35	8.686
1973	3.340	15,31	29.811.841	22,96	8.926
1974	3.600	8,88	41.426.589	56,83	11.507
1975	4.897	44,31	47.048.539	27,51	9.608
1976	4.897	0,00	40.092.558	-34,04	8.187
1977	4.574	-11,04	40.092.558	0,00	8.765
1978	4.578	0,14	41.833.111	8,52	9.138
1979	5.150	19,54	49.600.205	38,00	9.631
1980	5.087	-2,15	59.602.586	48,94	11.717
1981	4.984	-3,52	50.436.305	-44,85	10.120
1982	4.981	-0,10	46.325.014	-20,12	9.300
1983	4.623	-12,23	41.451.683	-23,85	8.966
1984	4.772	5,09	49.443.592	39,11	10.361
1985	4.740	-1,09	49.556.916	0,55	10.455
1986	4.681	-2,02	39.722.897	-48,12	8.486
1987	4.585	-3,28	35.775.566	-19,31	7.803
1988	4.427	-5,40	38.554.735	13,60	8.709
1989	4.290	-4,68	34.814.434	-18,30	8.115
1990	4.189	-3,45	31.623.063	-15,62	7.549
1991	3.276	-31,19	30.802.064	-4,02	9.402
1992	3.288	0,41	29.131.829	-8,17	8.860
1993	3.149	-4,75	31.721.712	12,67	10.074
1994	3.123	-0,89	33.308.159	7,76	10.665
1995	2.795	-11,21	40.085.334	33,16	14.342
1996	2.730	-2,22	39.343.866	-3,63	14.412
1997	2.112	-21,11	41.803.037	12,03	19.793
1998	1.953	-5,43	39.166.851	-12,90	20.055
1999	1.701	-8,61	36.636.568	-12,38	21.538
2000*	1.650	-1,74	39.840.488	15,68	24.146
2001*	1.712	2,12	38.945.513	-4,38	22.749
2002*	1.642	-2,39	40.749.152	8,83	24.817

FONTE: CVRD - GAEUS/Itabira, 2000, 2002.

NOTAS: * Dados extraídos do Relatório Efetivo das Minas e Usinas de Itabira

** Os dados referentes à produtividade basearam-se somente no pessoal ocupado diretamente na CVRD, de 1970 a 2002.

Quanto ao número de pessoal ocupado diretamente na CVRD, observa-se oscilações no período de 1970 a 2002. De 1970 a 1979, houve um aumento significativo no número de pessoal ocupado passando esse de 2927 (em 1970) para 5150 (em 1979). Em 1975 registra-se o maior aumento percentual anual, 44,31% e, em 1979 o maior número absoluto total de pessoal

ocupado diretamente na CVRD, 5150. A partir de 1979 percebe-se um declínio no número de empregados na empresa, verificando-se uma taxa de aumento percentual anual positivo somente em 1984, 5,09%; em 1992, 0,41% e em 2001, 2,12%. Esse declínio é maior nos anos de 1991, de 31,19% e 1997, 21,12%. A redução no número de pessoal diretamente ocupado está relacionada ao processo de reestruturação produtiva e modernização da Vale, com o processo de terceirização, preparação para a privatização e a privatização dessa em 1997.

Em relação à produtividade a tendência é de aumento, especialmente após a privatização; ela atinge 24 817 toneladas/homem em 2002, considerando somente o número de empregados diretos na CVRD. Esse aumento de produtividade relaciona-se ao processo de modernização tecnológica e administrativa e à privatização da empresa. Cada vez mais a Vale usa o menor número de trabalhadores e exige mais produtividade deles, o que acontece, nos dias atuais, em todas as grandes empresas no Brasil e no mundo.

O Estado brasileiro tornou-se presente na cidade, por meio da CVRD, interferindo não somente na produção do espaço urbano e na economia, mas, especialmente, funcionando como ator político com um poder superior, por demais assimétrico ao governo local. A própria constituição da Companhia concretizada por meio dos “Acordos de Washington”⁴⁹ se deveu aos interesses do poder federal e internacional. Confirma-se, em Itabira, o que Lefebvre afirmava: “o espaço tornou-se, para o Estado⁵⁰, um instrumento político de importância capital” (Gottdiener, 1997, p. 129).

De fato, constata-se em Itabira a presença onipotente da empresa sobre o espaço da cidade como se refere Lefebvre (1972)⁵¹ “um tal espaço se povoa segundo os decretos do poder, como um certo arbítrio; enquanto instrumento, ele pode reagir sobre os povoamentos preexistentes, a saber, os povoamentos históricos”.

A economia local anterior à CVRD, baseada em atividades primárias e algumas

⁴⁹Sob o ponto de vista político, os Acordos de Washington se valem como a consagração dos pontos de vista do nosso Presidente Getúlio Vargas. Ele é o grande inspirador e executor de toda política nacionalista no sentido de que aos brasileiros deve caber e orientar a exploração das forças econômicas fundamentais do nosso País [...] (PIMENTA, 1981, p. 99).

⁵⁰Em Itabira, o Estado era representado pela CVRD, estatal.

⁵¹LEFEBVRE (1972) op. cit.

atividades secundárias incipientes, produziu um espaço urbano que atendia às necessidades dessas atividades e às da população residente. A população itabirana na época era formada por uma elite rica, composta de fazendeiros e pequenos empresários – detentores do poder, expressos na estrutura urbana e, também, de outra parte que se compunha de pessoas de um segmento social menos favorecido que prestavam serviço à elite ou exerciam atividades informais e viviam em condições socioeconômicas precárias. Não existia, nessa época, uma classe trabalhadora formalmente estabelecida e a estratificação espacial relacionava-se à estrutura socioeconômica vigente.

No momento em que se instala em Itabira uma empresa estatal do porte da CVRD, os interesses exógenos ao município sobrepõem-se aos locais. As estruturas política, socioeconômica e urbana adaptam-se e se transformam em virtude das exigências e necessidades geradas pelo funcionamento da empresa.

O espaço urbano passou a ser produzido em função da e pela mineradora. Ele representa, para a mineração, não só o espaço físico da produção, mas constitui-se como uma das forças essenciais de produção. Como considera Lefebvre (1973) apud Gottdiener (1997, p. 128) “o espaço é uma das forças de produção, e [...] o capitalismo, como modo de produção, sobreviveu, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência”. E Minayo (1986, p. 117) salienta que, “Para a Itabira do ferro, o espaço é antes de tudo um componente fundamental”.

Cohen (1978, p. 51) apud Gottdiener (1977, p. 128) também observa que:

O espaço é digno de fazer parte das forças produtivas. A posse do espaço, certamente, confere uma posição na estrutura econômica. Mesmo quando uma peça de espaço não tem conteúdo, seu controle pode gerar poder econômico, porque pode ser preenchido com algo produtivo, ou porque pode ser atravessado por produtores.

Na medida que as jazidas minerais de Itabira tornaram-se conhecidas e seu potencial de produção divulgado, o valor do espaço tomou enormes proporções e passou a ser considerado de grande valia como espaço abstrato, ou seja, diretamente necessário para a produção. As riquezas minerais da cidade tornaram-se um bem econômico em disputa entre brasileiros e estrangeiros.

Gottdiener (1997, p. 131), ao analisar a teoria do espaço de Lefebvre, afirma que: “a importância do espaço para Lefebvre é conquistada pela dialética entre valor de uso e de troca, que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação”. Pode-se dizer que, em Itabira, ao mesmo tempo em que, para a Vale, o espaço adquiriu esse potencial abstrato de expropriação, iniciaram-se, também, relações socioespaciais de poder e de dominação, tendo em vista que as jazidas minerais encontram-se imbricadas no sítio urbano, portanto confundindo-se com ele. A produção do espaço com a presença da mineradora opera-se numa relação dialética entre a cidade e as minas de minério de ferro.

A organização espacial da cidade passou a expressar o poder e a hegemonia do Estado, representado pela CVRD, que age conforme os interesses do capital e da conjuntura nacional e internacional. O espaço adequa-se à forma pela qual ele foi usado, pelo e para o Estado (CVRD) acumular riqueza.

A categoria espaço no modo de produção da mineração tem um status vital. Como afirma Lefebvre apud Gottdiener (1997, p. 129) “O espaço possui no modo de produção, o mesmo status ontológico que o capital ou o trabalho”. No caso de Itabira, o espaço das minas é imprescindível para a atividade minerária como base física da produção ao mesmo tempo em que a mineradora produz um espaço funcional e peculiar a ela.

Com o funcionamento da Vale em Itabira, ocorreu uma ruptura da base econômica anterior a ela e mudaram-se as relações sociais de produção. A cidade tornou-se monoindustrial, sede de uma empresa estatal e, ao longo do tempo e do espaço, desenvolveu-se um processo “que produz em Itabira no processo de apropriação-expropriação e dependência, uma relação dialética entre o urbano e a grande indústria, que se reproduz nas relações sociais e políticas locais” (Silva, 2002, p. 5). As relações sociopolíticas passaram a ser permeadas por trocas, cooptações, manipulações e ingerência da mineradora. Como se comprova por este depoimento: “A Vale está o tempo todo manipulando o povo itabirano; e da forma mais brutal, pois ela ignora o ser humano. Quem mora aqui, não lhe interessa” (morador da Vila Paciência)⁵².

⁵²Marcial A. P. de Melo, em entrevista concedida à autora em 10 de setembro de 2002.

3. 2 – A Instalação de Bairros Funcionais – Início da Segregação

Residencial Imposta pela Mineradora

O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social (CASTELLS, 1983, p. 146).

A partir dos anos quarenta, com a chegada da CVRD, inicia-se, um processo irreversível de transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais⁵³ em Itabira. Esse processo associa-se a uma intensa concentração fundiária em poder da mineradora; a uma conseqüente desarticulação da frágil economia municipal e a um acelerado processo de migração rural-urbana. Tudo isso passa a influenciar a produção do espaço urbano: a cidade torna-se o “*locus*” da grande empresa.

Na relação entre cidade/ minas/mineração tem início alterações significativas no espaço urbano da cidade. Esse vai-se constituindo e se transformando, inserido na lógica da produção industrial capitalista. As serras e picos são destruídos pela mineração enquanto o espaço urbano vai-se remodelando em função das necessidades da indústria, tanto em termos de estrutura econômica quanto em termos dos espaços necessários para abrigar parte da força de trabalho crescente na mineradora.

Assim, diversos conjuntos habitacionais foram construídos pela CVRD, como efeito da ação direta da empresa na produção do espaço e como provimento de infra-estrutura, de equipamentos urbanos e de serviços necessários ao seu funcionamento.

Dessa forma, a configuração da antiga Itabira torna-se dual, diferenciada, hierarquizada e segregada de maneira imposta pela mineradora. Os processos de segregação e hierarquização, comuns em outras cidades (mono) industriais, traduzem, no nível da estrutura urbana, a hierarquia existente no interior da grande empresa mineradora. Passam a existir duas cidades diferenciadas: a “*cidade pública*” anterior à CVRD, constituída pelos bairros de formação “*espontânea*”⁵⁴ e os que surgiram em paralelo aos

⁵³Mais detalhes sobre essas transformações são encontradas em SILVA (2002).

da “*cidade privada*”⁵⁵, planejada e construída pela empresa para abrigar parte de seus empregados⁵⁶.

De fato, a segregação sócio-espacial em Itabira concretizou-se, sobretudo, a partir da década de 1950, quando foram inaugurados os bairros operários. Inicialmente, surgiu o bairro Campestre e, mais tarde, a Vila Sagrado Coração de Jesus e a Vila Conceição de Cima. Também, foram construídos bairros para os trabalhadores de categorias profissionais médias e superiores, como foi o caso do Pará, da Vila Técnica Conceição e da Vila Técnica Areão. A instalação paulatina dos bairros funcionais se deveu às dificuldades financeiras e estruturais enfrentadas pela CVRD na primeira década de seu funcionamento em Itabira.

Os bairros operários situavam-se próximos às minas de Conceição e do pico Cauê, obedecendo a uma lógica empresarial que disponibilizava e deixava em prontidão aqueles operários, trabalhadores essenciais ao funcionamento dos equipamentos industriais como: mecânicos, escavadeiristas, tratoristas, entre outros. Outros bairros funcionais destinados aos empregados de categoria funcional média e superior localizavam-se longe das instalações industriais. A estratégia, nesse caso, era manter esses funcionários distantes dos subalternos, garantir-lhes sossego e melhores condições de vida. Piquet (1998, p. 23) ao analisar a construção de vilas operárias considera que elas:

Vêm responder aos interesses da acumulação; garantem um mercado cativo de mão-de-obra; permitem um controle ampliado do capital sobre a sua força de trabalho, através da dominação ideológica e política.

A segregação residencial promovida pelas vilas operárias gera uma tendência a uma organização espacial de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas” Castells (1985) apud Corrêa (1999, p. 60) e se insere numa lógica capitalista em

⁵⁴A expressão *espontânea*, aqui, não nega a participação do mercado imobiliário na formação dos bairros da cidade pública. Com a instalação da CVRD, o valor de troca do solo urbano aumentou e vários proprietários de imóveis enriqueceram.

⁵⁵Denominação dada por (COSTA, 1979, p. 13; 65) às cidades planejadas, ligadas diretamente à grande empresa, onde moram os seus empregados.

⁵⁶Mais detalhes sobre a segregação socioespacial em Itabira, são encontrados em MINAYO (1986) e SILVA (2002).

que a empresa, na busca de garantir e aumentar a mais-valia, oferece aos seus empregados condições materiais específicas para a sua reprodução. A diferenciação residencial nesses espaços garante aos empregados determinado padrão de vida e oportunidade de ascensão social. Como afirma Corrêa (1999, p. 65):

A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos moral, lingüístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo “enfrenta” o mundo. A estabilidade de um bairro e dos seus sistemas de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais.

Também uma ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus detecta essas razões:

Fomos crescendo num bairro tipicamente operário, aonde todos os moradores tinham a mesma função profissional, as mesmas opções de lazer e praticamente o mesmo número de filhos. O relacionamento foi construído com valores próximos interligando as relações interpessoais. Havia porém uma separação social, apesar de ser um bairro operário; quem morava no acampamento novo tinha um poder aquisitivo melhor do que os do velho e do Capim (ex-moradora do bairro Vila. S. Coração de Jesus, 2003).

Constata-se que a segregação residencial também representa uma maneira sutil de impor um estilo de vida com padrões e códigos de condutas semelhantes aos do interior da indústria. Esses estendem-se a todos os ambientes de sociabilidade dos trabalhadores como escola, área de lazer, clube, igreja, dentre outros. No convívio social, empiricamente, notava-se uma postura de disciplina nos filhos de empregados da Vale, similar àquela vivenciada por seus pais, na empresa⁵⁷.

A Vila Técnica Conceição situada a 5 km do centro da cidade, numa área dotada de amenidades (plana, rodeada de mata exuberante, dotada de clube, praça de esporte, jardins) distante do centro, junto à mina Conceição, e também a Vila Técnica Areão, longe das minas, porém próxima ao escritório central da Vale, foram destinadas ao alto escalão de funcionários da mineradora. Possuem residências de padrão superior – área construída maior, laje, jardins, quintal, acabamento externo com pedra à vista e pastilhas muito empregadas na época, dependências para empregados, mais de um banheiro - e, na Vila Técnica da Conceição também, área de lazer, clube, casa de hospedagem para as visitas ilustres da empresa. Para Silva (2002, p. 43), “Esse isolamento tem o papel

⁵⁷ Mais detalhes são oferecidos por MINAYO (1986, p. 122).

fundamental dentro da lógica empresarial – de assegurar, ao alto escalão dos funcionários, sossego e distância em relação aos subalternos”. FIG. 6.

A partir da década de 1970, os imóveis dos bairros funcionais e operários como Campestre, Pará e Bela Vista, foram vendidos, pela CVRD, de maneira subsidiada aos funcionários que nelas residiam, por meio da Fundação Vale do Rio Doce. Esse fato representou ganhos para os empregados da empresa que compraram os imóveis por valores inferiores aos praticados no mercado imobiliário local. Entretanto, os imóveis da Vila Técnica Conceição e da Vila Técnica Areão não foram vendidos nessa época. Somente no início da década de 1990, quando a Vale se preparava para a privatização, ocorreu a venda dos imóveis dessas Vilas. Isso provocou mudanças na estrutura socioeconômica e funcional dos moradores desses bairros porque muitos que adquiriram os imóveis não pertenciam ao quadro funcional da CVRD e detinham poder aquisitivo e status social diferente desses. A segregação socioespacial imposta pela CVRD, vigente por muito tempo em Itabira, diluiu-se a partir desse momento. Passa a não existir mais a configuração espacial e socioeconômica demarcada pela baliza CVRD.

3.3 - Extinção de Bairros em Itabira – Efeitos Sociopolíticos

O espaço não é o “palco da atividade humana” onde as coisas acontecem independente do homem, mas o produto humano, social e histórico (DE LA BLACHE apud CARLOS, 1997, p. 58)

O espaço urbano de Itabira amplia-se, significativamente, durante as décadas posteriores à instalação da Vale, com o surgimento de vários bairros da “*cidade pública*” e da “*cidade privada*”. Em termos demográficos, registra-se um crescimento da população urbana nesse período: em 1970, essa era de 41 231 habitantes e, em 2000, de 89 615 habitantes⁵⁸. Houve um crescimento de 117,3% em apenas trinta anos. A concessão, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do direito de lavra por meio do *Decreto Expropriatório*⁵⁹ 29/06/1975, legitima a CVRD para desapropriar imóveis particulares e/ou destruir bairros por ela construídos, em função da atividade minerária.

⁵⁸Censo demográfico IBGE, 2000.

⁵⁹A legislação sobre mineração permite ao governo declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas onde se encontram jazidas economicamente exploráveis ou áreas necessárias para o processo de produção, mesmo localizadas no perímetro urbano, como no caso de Itabira.

Usando dessa prerrogativa, a empresa inicia a desocupação das áreas dos bairros operários de sua propriedade e outros particulares próximos às minas, com efeitos sociopolíticos significativos ao longo do tempo. Como afirmou Minayo, o espaço de Itabira constitui-se um componente econômico essencial para a CVRD,

Daí que a atribuição a determinado local, seja para apropriação ou desapropriação, para construção ou para lavra, tudo é estudado em termos de viabilidade econômica cabendo o poder de decisão à CVRD, protegida por legislação federal sobre a concessão de lavras (MINAYO, 1986, p. 117).

Amparada legalmente pela lei, é importante ressaltar que a CVRD conseguiu extinguir esses bairros sem encontrar grande resistência dos moradores. Contribuíram para isso os fatores: a propriedade dos bairros operários, pela empresa, assegurava-lhe o direito de modificá-los ou destruí-los quando lhe conviesse e, ainda, os moradores viviam numa situação de dependência em relação a ela, sob os aspectos de emprego e de moradia. Nos bairros da “*cidade pública*”, a baixa capacidade organizativa e de vocalização da população facilitou a ação desapropriatória da mineradora. Além disso, o custo financeiro da desapropriação pouco significava para a Vale, pois nesses locais os imóveis eram de baixo valor de troca. Colaborou também nesse processo a cumplicidade que se estabeleceu, ao longo do tempo, entre poder público municipal e empresa em Itabira.

Portanto, nas três últimas décadas, ao mesmo tempo em que se deu a ampliação do espaço urbano, ocorreu paralelamente uma retração do mesmo, por causa da expansão das áreas de mineração em direção ao sítio urbano e pela necessidade de instalações de novos equipamentos industriais.

As transformações e mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no sistema de produção capitalista regido pela denominada pela *acumulação flexível*⁶⁰, em que há um número cada vez menor de empregados diretamente ocupados e a precarização do mercado de trabalho, por meio da terceirização da mão-de-obra, leva as empresas a não

⁶⁰Caracteriza-se por uma maior flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e, também, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos; novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e “taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. O mercado de trabalho passou por radical reestruturação, há redução crescente do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho, em tempo parcial, temporário ou sub-contratado. (HARVEY, 1992, p. 148).

arcarem com a responsabilidade de oferecer moradia aos seus empregados. Isso traduz-se numa nova espacialidade, típica da atual *acumulação flexível*, nas áreas urbanas monoindustriais, como em Itabira, Ipatinga e Acesita.

Antes, a CVRD, como outras empresas monoindustriais, construía e mantinha os bairros operários pela necessidade de fixar a mão-de-obra diretamente empregada, por ela, na cidade. Com o processo de terceirização dos serviços e a grande oferta de mão de obra existente atualmente, isso se torna desnecessário. Como analisa Costa (2000, p. 195), em seu estudo sobre indústria e produção do espaço no Vale do Aço-MG, a empresa desfaz-se dos imóveis que lhe pertenciam, deixa de construir imóveis próprios e destrói outros que se constituem empecilho para ela, como ocorreu em Itabira, onde bairros inteiros foram extintos.

Correspondendo à adoção de uma postura flexível, o espaço que é produzido a partir da fábrica tem também uma espacialidade diferente do modelo anterior, caracterizado pela grande indústria/concentração urbana. Tal espacialidade se manifesta pelo não envolvimento direto com a produção do espaço ou pela aparente omissão quanto a questões urbanas ligadas à reprodução da força de trabalho, do ponto de vista das necessidades urbanas de seus empregados.

O processo de retração da malha urbana, próximo às minas, por meio da extinção de bairros realizada pela CVRD se deu de duas maneiras: uma delas foi a destruição de três bairros operários: Vila Sagrado Coração de Jesus, na década de 1970; a Vila Conceição de Cima e um bairro operário adquirido da ACESITA, a Vila Cento e Cinco, na década de 1990. A outra forma foi a extinção de bairros da “cidade pública”. Desapareceram parte da Vila Paciência e o Aglomerado da Camarinha, na década de oitenta. As estratégias e os efeitos dos dois modos de destruição de bairros diferenciaram-se em função da natureza da propriedade dos imóveis.

3.3.1 – Destruição das Vilas Operárias

Inicialmente, na década de 1970, com a modernização da CVRD e a implantação do projeto Cauê⁶¹, a Vila Sagrado Coração de Jesus, o aeroporto situado no seu entorno e também, na década de noventa, a Vila Conceição de Cima, foram destruídos pela empresa. Essas Vilas abrigavam operários com baixa qualificação profissional e localizavam-se junto às minas do Cauê e da Conceição, respectivamente. A Vila Sagrado Coração de Jesus era dividida em três acampamentos diferentes: o Novo, o Velho e o Capim; as moradias possuíam um padrão de construção que refletia a estratificação social. FIG. 7. No seu interior, como relata uma ex-moradora:

Havia uma separação social apesar de ser um bairro operário; quem morava no acampamento Novo tinha um melhor poder aquisitivo do que quem morava no Velho e no Capim.

A Vila operária Conceição de Cima situava-se a 5 km do centro da cidade, apresentava construções de padrão inferior - algumas casas eram de madeira e outras de alvenaria, caracterizando duas etapas de construção do bairro. Possuía escola primária, armazém, loja, açougue, farmácia, posto médico e parque de diversão infantil, construídos e mantidos pela empresa. Os moradores não precisavam deslocar-se até a “cidade pública” para atender às suas necessidades básicas.⁶² Segundo uma moradora da Vila:

A Vila era muito boa; tinha tudo; era um dos melhores bairros de Itabira. A Vale oferecia de tudo: farmácia, escola, posto médico, armazém, açougue, loja, parque infantil e tinha lotação. Não faltava nada. Eu não precisava sair daqui para ir à cidade fazer compra.

Em estudo bastante conhecido sobre uma importante vila operária construída por uma indústria têxtil, no início do século XX, Rago analisou situações similares às vivenciadas por esses moradores quando assim se expressa:

⁶¹A usina do Cauê foi projetada para produzir 9 milhões de toneladas anuais de sinter feed e pellet feed (concentrados de alto teor) a partir da concentração eletromagnética das frações de minério inferiores a 1 mm. Visando ao aproveitamento total da lavra, foram iniciadas, simultaneamente, as obras para a instalação, junto à mina, de uma estação de britagem, peneiramento e classificação dos finos de hematita, a qual seria alimentada também pelas frações granuladas de itabirito. As novas instalações da mina do Cauê foram inauguradas em 1973 e, já nesse ano, a CVRD iniciou a comercialização de sua produção de concentrados (cerca de 3,7 milhões de toneladas), a maior parte da qual foi exportada. A mina do Cauê, tornou-se então, a maior do mundo ocidental. (CVRD- 50 anos de História, p. 172)

⁶²No bairro operário do Campestre havia todos esses equipamentos de consumo coletivo, além de hospital. Esse bairro permanece, mas não pertence à CVRD.

Os equipamentos coletivos que a Vila possui, como escola, armazém, farmácia, campo de futebol, creche, etc cercam o operário por todos os lados, satisfazendo suas necessidades elementares. Mas ao mesmo tempo criam outras, como participar das atividades religiosas, das festas de comemoração [...] (RAGO, 1997, p. 185).

Os operários são induzidos a gastarem seus salários irrisórios nos estabelecimentos da própria empresa, o que significa um aumento nos lucros do capitalista. [...] a limitação das lojas e das alternativas de comércio impede que se desenvolvam hábitos prazerosos de consumo, incentivando o operário a levar uma vida sóbria, regrada, de economia e poupança (RAGO, 1997, p. 182).

Essa situação, descrita por Rago, reproduziu-se na Vila Conceição de Cima a partir do momento em que a Vale a dotou de infra-estrutura necessária a uma vida comedida para os empregados que se faziam dependentes da empresa.

A CVRD mantinha até o final da década de 1970, armazéns nos bairros Campestre e Conceição de Cima, onde se vendiam, a preços subsidiados, aos funcionários, produtos de primeira necessidade – bens de consumo não duráveis. Após o fechamento desses estabelecimentos, a Vale passou a fazer convênios com empresas comerciais particulares permitindo-lhes comprar com descontos e a prazo.

Diferente da Vila Conceição de Cima, o único equipamento de consumo coletivo oferecido pela empresa, aos moradores da Vila Sagrado Coração de Jesus, era a escola primária. O corpo docente que trabalhava nesses bairros pertencia ao quadro de funcionários da CVRD. A oferta de ensino gratuito aos filhos dos empregados, além de representar salário indireto, concedido pela empresa, representava uma interferência da empresa no âmbito da vida doméstica. Transferia-se assim o direito da escolha do padrão de ensino dos filhos e o controle da sua vida escolar aos dirigentes da mineradora. Muitas das famílias não se comprometiam com a educação dos filhos. Segundo Silva (2002, p. 71):

Essa política representa, para os operários, salários indiretos que passam a constituir direito adquirido em negociações salariais intersindicais. Esses investimentos inserem-se na lógica empresarial da CVRD porque, por meio deles, melhora-se o padrão educacional dos filhos dos empregados e, ao mesmo tempo, forma-se uma reserva de mão- de- obra mais preparada para o futuro.

A Vila Sagrado Coração de Jesus localizava-se nas proximidades do bairro Campestre e longe de todos os outros núcleos da “*cidade pública*”. FIG. 8. Os moradores das duas

vilas pouco se comunicavam com o mundo exterior. Conseguia-se, assim, uma desarticulação entre eles e os demais componentes da sociedade itabirana, entre os moradores das duas vilas e uma alienação em relação às questões da política local. Comprova-se esse fato no depoimento a seguir:

A população ficava ilhada. O outro lado da cidade era longe demais; era outro mundo. Quando a empresa coloca um grupo de pessoas num ponto estratégico, perto do seu local de trabalho e tudo muito próximo, para que você vai para o outro lado da cidade? Aí tem o lado negativo que é cortar o processo de conhecimento do outro; você não conhece o que acontece do outro lado da cidade. É parecido com a divisão social do trabalho. Cada um faz o seu pedacinho, mas não sabe o que está acontecendo no reduto do outro (Ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

O relato acima é também esclarecedor. A empresa, ao construir bairros distantes uns dos outros, separava e deixava os trabalhadores isolados e sem comunicação eficaz entre eles e os da “*cidade pública*”, gerando aquilo que Lefebvre considera o “*não direito à cidade*”. Para Lefebvre:

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (LEFEBVRE, 1991, p. 116-117).

Segundo entrevistas com antigos moradores, a convivência em comunidade no bairro Vila Sagrado Coração de Jesus era harmoniosa e os relacionamentos foram construídos a partir de valores, princípios e interesses homogêneos. O número de filhos e as expectativas das famílias em relação à formação desses eram semelhantes. Havia cultura familiar local: por isso os moradores preocupavam-se com o acesso às boas condições de vida, ao lazer e à educação. Vislumbravam, também, uma continuidade de inserção no mercado de trabalho, no quadro de funcionários da Vale. Essa maneira de viver em comunidade permitiu que as relações interpessoais, dentro do bairro, se fortalecessem e se tornassem sólidas, como expressa uma ex-moradora da Vila: “A convivência era de igualdade de necessidade. O crescimento junto foi fazendo com que as nossas relações fossem ficando mais profundas”. No entanto, essa convivência forte e sólida dentro da Vila restringia-se a um pequeno grupo tornando-os isolados da sociedade local como um todo. Como se refere, acima, a ex-moradora da Vila: “a população ficava ilhada. O outro lado da cidade era longe demais; era outro mundo. [...] você não conhece o que acontece do outro lado da cidade”. A segregação espacial imposta pela CVRD obedecia a uma

lógica em que, ao manter os empregados isolados e distantes de outros grupos sociais, facilitava-lhe o controle sobre eles.

A expropriação das vilas operárias se deu de maneira autoritária e, por vezes, agressiva, segundo depoimentos de ex-moradores. O poder da grande empresa sobre os empregados e a necessidade vital do espaço dos bairros para construção de novas instalações industriais se manifestavam nessas ocasiões, como em outras, de modo imperativo.

Quando a Vale foi se aproximando do bairro a sensação era de um robô chegando. Um robô lutando diretamente com o homem que não tinha nenhuma proteção de ferro. A sensação inicial era de impotência. Por outro lado, você vê a questão do poder econômico, da riqueza, a opulência que vai chegando. A sensação é que um gigante está engolindo algum menor. É o gigante Golias contra o Davi. Você sente que não tem como andar; aquilo não vai parar de crescer. O poder é forte (ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Também a falta de consciência das possibilidades da cidadania dos moradores desses bairros impediu-os de se organizarem para esboçar alguma manifestação contrária à destruição dos bairros. Vários deles saíram de forma apressada e outros resistiram algum tempo depois. Para uma ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus:

O bairro estava sendo engolido pela usina de beneficiamento; a usina foi crescendo, se apossando das ruas, casas foram sendo destruídas, máquinas jogando cercas no chão e muitas vezes sem permissão de seus donos. A imposição passou a ser também física; você tinha que sair também pela questão do risco.

Percebe-se, com isso, a fraqueza da população frente ao poderio e ao modo de agir da mineradora e a imobilidade social dos moradores da Vila. Esses careciam de capacidade de articulação e de vocalização junto aos dirigentes da Vale que, afinal pouco se abriu ao diálogo e, também, sentiam medo e impotência frente à grandeza da empresa. O sentimento predominante na cidade em relação à Companhia era a de mãe - “Mãe Vale” - todos dependiam e se curvavam diante dela, e portanto, ela tudo podia.

As pessoas tinham uma formação de vida muito diferente de agora. Elas não questionavam, não reivindicavam seus direitos, não tinham essa consciência. Acho que elas perceberam a extinção da Vila como um processo natural, que precisavam sair, eram obrigadas, não tinham escolha. (Ex- moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Essa atitude dos moradores expressa o domínio da empresa sobre o espaço de Itabira, sobre seus operários e o momento histórico vivenciado por eles na época – o da ditadura

militar em que não se podia questionar as ações do governo e, portanto, da CVRD estatal.

A saída dos moradores da Vila Sagrado Coração de Jesus e da Vila Conceição de Cima, por imposição da CVRD, diferiu daquela processada na Vila Paciência, por serem esses bairros operários e por se concretizarem em contextos históricos diferentes.

No Sagrado Coração de Jesus, a aquisição de um novo imóvel se deu sem o apoio financeiro, porém, com o aval e mediação da CVRD, de forma individual. Os moradores adquiriram os imóveis com capital próprio, proveniente de longos anos de trabalho. “Cada morador foi cuidando da sua vida independente da Vale. Ela não deu dinheiro. A pessoa comprava a casa com sua própria economia. O que ela fez foi servir de mediadora da compra do imóvel” (ex-moradora da Vila, 2003). Aqueles que saíram de forma apressada não conseguiram adquirir um imóvel compatível com o padrão da casa onde moravam e, em alguns casos, perderam o que tinham. Os que resistiram por algum tempo tiveram oportunidade de escolher a propriedade e o bairro que melhor lhes atendiam.

Uns saíram de forma mais apressada do que outros. Uns resistiram mais. A nossa família foi uma das que resistiu. Nós ficamos bem alojados; viemos para uma área boa da cidade- o bairro Amazonas (Ex-moradora da Vila).

Pelo depoimento acima, percebe-se ter havido um certo exercício da consciência dos direitos de cidadania.

Na década de 1990, com a paulatina exaustão das minas do Cauê, a CVRD aumentou a extração nas minas da Conceição. Devido ao processo de expansão da produção, a empresa extinguiu essa vila que até então fora necessária para atender às necessidades de reprodução da força de trabalho.

No processo de desocupação da Vila Conceição de Cima, os operários ali residentes foram notificados para desocuparem os imóveis o mais rapidamente possível. A aquisição de outro imóvel se deu sem a ajuda financeira, porém, como no bairro Sagrado Coração de Jesus, com o aval da CVRD.

De acordo com depoimentos de moradores da Vila Conceição, esses saíram de lá pressionados e ameaçados pela empresa. Somente uma senhora de sessenta anos permanece no local até hoje, por não achar justa a proposta que lhe foi apresentada pela Vale. Atualmente, a sua residência é a única existente no antigo bairro⁶³. Essa mulher enfrenta a CVRD, questiona suas ações e se sente com autoridade para chamar o superintendente das minas até a sua casa para conversar, mostrar a situação do local e expor as condições em que vive. O telhado da casa está danificado, a água que a serve vem das instalações da mina de Conceição e chega à sua casa por meio de mangueira. Por isso, as torneiras da área de serviço não podem ser fechadas para não arrebentar a união dessa mangueira com a canalização das instalações da Vale. Essa água é lançada no lote, ao lado da sua casa, formando aí, uma área alagada sujeita ao aparecimento de animais perigosos e proliferação de mosquitos. Salienta-se, também, que o restante da Vila tornou-se um imenso quintal forrado por mato fechado. A CVRD não capina essa área, o que põe em risco a vida da atual moradora. Ela tem consciência de que tudo isso é uma forma de pressão para que se canse, desanime e aceite a proposta que lhe é feita pela empresa. Seu depoimento evidencia essa consciência:

Há pouco tempo chamei o gerente geral da Vale⁶⁴aqui e mostrei para ele a situação de minha casa; mato ao redor e pingueira. Eu não posso mecher na casa. Falei com ele também que eu não acho certo desperdiçar tanta água porque eles pediram para eu não fechar a torneira. Minha água vem da Vale, numa mangueira e, para não estourar, eles pediram para eu deixar a torneira aberta. Com este problema da dengue, eu estou com medo. A água já alagou o lote de baixo e está empoçada. Ela tem chegado suja. Eu telefono para a Vale, peço para limpá-la. Eles falaram que lá na mina ela também está suja; só que eu não acredito que eles vão usar água suja dentro da área da CVRD. Então, quando eu peço, daí a dois ou três dias a água vem limpa; depois torna a sujar. O mato está quase entrando dentro da minha casa; tem cobra... Eles limpam só a beirada da rua pra cá, eles não limpam. Estão fazendo pressão comigo, para eu cansar e sair; mas eu não vou sentir cansada. A ameaça deles é essa – não faço, deixo tudo sujo, não limpo e aí ela vai cansar. Mas quem vai ficar cansado são eles. Enquanto eles não decidirem eu não saio daqui. Eles estão fazendo uma injustiça. Eu não disse que não vou sair. Eu apenas estou pedindo condições iguais às que eu tenho aqui, porque o meu marido era escavadeirista da Vale e o que eu recebo⁶⁵ [...]

⁶³As casas da Vila Conceição de Cima possuíam três quartos grandes, banheiro, corredor, sala, cozinha, alpendre, área de serviço – coberta por telha francesa- jardim e quintal. A casa da atual moradora, dona Benedita, possui ainda, algumas benfeitorias como um crescente onde funciona a cozinha (a cozinha tornou-se copa) e um barracão de quatro cômodos onde morava seu filho casado. A casa do bairro Fênix, oferecida às viúvas, pela Vale, é construída em um lote de 170 m², possui dois quartos pequenos, banheiro, cozinha, onde cabe apenas o fogão e a geladeira, somente um tanque servindo como área de serviço. E coberta de telha de amianto e forrada de tábuas de pinho, de pior qualidade.

⁶⁴Gerente geral é o posto mais elevado na hierarquia da CVRD, na cidade.

É importante ressaltar que, quando a Vale retirou os moradores da Vila Conceição de Cima, somente as viúvas tiveram direito a outro imóvel situado num núcleo popular denominado Fênix. Esse bairro foi construído, pela prefeitura, para atender aos desabrigados e aos favelados residentes em área de risco. Ali, as casas têm baixo padrão de construção, ocupam um terreno de 170 m², não correspondendo àquelas da Vila Conceição, que eram maiores, mais sólidas e edificadas numa área de 400 m². FIG. 9

Quatro das viúvas, a princípio, não concordaram em receber o imóvel no bairro Fênix e entraram com ação na justiça, reivindicando uma casa no mesmo padrão da que habitavam. Também, a CVRD oferecia como indenização para os moradores, órfãos de pai e mãe, uma quantia de R\$ 5.000,00. Segundo a atual moradora dessa Vila:

Ficou uma pessoa que saiu quase por último. Ela falou que não saía porque R\$ 5.000,00 daria para comprar uma casa na favela e na favela ela não queria. Ela recusou e ganhou uma casa no bairro Fênix. Os outros não conseguiram nada porque não lutaram e tinham medo.

No caso das viúvas, essas já viviam nessa Vila desde a década de 1960 e, como afirma a atual e remanescente moradora:

A Vila era muito boa; era um dos melhores bairros de Itabira... Eu estava resolvida a ir para o bairro Fênix, mas pedi para eles fazerem a melhoria: uma cozinha, porque a que existe lá não cabe um fogão e uma geladeira; mais um quarto, pois tenho três quartos grandes e, lá, só dois pequenos; uma área de serviço, pois a gente não é cachorro para trabalhar no sol, lá não tem cobertura; um alpendre, como aqui e murar a área. Eles recusaram. Falaram que se fizesse isso para mim, teriam que fazer para as outras pessoas. É justo? As outras já mudaram. Tinham três que estavam com a causa na justiça junto comigo, mas desistiram.

Com base nessa entrevista, é clara a percepção que a moradora tem. Segundo ela, a empresa oferecia padrão material de vida de qualidade, isto é, bons meios de consumo coletivo. Convém destacar que essas condições garantidas aos trabalhadores eram componentes do salário indireto, forma de manutenção do empregado na empresa e maneira de mantê-lo subserviente e a seu dispor. A CVRD, ao construir moradias para os funcionários deixa claro, no relatório anual de 1960, que: “O investimento nesse particular atende a interesses sociais, mas atende especialmente os interesses da empresa”⁶⁶ Segundo Engels apud Benevolo (s.d., p. 141):

⁶⁵A atual moradora da Vila recebe no total R\$ 491,00 de aposentadoria sendo parte correspondente ao pagamento do INSS e parte, de complementação da Valia. Atualmente, enfrenta sérios problemas de saúde e não tem o plano de saúde oferecido pela empresa.

⁶⁶Companhia Vale do Rio Doce – Relatórios, 1960.

[...] A propriedade de uma casa, generosamente cedida pelo empreiteiro ou pelo Estado ou comprada com as próprias poupanças, não subtrai o operário à exploração capitalista, permitindo pelo contrário ao capitalista baixar o salário de uma quota correspondente ao aluguel pago e diminuindo a mobilidade do operário, isto é a sua responsabilidade de subtrair as condições estabelecidas pelo dador [sic] do trabalho.

No decorrer do andamento do processo na justiça, três viúvas desistiram da Ação e aceitaram as condições oferecidas pela CVRD. Foram para o bairro Fênix, pois não suportaram a pressão da empresa, como salienta uma entrevistada:

Elas desistiram porque ficaram com medo. Falaram para elas que tinham que sair. Usaram até o dono da empresa de ônibus urbano para nos tirar daqui. Eles falavam que se a gente não saísse, ia ter ordem de despejo. Teve uma pessoa que até adoeceu lá na Vale. A pressão dela subiu. Teve ameaça. Eu não me intimido com ameaça. Quem não deve, não teme. Eu tenho 42 anos que moro aqui. Eu não tenho medo (Moradora da Vila Conceição de Cima).

A atitude dessas três moradoras, ao desistirem da ação contra a CVRD, mostra que o difícil processo de construção da consciência de direitos apóia-se num tecido social marcado pela escassez de recursos financeiros, de informação, de cultura e pela baixa capacidade de organização social. Mas também, foi no e pelo enfrentamento das contradições do espaço (Lefebvre) que essa consciência foi-se formando, mesmo que de forma incipiente. E, sobretudo, pelas dificuldades reais de encontrar eco e respaldo em outras possíveis forças organizadas da sociedade local.

Constata-se, por essa situação, que, como nas vilas operárias, os moradores de outros bairros também sofreram pressão da grande empresa, que usou de todos os meios e de sua capacidade de persuasão e de cooptação para conseguir seus objetivos: expansão das áreas de mineração, mantendo sua hegemonia na produção do espaço da cidade.

PARTE II - VILA PACIÊNCIA: DA PACIÊNCIA À RESISTÊNCIA

Capítulo 4 – A PROBLEMÁTICA DA VILA PACIÊNCIA

4.1 - Origem e Caracterização da Vila Paciência

A Vila Paciência surgiu por volta de 1957, numa área particular, situada a noroeste do sítio urbano de Itabira, sobre veios de minério de ferro, em altitude mais elevada do que esse. Dividia-se pela linha férrea da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e pela Estrada Cento e Cinco, em duas partes: Vila Paciência de Cima e Vila Paciência de Baixo. Na década de 1970 a Vila tornou-se bairro legalizado pela prefeitura. FIG. 10.

A parte superior do bairro compunha-se de sete ruas, com 123 imóveis⁶⁷ particulares, medindo entre 98m² e 3433m² e uma área correspondente a 26 lotes de propriedade da CVRD, adquirida da ACESITA⁶⁸. Essa parte foi extinta pela CVRD, na década de 1980, em virtude da expansão da exploração dos veios de minério de ferro situados sob essa área da vila, isto é, em decorrência da extração desse mineral, na mina do Chacrinha⁶⁹, adquirida da ACESITA. A porção inferior dessa Vila, permaneceu. Possui hoje sete ruas, com 312 imóveis, dos quais 261 são moradias. Vivem ali ainda 1037 habitantes dentre os quais 471 do sexo masculino e 566 do sexo feminino⁷⁰.

Inicialmente, a infra-estrutura urbana ali era precária. Não havia ruas pavimentadas nem rede de água e esgoto. A água para o consumo doméstico originava-se de uma “biquinha” distante das casas. Os moradores se referem às constantes filas e aos encontros que os momentos de espera propiciavam, sobretudo, às mulheres e crianças.

⁶⁷Fonte: CVRD, Gerência de Comunicação Regional Minas Gerais/ Nordeste, 23 out. 2002.

⁶⁸ Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA) que também explorava minério de ferro em Itabira.

⁶⁹A mina do Chacrinha localiza-se na Serra do Esmeril. A reserva de Chacrinha é de 18,7 milhões de toneladas de itabirito, mais 101,6 mil toneladas de hematita e a previsão de exaurir só no ano de 2014. (DEQUECH, Ricardo. In: *O Cometa Itabirano*).

⁷⁰Fonte: IBGE, Censo, 2000.

A fila para a água prolongava-se por muito tempo, exigindo das pessoas muita paciência. Pelas entrevistas há indícios de que foi esse fato que deu origem à denominação “Vila Paciência”. Alguns entrevistados, em seus depoimentos, assim explicam esse topônimo:

Nos primeiros anos da Vila Paciência, tinha umas cinco a seis casas, tinha muita poeira, quase um palmo - pouca água e com tudo isso os moradores viviam em harmonia, tinha paciência de tolerar esperando o outro para encher a bacia, encher as latas (Ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

Tinha uma biquinha, a gente buscou durante muitos anos, água. Então a gente tinha de ter muita paciência para buscar água; tinha muita gente na frente da gente – para torcer roupa e a terra era vermelhinha, vermelhinha! Então eles falavam assim: paciência! A gente tinha que ter paciência; eles brincavam que a gente era o segundo pé de pomba, pois já tinha outro aqui na cidade. Descíamos com um paninho e chegava no bairro Pará limpávamos o sapato. O nome Vila Paciência é pela paciência que a gente tinha que ter para morar lá (Ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

Diferentemente dos outros bairros situados próximos às áreas de mineração, a Vila Paciência não se constituiu como um bairro funcional da CVRD, como a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) e a Vila Conceição de Cima, destruídos por ela nas décadas de 1970 e 1990⁷¹, respectivamente.

Constatou-se pelas entrevistas que os moradores e ex-moradores da Vila Paciência são constituídos, na sua maioria, por empregados não qualificados das empreiteiras contratadas para a construção de infra-estrutura na CVRD, durante as décadas de 1970 e 1980; por trabalhadores da Vale; por funcionários públicos, como comerciantes, aposentados, entre outros. As relações de convivência, entre eles construídas, são próprias de um grupo social espacialmente afastado de outros bairros. Os moradores se referem à sua forma de relação social dizendo que viviam em comunidade⁷². Existiam ali espaços de sociabilidade, como: time de futebol, clube de jovens, grupo de seresta e celebração de festas, como quadrilhas, gincanas e eventos religiosos. FIG.11.

Para Lefebvre apud Gottdiener (1997, p. 127):

O espaço é uma localização física, uma peça e bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao

⁷¹Fonte: CVRD.

⁷²Agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos. SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

mesmo tempo o local geográfico de ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social).

Com base na afirmativa de Lefebvre e nos depoimentos dos entrevistados, comprova-se a função social do espaço produzido – do bairro Vila Paciência – pela estreita relação de convivência estabelecida entre eles:

Nós éramos uma só família. Era uma comunidade. Qualquer coisa um acudia o outro, ajudava, era uma família mesmo (Ex-morador da Vila Paciência de Cima).

O nosso relacionamento era de causar inveja nos dias atuais. O interesse era comum; então a relação era a melhor possível (Ex-morador da Vila Paciência de Cima).

A relação entre os moradores da Vila Paciência de Cima era excelente! Era muita amizade, tudo em conjunto; era uma Vila que não tinha cercas nos quintais. Às vezes sorteava-se aonde ia ser a seresta, a festa no final de semana. Tinha o time de futebol – Itabira Vila Paciência Atlético Clube – IVIPA; o clube de jovens – JUCLER; o grupo de serestas e o mini-JUCLER – com crianças de 8 a 11 anos. Cercávamos a rua para fazer brincadeiras, gincana, quadrilha e reflexão. Tentava conversar e unir aquela comunidade tão sofrida mas muito forte de princípios e valores morais (Ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

Obviamente que a estreita convivência cotidiana é hoje idealizada pelos moradores removidos daquele bairro. No entanto, a produção de espaços organizativos de várias ordens dá testemunho inequívoco do sentido comunitário existente entre os moradores.

Como anteriormente analisado, na década de 1970, por causa do incentivo dado pelo governo federal à expansão fundiária das companhias mineradoras, instituíram-se *Decretos Expropriatórios* com o objetivo de definir áreas sujeitas à desapropriação por interesse direto ou indireto da mineração. FIG.12.

Em Itabira, como em outros lugares de exploração mineral, pela dificuldade de identificação da extensão das áreas com jazidas, os decretos preservaram o máximo de área possível. A região definida pelo *Decreto Expropriatório* de 29/06/1975 concedido pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) à CVRD, atingiu uma grande área do município, inclusive parte do sítio urbano, como o da região da Vila

Paciência. Da expansão das áreas de mineração, resultaram impactos profundos sobre o meio ambiente da cidade e sobre a população itabirana. Também tornaram-se difíceis os reparos aos danos ambientais e a recuperação das áreas mineradas ao final da vida útil das minas. Gontijo (1996, p.183), num estudo sobre as perdas socioeconômicas, financeiras e ambientais sofridas pela comunidade de Itabira em razão da atividade mineradora, afirma:

A recuperação adequada das áreas depredadas já se encontra comprometida não sendo crível que a CVRD, ao término da atividade extrativa, por exaustão dos recursos minerais existentes, recomponha, por iniciativa própria, o meio ambiente de forma adequada, particularmente o quadro paisagístico.

O início da expansão da área de extração mineral, próxima à Vila Paciência – mina do Chacrinha – insere-se no período do “boom” da mineração e da modernização das atividades minerárias na cidade que se deram entre o final dos anos sessenta e meados dos anos oitenta. Porém, a intensificação da exploração mineral nas minas no entorno e no local dessa Vila ocorreu a partir dos anos noventa.

Na década de 1980, com a exploração de minério na mina do Chacrinha, a CVRD desapropriou 123 imóveis⁷³ da Vila Paciência, situados na parte superior da linha férrea e Estrada Cento e Cinco, negociando a desocupação da área com os moradores ali residentes. A comunicação da extinção da Vila e da desapropriação dos imóveis, pela Vale, gerou sérios conflitos entre moradores e a empresa.

4. 2 - Extinção da Vila Paciência: Conflitos, Mobilizações e Negociações entre a CVRD e a População

Levantem os olhos e vejam o que está acontecendo à nossa volta, para que não sejamos acusados de omissão se o homem, num futuro bem próximo, solitário, nostálgico de poesia, encontra-se sentado no meio de um parque forrado de grama plástica, ouvindo o cantar de um sabiá eletrônico, pousado no galho de uma árvore de cimento armado (PIMENTEL, 1991)⁷⁴.

O processo de extinção da parte superior da Vila Paciência ocorreu no período que vai de 1984 a 1987, e se caracterizou por inúmeros conflitos e negociações entre a CVRD e os moradores dessa Vila. A comunicação entre eles, da extinção dessa porção da Vila,

⁷³CVRD: Gerência de Comunicação Regional Minas Gerais/ Nordeste, 23 out. 2002.

⁷⁴PIMENTEL, Manoel Pedro. In: *Revista de Direito Penal*. v. 24, 1991.

efetivou-se por meio da representação da associação do bairro e de moradores individualmente, de um lado, e, de outro, por representantes da empresa e de forças do exército. A participação do exército nesse processo expressa resquícios do momento político da ditadura militar vivenciada pelos brasileiros, no período de 1964 a 1984. As marcas do autoritarismo imperante também nas empresas estatais estão presentes até os dias atuais na memória de diversos ex-moradores da Vila que assim se expressam:

A relação era de muita ditadura e eles não negociavam [...]

Foram duas pessoas da Vale que chegaram na minha casa e falaram que a gente iria ser indenizado.

Nós ficamos sabendo de maneira muito drástica e de repente a gente assustou – já tinha quase um exército na Vila Paciência com metralhadora, com arma na mão. Eles falaram: a Vila vai acabar e vocês vão sair. Fomos indenizados com pouco mais de nada.

A população, além de receber a desagradável notícia da desapropriação da Vila Paciência de Cima, também lidou com o prazo imposto pela CVRD para desocupar os imóveis – o máximo de três dias. Esse prazo impediu que lideranças locais mobilizassem a população a ser desalojada em defesa dos seus direitos. Também, o medo que alguns moradores, trabalhadores da CVRD, tinham de perder o emprego, caso contestassem qualquer atitude da Companhia, levou-os a não questionarem a postura interventora da mineradora. Temiam que, quem resistisse às determinações da empresa, fatalmente estaria sujeito a represálias.

Ex-moradores, entrevistados, assim descrevem esse momento de apreensão:

Foi tudo muito rápido. Quando as pessoas assustavam, eles já estavam chegando com a indenização, com o policial e com o exército. Não dava tempo das pessoas se organizarem. Foi a estratégia que eles usaram. Foi uma rapidez tremenda. Tiravam as pessoas, pagavam-lhes e falavam: você pode arrancar a casa e levar. Dava o prazo, e, a partir do momento em que eles depositavam o dinheiro e o prazo acabava, se não tirou a casa, eles não tinham mais compromisso, chegavam com as máquinas para passar sobre elas e aí, perdia-se o material; não dava para aproveitar nada.

O prazo era o mais rápido. Se não saísse dentro do prazo que a Vale dava, a gente tinha medo de represália; todo mundo tinha medo. Medo de enfrentar o dragão – a CVRD – a gente era muito pequeno frente a ela. Quem ia resistindo ia sofrendo as consequências do caminhão pesado que ia passando e das dinamites.

É importante ressaltar que, durante os prazos estabelecidos para a comunicação e a saída dos moradores, a CVRD lançava informações desencontradas e contraditórias, o que gerou, entre os moradores, um clima de dúvidas, insegurança, medo e angústia. Isso facilitou a ação de desapropriação da forma como foi realizada, uma vez que a força organizativa dos moradores era insignificante e não dispunham de outros meios que pudessem contrarrestar a dominação da empresa. Na fala de um ex-morador da Vila, pode-se comprovar essa situação:

[...] então, a gente tinha que procurar informação; ela não era muito correta e precisa. Essa insegurança quanto à permanência ou saída dali trazia desconforto e uma coisa muito ruim.

Como referido anteriormente, as negociações entre os representantes da CVRD e a população da Vila Paciência de Cima se deram individualmente ou por meio da Associação de Moradores. Coube à diretoria da Associação reunir os moradores, discutir as reivindicações e levar, à Vale, as suas propostas. A maioria da população negociou por meio dessa forma de mediação e se sentiu satisfeita com os resultados.

A forma individual e direta de negociação se processou de modo mais conflituoso e sem bons resultados, como afirma o presidente da Associação de Moradores da época “Teve alguém que negociou fora, inclusive se deu mal. Foram os piores negócios. Aqui houve negociação, lá houve pressão; eles pressionando a Vale, xingando e brigando”.

Para Vainer & Araújo (1990, p. 23): “À medida que se constrói a força de coesão social do movimento de organização das populações atingidas⁷⁵, limitam-se progressivamente os espaços para que as empresas apliquem sua tática de tratamento caso a caso”. O que se observa no caso da Vila Paciência é que as duas modalidades (individual e por meio da Associação de Moradores) de forma de negociação ocorreram, com prejuízo para os que optaram pela individualização da tratativa.

Ressalta-se que, durante a negociação coletiva com a CVRD, houve uma grande dificuldade de a Associação dos Moradores se impor como órgão de representação

⁷⁵O termo atingido é destituído de sua original e constitutiva idéia de passividade para ser associado à luta. (VAINER, Carlos B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. *Revista Travessia*. Jan/abr. 1990. p. 194).

daquela população atingida. Não houve coesão dos moradores nem processo efetivo de análise da situação por parte deles. A falta de consciência coletiva e a desinformação representaram, para o negociador deles, no caso o presidente da Associação, um obstáculo difícil de ser administrado. De um lado, estava a CVRD, detentora das minas do Chacrinha, com licença para minerar e já ancorada na força do *Decreto Expropriatório*, tendo clareza de seus objetivos e domínio sobre as margens de negociação; e, do outro, os moradores inseguros, amedrontados, angustiados, representando um somatório de reivindicações individuais, por vezes difíceis de serem vocalizadas de forma coletiva. Para o presidente da Associação, daquela época:

A relação entre os moradores da Vila Paciência de Cima, durante o período das negociações, foi trabalhosa porque numa comunidade existem pessoas com todas as características: aquele com um nível de informação mais elevado, outro com o nível de informação mais baixo. Isto traz um trabalho imenso; traz tumulto; traz uma série de coisas que nós tivemos que fazer na nossa comunidade para que quando chegasse na CVRD, chegasse com o negócio peneiradinho, do jeito que a gente precisava, porque se nós fôssemos levar esse tumulto, dentro da Vale, nós não íamos resolver nada. Foi um trabalho muito penoso que nós fizemos na Associação para resolver o problema e levar as propostas para a Vale, para termos mais êxito na negociação.

Segundo Harvey (1980, p. 67) “a heterogeneidade de valores culturais e sociais pode tornar impossível os grupos chegarem a uma posição de negociação válida”, fato que ocorreu entre os moradores da Vila Paciência de Cima que se dividiram, se enfraqueceram e também não foram apoiados pelo poder público, pelas entidades e outros segmentos sociais locais. Como ressalta Ribeiro (2000, p. 59):

As dificuldades na representação dos interesses coletivos explicam-se pela precariedade de espaços institucionais e arenas políticas que permitam o tratamento abrangente das necessidades sociais.

Por outro lado, mesmo tendo todos os elementos de poder a seu favor, durante todo o processo de negociação, a CVRD preocupou-se em transmitir uma imagem de empresa democrática, recebendo e ouvindo os moradores da Vila e seus representantes. Essa defesa de uma imagem positiva, por causa de um intrincado relacionamento nacional e internacional que a empresa mantém, de um lado, é uma estratégia de marketing, de outro, também lhe impõe alguns limites e constrangimentos a uma ação expropriatória pura e simples. Isso se pode comprovar pelo depoimento⁷⁶ a seguir:

⁷⁶JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, ano VI, n.86, 13 dez. 1985.

Estamos permanentemente atentos à situação dos moradores da Vila Paciência, com os quais já iniciamos negociações para adquirir seus imóveis por preço justo, através de Comissão que nomeamos exclusivamente pra tal finalidade (Raimundo Mascarenhas - Presidente da CVRD).

Agindo dessa forma, a Vale conseguiu promover uma relação de “pseudoparceria” impedindo um trabalho de conscientização dos moradores a respeito de seus reais direitos. A fala do ex-presidente da Associação dos Moradores ilustra esse tipo de relação quando rememora que foi proposto (e aceito) trocar a *desapropriação* pela *negociação*. Ou seja, a empresa conseguiu manipular o possível acirramento de consciência dos direitos por parte dos moradores, ao substituir uma expressão carregada de significado de dominação, por uma usada como instrumento privilegiado das relações democráticas:

Nós abolimos a palavra desapropriação porque ela traz prejuízo e desânimo. Então combinamos entre os moradores, a diretoria da Associação e eu, como presidente, mais o representante da CVRD, que nós íamos trocar a palavra desapropriação por negociação (Ex-presidente da Associação dos Moradores da Vila Paciência).

A posição da Vale foi contraditória. Ao mesmo tempo em que passou uma imagem de empresa democrática, estabeleceu critérios unilaterais para avaliação dos imóveis tais como: o tamanho da propriedade e a estrutura da casa – se de alvenaria, ou não, se de laje ou não. As benfeitorias como quintal, jardim e também as construções de madeira, não foram objeto de avaliação e valorização. A população, já fragilizada com a notícia da desapropriação, mostrou-se, também, insatisfeita com os critérios de avaliação dos imóveis, como se expressa uma ex-moradora ao lembrar desse momento:

Lembro-me de pessoas reclamando, chorando, porque tinham dois ou três lotes e um quintal todo plantado. Eles falavam assim: isso aí não vale nada; planta não vale nada. Tínhamos uma casa de alvenaria e uma de madeira. A de madeira não valeu nada.

Na realidade, quintal, jardim e outras benfeitorias compunham o espaço real da vida cotidiana, representavam investimento, além de significarem um poder simbólico da própria história dos moradores, tendo portanto, grande *valor de uso* para eles. No entanto, para a empresa, nada disso mereceu indenização pois, tudo isso tinha pouco *valor de troca* e grande *valor de uso* futuro, pelas riquezas encontradas no subsolo. Como afirma Harvey (1978, p.137) ao analisar o valor de uso e de troca do solo e das benfeitorias: “Os valores de uso refletem um misto de necessidade e reivindicações

sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares [...]” O que se constatou foi um conflito de interesses entre moradores e CVRD.

Em entrevista, um morador da Vila Paciência de Baixo, relata com indignação a espoliação sofrida por eles, “A Vale, ao invés de adotar uma atitude de honestidade, digna, ela foi empurrando as pessoas e comprando as propriedades na galinha de vanguarda”.⁷⁷

Comprova-se que, para a mineradora, o que importava era a produção, o custo/benefício do seu empreendimento enquanto que, para a população, a lógica era outra: no espaço construído estava o passado e a história familiar, o presente como a reprodução do cotidiano, e a expectativa de futuro individual e comunitário. Em consequência, não estava em jogo, para eles, apenas o valor do imóvel, mas o sentido da construção coletiva da identidade, da lealdade e do grupo, isto é, o *valor de uso*.

A resistência dos atores sociais dessas vilas durante o processo de expropriação comprova como é importante a consciência e o exercício da cidadania para reivindicar e manter os direitos e chegar a conquistas significativas, sem prejuízo para as condições de vida. No entanto, os que resistem acabam por enfrentar, quase herculeamente, condições adversas de relações e de vida. Sua persistência fica apenas como testemunho vivo da dominação e da exploração do mais forte. Para Silva (2002, p. 109) “A população das áreas de mineração, como a itabirana, muitas vezes se sente como ‘anões’ frente ao gigantismo das mineradoras e sem forças para enfrentá-las”.

A forma como se deu o processo de produção e de apropriação do espaço pelas grandes empresas, nas cidades monoindustriais, como no Vale do Aço e em Itabira, foi determinante para a qualidade socioambiental desse espaço. Segundo Costa (2000, p. 199) um dos paradigmas da produção do espaço nessas cidades é

[...] a concepção a qual os altos custos ambientais urbanos a ser arcados pela população compensam o crescimento econômico, ou seja, as consequências decorrentes de uma baixa qualidade ambiental seriam o preço a ser pago pelo emprego industrial, o acesso à habitação e a outros benefícios. O mesmo

⁷⁷Segundo depoimento de um morador da Vila Paciência, *galinha de vanguarda* significa comprar a preço irrisório.

raciocínio se aplica à gestão desse espaço, no qual os altos custos urbanos, em termos de necessidade de investimentos sociais e ambientais, compensariam e seriam contrabalançados pelos recursos públicos provenientes da atividade industrial.

Ressalta-se que a última afirmação da autora não condiz com o caso da Vila Paciência.

Nesse contexto, funcionários da Vale, ao serem questionados por atores sociais itabiranos quanto aos prejuízos causados à população de Itabira pela atividade minerária, defendem a presença da empresa como sendo vital para o município, desprezando os efeitos negativos de tal atividade, comprovando o paradigma salientado por Costa (2000,1999), como se constata pelos depoimentos: “Se não fosse a Vale Itabira seria uma aldeia” (Dauster)⁷⁸; “Ai de Itabira se não fosse a Vale” (funcionário da CVRD In: Minayo ,1986, p. 48).

Alguns itabiranos, como o jornalista de “O Cometa Itabirano”, indignados com esse posicionamento dos representantes da Vale contestam essas afirmativas: “[...] se não fosse o minério de ferro de Itabira, a Vale não existiria. No máximo seria outra. E qual? (Procópio).⁷⁹ A contestação acima evidencia a interdependência entre mineração, mineradora e cidade de Itabira.

Todas esses conflitos põem em evidência a injustiça socioambiental à qual está exposta, com mais frequência, a população da Vila Paciência, em desvantagem econômica e ocupante de um espaço vulnerável e de alto *valor de uso* para a Vale. A vulnerabilidade desse espaço construído associa-se aos efeitos tanto da localização das jazidas minerais em relação aos imóveis, como àqueles promovidos pelos interesses da atuação do grande capital. Ou seja, estabelece-se uma relação perversa entre a exploração e a exaustão de recursos naturais e a destruição de espaços simbólicos. Para Acselrad (2001)⁸⁰

⁷⁸Presidente da CVRD, 2000.

⁷⁹PROCÓPIO, Marcelo. Jornalista do jornal *O Cometa Itabirano*, 2000.

⁸⁰Maiores informações sobre justiça ambiental são oferecidas por ACSERAD, Henri. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 4 a 8 nov. 2002.

Injustiça ambiental é o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e vulneráveis.

Em Itabira, nota-se que alguns segmentos sociais, de nível socioeconômico mais elevado, residentes nos bairros próximos à mineração, são também alvo de injustiça ambiental. Os custos ambientais da mineração, para eles, são a desvalorização e deteriorização dos imóveis e a poluição sonora e atmosférica. Empiricamente, constata-se que, em Itabira, a população de baixa renda mora nos bairros mais afastados das áreas de mineração e, portanto, sofre com menor intensidade, os efeitos ambientais negativos da atividade minerária. Os custos ambientais da mineração, por exemplo, a poluição atmosférica, afetam de maneira direta e, em geral, toda a população da cidade, mas, sobretudo, a que se situa no núcleo urbano central e nos bairros próximos às jazidas.

A explicação para a origem dos diferentes interesses entre moradores e CVRD está relacionada ao privilégio que o capital tem sobre os espaços de produção em relação aos de reprodução social. A contradição é acentuada na medida em que se multiplicam os conflitos socioambientais, tanto pela criação de novas áreas de risco ambiental, como pelo aumento dos espaços onde o acesso aos recursos ambientais e naturais é objeto de conflito. Santos & Motta (2001, p.108) afirmam que:

De fato, as empresas se beneficiam enormemente da mais-valia proporcionada pelos serviços ambientais prestados pela natureza presente no espaço urbano e no seu entorno, situação proporcionada pela ausência de instrumentos reguladores, fiscalizadores e penalizadores da ação poluidora e depletora decorrentes dos processos de transformação.

Em relação à atuação da CVRD na produção do espaço de Itabira, deve-se considerar que, sendo uma empresa estatal por décadas, e, portanto, subordinada ao governo federal, formava em Itabira, um “*enclave político*”.⁸¹ A atuação da Vale na cidade, derivada dessas relações externas ao poder local, além de todo o poderio econômico, sempre se ancorou na legislação federal. Muitas vezes, a empresa desconsiderou as leis

⁸¹Piquet (1998, p. 37), ao analisar as relações entre poder local e a grande empresa, afirma que se forma um *enclave político*, pois “diversificam-se as lealdades políticas: as instâncias institucionais tradicionais de caráter local e regional perdem o controle político e administrativo sobre a área de empreendimento e, por outro lado, a nova estrutura organizacional, por estar ligada a atividades chaves da economia do país, remete as questões locais diretamente à instância federal.”

municipais e, assim, de forma estrutural, sempre enfraqueceu o poder de mobilização cidadã.

As entrevistas realizadas com a população deslocada da Vila Paciência de Cima revelaram que algumas pessoas possivelmente ficaram conformadas com o resultado das negociações; outras, porém, consideram-se lesadas pelo que foi conseguido nesse processo. A Vale permitiu que os moradores escolhessem a forma de ressarcimento pelos imóveis: dinheiro ou outro imóvel que a Fundação Vale do Rio Doce (FVRD) construía no bairro Novo Amazonas. A maioria deles optou pela segunda porque essa lhes garantia moradia imediata. Muitos tinham receio de que a quantia em dinheiro não fosse suficiente para a aquisição de outro imóvel nas mesmas condições daqueles ofertados no bairro para o qual seriam deslocados.

Pode-se relacionar essa decisão dos moradores ao fato de que, aquele que recebe uma indenização, raras vezes consegue instalar-se em uma propriedade equivalente àquela que teve de abandonar. Esse cálculo de vantagem se devia ao fato de que a inflação desvalorizava rapidamente a quantia recebida. E, também, ao reconhecimento do aquecimento da economia e da especulação imobiliária local da época, que penalizavam enormemente os que aceitavam o pagamento em dinheiro para comprar outra propriedade. Sobre isso, assim se expressaram alguns moradores:

Foi vantajoso para alguns que conseguiram negociar sem aceitar dinheiro, mas falou assim: eu quero outra casa e resistiu quanto ao bairro, questão de distância do centro da cidade. Quem recebeu em dinheiro teve o imóvel muito pouco valorizado; a maioria das vezes não deu para comprar outra casa; não valia nem a metade daquela que ele tinha lá na Vila Paciência (Ex-morador).

Quem recebeu dinheiro comprou barracos em favela e ficou pior. O favelamento aqui em Itabira é provocado pela Vale (Morador da Vila Paciência de Baixo).

Apesar de toda a retórica da *negociação*, verifica-se, a partir das entrevistas, que, para os moradores da Vila Paciência de Cima, o processo de desapropriação se deu de forma conflituosa, invasiva, numa relação de imposição, intimidação e inimizade. A real desinformação dos proprietários (apesar do que lhes era dito), a baixa capacidade organizativa e de vocalização e a forte dependência da empresa constituíram-se como as principais armas da CVRD, num processo que facilitou a sua apropriação do local.

A empresa foi-se aproximando da Vila e utilizando-a como depósito de minério. De um lado, o barulho e o movimento das máquinas, as partículas de minério em suspensão, os enormes equipamentos e a forma autoritária de apropriação do espaço. Como lembra a presidente do CODEMA, nessa época: “[...] nem todos os moradores haviam saído e as máquinas já estavam arrebatando as tubulações de água”. De outro lado, a população pressionada, temerosa, amedrontada, desarticulada, sem instrumentos objetivos de mobilização e de envolvimento de outros segmentos sociais. Foi assim que a maioria dos moradores aceitou o que a empresa propôs, apesar do prejuízo para o seu patrimônio e para sua vida social. Um entrevistado comprova a força da pressão exercida pela empresa, naquele momento:

Se a pessoa dizia que não ia vender o seu imóvel o representante da empresa dizia: vamos passar o trator em cima de vocês. Com a poeira, o barulho, a pessoa acabava cedendo àquela tentação (morador).

À dificuldade de articulação e de mobilização dos moradores da Vila Paciência poder-se-iam atribuir as determinações objetivas de suas condições de vida, o imediatismo, o individualismo, a apatia, as dificuldades de relacionamento com o poder e a falta de crença nos resultados do movimento social, como se pôde aferir nas entrelinhas dos discursos dos moradores. Mas, é fundamental entender que, principalmente durante esse processo, a população desapropriada não obteve apoio significativo nem do poder público municipal nem da imprensa local, instituições que poderiam vocalizar os interesses populares. Ambos se mantiveram afastados das negociações. Um morador da Vila desabafou: “[...] então a Vale empurrou a gente com a barriga. Não teve um vereador e nenhum prefeito que ajudou”.

Constata-se que a “*negociação*” não se impôs enquanto um exercício de desenvolvimento da consciência política e de cidadania. Constituiu-se apenas como um instrumento de administração de relações desiguais de poder e em função da produção do espaço necessário aos interesses da monoindústria. Como afirma Piquet, (1998, p. 37) “O domínio exercido pela empresa subordina os moradores à sua influência e ao *seu* controle”. Em entrevista, alguns ex-moradores confirmam esse domínio:

A relação da CVRD com os moradores era de ditadura; eles não negociavam. A imagem muito forte é de mandar, tanto que mandou um exército para lá e não era de conversar muito com as pessoas não. Os que não trabalhavam na

Vale, por causa do outro – amigo, compadre, parente – tinha também uma relação de medo; não havia comunicação. Ela falava e a gente obedecia.

A relação nossa com a CVRD era de inimigos. Ter simpatia por alguém que está te expulsando do lugar que a gente gosta? A Vale começou a fazer depósito de minério; era barulho, era muito pó de minério sujando a roupa e a casa toda. Ela estava incomodando para a gente se “mancar” e retirar. Ela venceu a gente pelo cansaço.

Nos depoimentos de alguns habitantes da Vila Paciência, constata-se, no geral, uma visão de que a atuação dos políticos é um engodo. Na concretude da vida diária, essa percepção se fundamenta no comportamento daqueles que prometem e não realizam: “[...] os políticos vêm, ouvem, prometem, mas não fazem nada”; “[...] a prefeitura não fez nada até hoje para nos ajudar”; “[...] o prefeito falou que ia nos apoiar para resolver o problema da vila [...] mas não deu em nada”.

Em Itabira, os processos de espoliação são históricos. Da mesma forma que o ocorrido no caso da Vila Paciência, em que os moradores se sentiram lesados pela mineradora, também nos idos de 1910 as terras de Itabira, como referido anteriormente, detentoras de valiosas reservas de minério de ferro, foram adquiridas por 500 mil libras, pelo Brazilian Hematite Syndicate, organizado por empresários ingleses cientes da riqueza que estavam amealhando. Os proprietários das terras, desconhecendo o valor do seu subsolo, venderam-nas a preço irrisório⁸² - uma imensa área (76,8 km²) com incalculáveis riquezas minerais. Nessa época, as forças políticas regionais e nacionais não se achavam articuladas para desencadear na sociedade local uma consciência da importância econômica dessas riquezas e da preservação delas como patrimônio nacional. Também os proprietários das terras não sabiam da existência desses recursos minerais e se encontravam em decadência econômica; por isso as venderam nessas condições. Carlos Drummond de Andrade, em seus versos, refere-se a essa transação comercial prejudicial para os proprietários das minas de Itabira:

Desfile

As terras foram vendidas / as terras abandonadas / onde o ferro cochilava e o mato-dentro adentrava. / foram muito bem (?) vendidas aos amáveis emissários / de Rothschild, Barry & Brothers / e compadres Iron Ore.

O dinheiro recebido / Deu pra saldar hipotecas, / velhas contas de armário e de secos e molhados.

⁸²CVRD – 50 anos de História. op. cit. p. 25

Inda sobrou um bocado pra gente se divertir / no faz-de-conta da vida / que devendo ser alegre / nem sempre é – quem, culpado? (ANDRADE, 1998, p. 25)

Como se vê em Andrade a espoliação em Itabira acontece desde o momento em que seu potencial mineral tornou-se conhecido e continua, até os dias atuais, com a destruição de bairros, de espaços públicos e particulares para a expansão da mineração.

Em relação à extinção da Vila Paciência, não apenas os moradores foram prejudicados, mas também o município foi lesado. Ruas calçadas, rede de água, de esgoto, pluvial, elétrica, de telefonia, construção de meio fio, toda a infra-estrutura e equipamentos urbanos ali existentes foram destruídos, como ressalta a então presidente do CODEMA: “No momento em que o bairro foi construído quem urbanizou foi a prefeitura de Itabira. No momento da destruição dele, todos os serviços urbanísticos [sic] que foram feitos foram dissipados, diluídos e destruídos [sic] com prejuízo para o município”. FIG. 13.

Isso também ocorre em outras “cidades-empresa” (Piquet, 1998) em que a municipalidade não é ressarcida pelas benfeitorias feitas na “*cidade privada*”. A prefeitura perdeu também a receita advinda do IPTU do bairro; salienta-se que a CVRD não recolhe esse imposto em Itabira, apesar das minas situarem-se no espaço urbano. Infelizmente o poder municipal assistiu à cena de destruição de mais um espaço construído na cidade de Itabira, sem pedir ressarcimento pelos investimentos feitos ali. Para um funcionário da prefeitura municipal de Itabira, [...] “nessa época, era Deus no céu e a Vale na terra”.

Essa atitude de subserviência e de conivência do poder público com a empresa mineradora foi e continua persistindo. Costa (1979, p. 10) em seu estudo sobre o processo de formação do espaço das cidades monoindustriais mostra o poder da grande indústria na cidade, referendando o que aqui se constata empiricamente:

“[...]a grande indústria ao se instalar “adquire” determinados direitos na região, tornando-se um poder paralelo e às vezes superior à administração pública local. Com isto, a indústria faz prevalecer os seus interesses particulares sobre aqueles da população como um todo.

Ressalta-se que a presença da CVRD na cidade de Itabira é apenas um exemplo exacerbado de submissão do poder político ao poder econômico, comum nas sociedades capitalistas e, como salienta Lefebvre (1972)⁸³,

O espaço tem um caráter paradoxal ao mesmo tempo dominado (pela técnica) e não apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja pertence à uma certa ordem próxima, a ordem da vizinhança, e a ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante, só tem uma coerência aparente que em nada impede a desarticulação.

Os conflitos entre a mineradora e os moradores da Vila Paciência assemelham-se àqueles que ocorreram, anteriormente, no processo de desocupação dos bairros operários. Na ocasião, os moradores desses bairros sofreram pressão do poder da grande empresa, que usou de todos os meios e de sua capacidade de persuasão e de cooptação para conseguir seus objetivos. Uma moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus, relembrando a destruição desse bairro, revela seu sentimento em relação à dominação da empresa:

A sensação é de um robô chegando, lutando diretamente com um homem que não tinha nenhuma proteção de ferro. A sensação era de impotência. Você vê a questão do poder econômico, da riqueza, a opulência que vai chegando. A sensação é que um gigante está engolindo alguém menor. É o gigante Golias contra o Davi. O poder é forte.

4. 3 - A Situação de Vulnerabilidade da Vila Paciência de Baixo

A cidade não representa apenas um palco privilegiado para a tragédia ambiental. Mais do que oferecer um cenário favorável ela é parte essencial do enredo, quando não a própria trama. Com efeito, não há como separar os problemas ambientais mais aflitivos destes “tempos (pós) – modernos”, dos processos de urbanização em geral, e da estruturação intra-urbana em particular. Essa associação estrutural é materializada tanto pela pressão sobre o meio ambiente natural para sustentação do modo de vida urbana, quanto pela natureza mesma dos ambientes criados, reconhecidos como cidade (SMOLKA, 1996, p. 133).

A partir da intensificação e expansão da mineração na mina do Chacrinha, nos anos noventa, a parte remanescente da Vila Paciência, situada abaixo da linha férrea e da Estrada Cento e Cinco passou a ser uma área cada vez mais afetada pelos efeitos externos do processo minerário. FIG.14. O engenheiro Laborne (1993)⁸⁴ quando questionado sobre a extração de minério na mina do Chacrinha, nessa época, disse: “Chacrinha será seguramente a maior fonte de poluição atmosférica da cidade. A

⁸³LEFEBVRE (1972) op. cit.

⁸⁴LABORNE, Ildeu. *O Cometa Itabirano*. 1993.

mineração do Chacrinha merece estudos mais aprofundados para saber o que representa no complexo minerador de Itabira”. Essa afirmação foi confirmada por Silva (1993)⁸⁵ que lembra: “Nós temos que ver a questão com dois olhos: o verde da ecologia e o amarelo da economia”. Para ele “a não exploração do Chacrinha significará menos impostos e empregos em Itabira. Só em impostos serão US\$ 3 milhões a menos atualmente”. Para Lage (1993)⁸⁶, presidente do CODEMA à época, “a Vale estaria chantageando, ao ameaçar com emprego e menos impostos em troca de menos poluição”.

Apesar da consciência dos representantes da Vale sobre os efeitos da atividade minerária na mina do Chacrinha, a expansão da mineração se deu em direção ao bairro, estando hoje a uma distância de cerca de cinquenta metros do perímetro das moradias, o que gera uma situação insustentável para os moradores da Vila Paciência. FIG. 15.

Na atividade minerária a céu aberto desenvolvida em Itabira, são usados explosivos e equipamentos industriais pesados que provocam diversos danos às casas, à vida e à saúde dos itabiranos, especialmente daqueles que vivem no bairro Vila Paciência. À medida que se exaure a mina do Cauê e se comprova a viabilidade econômica da exploração das jazidas cada vez mais próximas do sítio urbano, intensifica-se a exploração dessas, onde os veios de minérios estão mais profundos. Portanto, exige-se a retirada de grandes camadas de solo (estéril) o que, conseqüentemente, provoca o aprofundamento da mina. Isso se faz por detonações de dinamites em camadas mais profundas e por movimentação intensa do solo localizado acima das rochas, trazendo estrondos, ruídos, rachaduras na estrutura dos imóveis e vários prejuízos à qualidade de vida da população. Paralelamente a isso, ocorre o rebaixamento do lençol freático com o comprometimento do abastecimento de água da cidade. Os resultados estendem-se também a outros bairros centrais. Um entrevistado embravecido com os efeitos da dinamitagem e com a atitude de indiferença da CVRD, afirmou: “[...] eu queria que um dos engenheiros sentasse na mina, por que eles sempre dizem que está dentro da tabela [sic]”.

⁸⁵SILVA, Dárcio Bragança. Op.cit.

⁸⁶LAGE, Maria Alice de Oliveira. Op. Cit.

A poluição atmosférica relacionada à atividade mineral ocorre com a formação de poeira contendo partículas sólidas em suspensão formadas a partir da desagregação mecânica do minério e do solo, o que causa danos à vegetação e à saúde humana nas áreas adjacentes às lavras. Segundo Gontijo & Reis:

As emissões atmosféricas tendem a se constituir num dos principais vetores de impactos ambientais nas explorações mineratórias conduzidas a céu aberto, como no caso das minas de minério de ferro de Itabira (GONTIJO, 1999, p. 169).

Em Itabira (MG) as vilas situadas perto das minas de ferro apresentam índices particularmente elevados de partículas de minério em suspensão no ar, e metade da população da cidade enfrenta problemas respiratórios, que são responsáveis, a propósito, por 10% dos óbitos registrados no município (REIS, 2000, p. 85-86).

Werneck,⁸⁷ no estudo realizado sobre Itabira em 1994, constatou a significativa incidência de rinites, bronquites asmáticas e outras doenças alérgicas na população de 5504 crianças e adolescentes em idade escolar. Também, para Gontijo (1996, p.187):

As doenças respiratórias constituem um importante problema de saúde pública no município, e existem evidências que permitem relaciona-las à má qualidade do ar decorrente da elevada concentração de poeira em suspensão.

Em 2001, dados do Centro Regional de Saúde de Itabira apontam as doenças do aparelho respiratório como a terceira causa de atendimentos médicos, hospitalares e também a terceira *causa mortis*, principalmente entre crianças e idosos.

Thomazi,⁸⁸ em entrevista ao jornal “O Cometa Itabirano” (1992) ao se referir à incidência de doenças alérgicas relacionadas à poluição na cidade confessou: “Quando eu participo de congressos médicos, especialistas na área sempre brincam: como vai a sinusite itabirana?”

Também um morador da Vila Paciência, irritado, refere-se aos efeitos da poluição, provocada pela CVRD em Itabira:

⁸⁷WERNECK, Gustavo Azeredo F. *Prevalencia y factores de riesgo para asma y otras enfermedades de origen alérgico en niños escolares en la ciudad de Itabira, en Minas Gerais – Brasil*. 1995. 100 fl. (Dissertação para obtenção do título de mestre em Salud Ambiental junto a Escuela de Salud Publica do México).

⁸⁸Médica otorrinolaringologista de Itabira.

A Vale está matando cem mil pessoas em Itabira. Doenças do aparelho respiratório, deve ser a maior do Brasil [sic]. A poluição da CVRD deve ser mais pesada [sic] que a de Cubatão. A Vale além de poluir o meio ambiente, polui também a mente do itabirano porque todo mundo ainda quer trabalhar, prestar serviço e vender para ela.

Constata-se, nesses depoimentos, o quanto itabiranos se sentem incomodados e conscientes da situação ambiental que tanto os aflige. No entanto, expressam ainda a sensação de impotência e irritação acumulada à poeira.

Salienta-se que, a CVRD usa diversos recursos técnicos para minimizar e controlar a poluição atmosférica como - irrigação das estradas nas minas, aspersão de polímeros nos vagões e taludes e aferição do índice de material particulado na atmosfera. FIG. 16. Isso se comprova nos depoimentos de representantes da CVRD e em matérias veiculadas nos jornais Vale Notícias:

[...] Depois de aplicado, o polímero forma uma película, para impedir que a poeira em suspensão se desloque até a cidade. Na cor verde, indica os locais onde já foi aplicado, assim como a durabilidade na frente de lavra (TOUBES, 2002, p. 2).⁸⁹

Por todas as minas do Complexo de Itabira estão sendo desenvolvidas medidas de controle da poeira. Para irrigar as pistas de tráfego, são usados 12 caminhões-pipa. No período de seca, eles trabalham, em média, dez horas diárias [...] Com esses equipamentos, controlamos uma grande fonte geradora de poeira, melhorando a qualidade de vida dos empregados e também dos nossos vizinhos (BAGINSKI, 2002, p. 6)⁹⁰

Como parte do Plano Diretor de Áreas Verdes de Itabira, condicionante da Licença de Operação Corretiva (LOC), serão plantadas 30 mil mudas de espécies arbóreas e arbustivas, numa área correspondente a 38,62 hectares no entorno da cidade. Elas servirão para adensar o cinturão verde entre as Minas do Meio e a cidade [...] A ampliação do cinturão verde contribuirá para reduzir os níveis de poeira e de ruído, além do impacto visual provocado pelas atividades mineradoras (VALE NOTÍCIAS, dez. 2001, p. 2).

Quatro estações de monitoramento do ar foram instaladas em Itabira. A amostragem é feita uma vez a cada hora, durante 24 horas ao dia, sem interrupção, gerando 24 horas médias horárias. O monitoramento em tempo real auxilia nas ações de controle, o que permite agir de forma preventiva. Os resultados serão transmitidos on line para a Vale, Prefeitura e FEAM (VALE NOTÍCIAS, mar. 2002, p.5)

Porém, como a extensão das áreas de minas é de cerca de 15 km e essas se localizam no entorno do sítio urbano, próximas de alguns bairros, como a Vila Paciência e em cotas

⁸⁹Rodrigo Toubes, gerente de infra-estrutura das minas de Itabira. In: *Vale Notícias*, ano 2, n.21, maio 2002.

⁹⁰Luiz Felipe Baginski, gerente de britagem Cauê. In: *Vale Notícias*, ano 2, n.18, fev. 2002.

altimétricas maiores do que a cidade, os ventos que sopram em direção às minas e outros fatores concorrentes não são controláveis pela mineradora; contribuem assim para a dispersão da poeira em direção à cidade. FIG. 17.

Ressalta-se que a atitude de “paciência”, mas não de passividade, vivenciada pelos habitantes nos primeiros anos da Vila Paciência reproduz-se, hoje, com mais intensidade e por motivos mais significativos do que os daquela época. Hoje, mais do que nunca, a população exercita a capacidade de esperar para conseguir sobreviver e se relacionar com a atividade minerária poluidora e degradante. Mas tenta fazer isso defendendo os direitos legais de indenização pelos estragos nos imóveis, exigindo melhorias de condições de vida no bairro. Os entrevistados da localidade relatam com clareza os problemas enfrentados na parte remanescente da Vila Paciência:

Hoje os maiores problemas da Vila Paciência são: poluição, rachaduras das casas como efeito da vibração das máquinas e dos desmontes nas minas e ruído.

Ninguém quer vir morar aqui pelo barulho, pela poluição; nosso imóvel está desvalorizado.

Hoje o maior problema da Vila Paciência são os fogos⁹¹. Quase jogam a casa no chão. Tem dia que dão [sic] três fogos. Além disso, poeira, barulho dos fogos e do trem.

Hoje, o grande problema da Vila Paciência são as explosões. Eles aperfeiçoaram [sic] os explosivos; faz menos barulho, mas dá uma poeira amarelinha e um grande tremor de terra. Os vidros são quebrados, azulejos do banheiro bambeiam e caem, rebocos não agüentam, há infiltração na laje – não tem laje nenhuma que resiste ao tremor.

O terreno caiu todo e a casa não tem segurança. Eu tive que sair e estou tomando prejuízo, pois não posso alugá-la.

O que aparece de forma exacerbada na Vila Paciência, ou seja, esse conjunto de problemas ambientais vem afetando a população itabirana como um todo, há muito tempo. Porém, passaram a ser denunciados com mais veemência, na década de 1980, por alguns atores sociais, pela imprensa local e também pelo cidadão-poeta Drummond de Andrade⁹² que ressalta a desfiguração da cidade e as conseqüências da mineração para a população:

⁹¹Denominação dada às explosões provenientes da colocação de explosivos nos maciços de rocha de minério. Dessa forma o minério é explotado do subsolo.

⁹²REVISTA PAU BRASIL, n. 10. Entrevista.

Hoje minha terra vive a sorte da região espoliada, com os intestinos à vista, sob o pó de minério que suja os corpos e torna as almas sombrias. Um morador de lá disse ao jornal do Brasil: As casas estão trincando, as vasilhas caem no chão na hora do fogo, as crianças e os velhos vivem com gripe e pneumonia. Não adianta fechar as portas e janelas; meia hora depois de qualquer limpeza, pode-se escrever com o dedo sobre o pó depositado nos móveis. A concentração média anual suportável é de 80 microgramas de poeira em suspensão. Itabira acusa o máximo de 240 microgramas por milímetro cúbico. Esse inferno de vida rende muitas divisas ao Brasil, fato de que se gaba a empresa CVRD. E não adianta protestar. Uma vasta rede de interesses emudece a parte da população que deve unir-se contra este estado de coisas.

No caso da atual parte da Vila, a população passou a ser alvo de impacto e risco ambiental em alto grau, sobretudo, a partir da intensificação e da expansão da mineração na mina do Chacrinha. Segundo um jornalista⁹³ que acompanhou o processo de desapropriação da parte superior da Vila:

Quando a Vale adquiriu, da Acesita, a mina da Chacrinha, o que era uma mineração reduzida, virou mineração na escala que é a CVRD. De imediato trouxe problemas ambientais – os que existiam, na época, foram ampliados porque houve toda uma supressão de uma floresta nativa que havia naquele alto de serra; conseqüentemente isso gerou poeira, movimentação de equipamentos, problemas e impactos negativos na comunidade.

Na relação entre atividades humanas e, no caso, entre a mineração e o meio ambiente, ocorreu a descaracterização da paisagem próxima ao sítio urbano e, sobretudo, do seu entorno, além dos problemas já citados como: barulho das explosões e das grandes composições de vagões de minério que atravessam a Vila, maior volume de particulados em suspensão na atmosfera e prejuízos à população pela falta de segurança, bem como, danos à saúde e ao seu bem estar. Considera-se, portanto, que, na Vila Paciência, configura-se uma situação de impacto, de vulnerabilidade e de risco ambiental⁹⁴ para a população na iminência de sofrer acidentes e ferimentos com a queda de rochas e de paredes somados à quebra de vidros e outros efeitos externos negativos do processo minerário sobre a saúde.

Os conceitos de impacto, vulnerabilidade e risco ambiental vêm sendo estudados e definidos por entidades e pesquisadores. Para o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 1986):

⁹³Carlos Cruz, em entrevista à autora em agosto de 2002.

⁹⁴Maiores detalhes sobre esses conceitos podem ser encontrados em TORRES & FRANCO (1993); BRILHANTE & CALDAS (1999); ACSELRAD (2002); BECK (1994).

Impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria e energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (BRILHANTE & CALDAS, 1999, p. 33).

Inhaber apud Brilhante & Caldas (2000, p. 36) define o risco ambiental como “a probabilidade de ocorrer acidentes e doenças, resultando em ferimentos ou mortes”.

O conceito de vulnerabilidade tem sido trabalhado por Santos e colaboradores (1999 e 2000) apud Santos e Motta (2001, p. 95) como:

Uma qualidade do espaço definida a partir da “soma de duas vulnerabilidades”: a vulnerabilidade do meio ambiente frente aos eventos naturais e tecnológicos desencadeadores de catástrofes, e a vulnerabilidade da população, definida por suas condições socioeconômicas.

De acordo com Torres (2000, p. 60) “O risco pode ser entendido como a maior probabilidade de determinados indivíduos ou grupos serem ameaçados por fenômenos específicos”. Para ele, a idéia de risco implica a existência de um agente “ameaçador”: no caso de Itabira, o processo minerário; e de um agente “receptor” da ameaça: neste caso, a população. Tomando como referência esses conceitos, pode-se confirmar essa situação de impacto e risco ambiental relatada nos depoimentos dos moradores da Vila Paciência:

A detonação estraga as casas. A minha está praticamente no chão. Tinha muro de arrimo, área de cobertura, tanque, piscina [...] caiu o muro; ele não agüentou os estrondos da Vale de tão exagerados! Trincou telhado, caiu pedra.

Aqui vem pedra; eu tenho mais de quatro quilos que veio cair aqui.

A atual promotoria de justiça local também aponta, na Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, em doze de fevereiro de 2002, a gravidade dos problemas ambientais na Vila Paciência, “[...] uma vez que há risco à saúde e à segurança dos moradores lesados, tendo diversos deles, abandonado suas residências”. FIG.18.

Pode-se inferir, portanto, que a sociedade itabirana, sobretudo a residente na Vila Paciência, enquadra-se na categoria “*sociedade de risco*” empregada por Beck. Para Beck apud Torres (2000, p. 59), o surgimento da sociedade de risco está ligado à

existência de complexas sociedades industriais, no contexto das quais esses riscos começam a emergir:

O conceito de sociedade de risco busca designar um estágio da modernidade no qual as ameaças produzidas pelo ritmo da sociedade industrial passam, a predominar. Isso coloca em questão o problema da autolimitação desse desenvolvimento, bem como a tarefa de redeterminar os padrões definidos até então, relativos às ameaças potenciais.

A maior proximidade da mina do Chacrinha em relação à Vila Paciência agrava, consideravelmente, os problemas socioambientais nesse bairro. Aumentam a emissão de particulados em suspensão na atmosfera; o barulho das máquinas, o barulho dos equipamentos pesados, o impacto da composição de vagões de minério que cruza o bairro diversas vezes ao dia; as rachaduras e os abalos nas estruturas das casas. Tudo isso traz impotência, insegurança, medo e revolta nos moradores:

Há um tempo atrás três vagões tombaram; caiu na rua, estourou a rede de água. Um vagão ficou pendurado no muro e outro ficou tombado na rua. Corremos risco de vida e a gente convive com isso diariamente sem poder fazer nada (Moradora da Vila Paciência de Baixo).

Na verdade, existe um processo evolutivo da ameaça à vida, à saúde e ao meio ambiente da cidade. Cresceu, também, a consciência dos moradores em relação aos impactos e riscos a que estavam sujeitos e iniciou-se uma mobilização social, envolvendo-os em torno desses. O objetivo da mobilização é reivindicar, da mineradora, ações concretas para minimizar e ou reparar os danos ambientais e ressarcir os prejuízos, tanto materiais quanto para a saúde e bem-estar do grupo social que vive na Vila.

No entanto, observa-se que a mobilização social, apesar de constante, apresenta-se mais como uma teimosia do que como um movimento: é de baixa densidade, não tem uma vocalização coletiva clara, e, sobretudo, não conta com apoio efetivo nem dos órgãos públicos municipais nem de entidades de classe, de instituições e da imprensa local.

Atualmente, o movimento de resistência restringe-se à Associação de Moradores apoiados pelo Ministério Público. Ribeiro (2000, p. 20) afirma:

À medida em que a população se mobiliza, essa participação excede àquelas associadas a melhorias no ambiente físico. Diz respeito também à ampliação da sociabilidade e a práticas sociais que não envolvem, com a mesma intensidade, todos os membros da comunidade. Ao contrário, a participação é compreendida como um processo social complexo que comporta desiguais envolvimento individuais e múltiplas motivações.

Nota-se que a tímida participação de outros atores sociais na mobilização dos moradores da Vila Paciência retrata o poder de dominação da Vale sobre a sociedade itabirana, durante os muitos anos de sua atuação na cidade, a convivência desses com esta, a imobilidade da sociedade local durante muitos anos à medida que todos se calam frente às atitudes da empresa. Minayo (1986, p. 126) diz:

A dominação da CVRD sobre Itabira parte de uma hegemonia econômica e se projeta na totalidade da vida social. Portanto, torna-se difícil alguém se posicionar contra a mineradora, ou mesmo, questionar suas ações em relação ao meio ambiente da cidade e à população local. No entanto, alguns movimentos têm sido organizados pela sociedade civil.

E é exatamente esse movimento local que, por vezes, adensa-se e, por vezes intimida-se, que se discute a seguir.

Capítulo 5 – DA PACIÊNCIA À RESISTÊNCIA

5. 1 – Ações e Reivindicações – O Início do Exercício da Cidadania

Nem tudo está perdido. Pelo menos agora, existe um movimento pensando Itabira com os olhos (e a boca) abertos. Já há até frutos, ainda que verdes. É uma batalha longa e desigual. Mas vale (JORNAL O COMETA ITABIRANO, mar. 1988).

O início da mobilização social mais efetiva na cidade se dá, em 1984, após o Encontro de Cidades Mineradoras, realizado em Itabira. É também, nessa época, que tomam força os movimentos sociais em todo o país, como se comprova em Ribeiro (2000, p. 31) “Nos anos oitenta o período auge dos movimentos sociais em nível nacional”. Logo após esse encontro, o prefeito municipal instituiu o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente⁹⁵ (CODEMA), como órgão de assessoramento da prefeitura na área de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. Para Lage (1987)⁹⁶ “A instalação do CODEMA significou a conquista de um espaço e a valorização da luta de uma comunidade na defesa do meio ambiente. O trabalho era voluntário” Iniciava-se, assim, em outubro de 1985, um movimento organizado em defesa do patrimônio ambiental da cidade. Seus objetivos se colocaram no sentido de reverter a situação ambiental vigente e tornar pública a necessidade de recompor o meio ambiente e exigir soluções para os problemas que ameaçavam o futuro de Itabira. A partir daí, lideradas pelo CODEMA, algumas ações passaram a ser implementadas.

Salienta-se que, os membros do CODEMA à época de sua criação, eram originados de pessoas indicadas por instituições e entidades locais cuja nomeação era homologada pelo prefeito municipal. Esses não possuíam vínculo direto com a administração pública. Eram voluntários imbuídos de espírito comunitário e comprometidos com a

⁹⁵O CODEMA foi criado por força da Lei n. 2324 de 3 de setembro de 1985, pelo prefeito José Maurício Silva e se compunha de 17 membros de entidades representativas da comunidade itabirana: Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Humanas de Itabira; Fundação Itabirana Difusora do Ensino; Associação Comercial Itabirana; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração do Ferro e Metais Básicos de Itabira; Lion Clube 9 de Outubro; Núcleo Apícola de Itabira; Câmara Municipal de Itabira; Diocese Itabira/Fabriciano; CVRD; Ordem dos Advogados do Brasil/Itabira; Interrassociação de Amigos de Bairros de Itabira; Grupo de Escoteiro Padre Olímpio; Cooperativa Agropecuária Cauê Ltda; Sociedade orquidófila de Itabira; Associação Apícola de Itabira; Prefeitura Municipal de Itabira; Colégio Nossa Senhora das Dores (Portaria nº 061, 2 out. 1985). Fonte:CODEMA, 2003.

⁹⁶JORNAL O METABASE. Itabira, maio 1987.

qualidade de vida e bem-estar da população. Por isso, agiam com independência, não se intimidavam com pressões e conseguiram, portanto, avanços significativos no que diz respeito às questões ambientais locais. Para o ex-prefeito municipal de Itabira e instituidor do CODEMA:

Na época da criação, a Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente era completamente independente, tanto da Vale quanto da Prefeitura. Ela punia todo mundo. Percebemos hoje a estatização do órgão, que era não-governamental e hoje, é uma força estatal. Como é lei federal, não podemos fazer nada (SILVA, 2003)⁹⁷.

A partir de 1996, por força da lei nº 3347 de dezembro de 1996, o CODEMA tornou-se Comissão Municipal de Desenvolvimento Ambiental, criado no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – órgão colegiado, consultivo e de assessoramento ao poder público municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais. Compõe-se a partir daí, de vinte membros – representantes do poder público municipal e da sociedade local⁹⁸.

Em 2001, por meio do decreto nº 0366 de 16 de abril de 2001, o CODEMA passa a ter dezenove membros, sendo dez deles, representantes do poder público municipal e nove da sociedade local⁹⁹.

⁹⁷SILVA, José Maurício. www.mixx.com.br, 15 maio 2003.

⁹⁸O CODEMA, a partir de 1996, passou a ser composto por representantes de vinte entidades: um titular do órgão executivo municipal de meio ambiente; um representante do poder legislativo municipal designado pelos vereadores; um representante de cada órgão do executivo municipal; dois representantes da administração pública estadual e federal que tenham em sua atribuição a proteção ambiental e o saneamento; um representante da ordem dos advogados do Brasil; um da Associação Médica; um da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária; um da Associação dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Geólogos; um das faculdades de Itabira; um da CVRD; um representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores; um representante de entidade civil criada com a finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente.

⁹⁹O CODEMA, a partir de 2001, passou a ser composto por representantes de dezenove entidades: Departamento de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Ação Social; Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; CVRD; Câmara Municipal; Serviço Autônomo de Água e Esgoto; Instituto Estadual de Florestas; FUNCESI; Empresa de Desenvolvimento de Itabira; Grupo de Escoteiros Padre Olímpio; Interassociação de Amigos dos Bairros de Itabira; Ordem dos Advogados; Polícia Militar Florestal; Associação Comercial e Industrial de Serviços e Agropecuária de Itabira; Associação de Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Geólogos de Itabira (Fonte: Decreto nº 0366, 16 abr. 2001).

No ano de 2003 o CODEMA passa a compor a estrutura do Sistema Municipal do Meio Ambiente – SIMMA – constituído pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA e a Secretaria Municipal de Educação. O CODEMA conta, a partir desse ano, com doze representantes do poder público municipal e doze da sociedade civil local¹⁰⁰. É importante ressaltar que o presidente desse órgão tornou-se nato e é o titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

Observa-se que, pela nova constituição do CODEMA, esse órgão tornou-se fortemente atrelado à administração pública municipal. Por um lado, isso é positivo na medida que as Secretarias Municipais passaram a compor esse órgão inserindo-as na problemática ambiental local. Por outro lado, verifica-se que sendo a presidência do CODEMA, membro nato e ocupado por um funcionário municipal, há significativa ingerência política institucional do município nas questões relativas ao meio ambiente, deixando essas à mercê da pressão e da vontade dos diversos grupos políticos partidários que administram a cidade. Isso se expressa nos acordos entre o CODEMA e segmentos sociais locais detentores de maior poder econômico, como a CVRD. A sociedade civil, nesse caso, enfraquece. Aqueles que antes participavam do CODEMA, como representantes de entidades civis, se sentem impotentes na luta pela melhoria da qualidade de vida de Itabira. Percebe-se também que, a partir do momento em que o CODEMA assume essa nova estrutura, a Vale muda sua postura frente à questão ambiental fazendo alianças e acordos com esse órgão que nem sempre se revertem em

¹⁰⁰A partir de 2003, o CODEMA passou a ter a seguinte composição: um presidente nato, que é o titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente; um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores; um representante do Órgão Municipal de Saúde Pública; um representante do Órgão Municipal de Obras Públicas; um representante do Órgão Municipal de Agricultura e Abastecimento; um representante do Órgão Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; um representante do Órgão Municipal de Ação Social; um representante do Órgão Municipal de Desenvolvimento Urbano; um representante do Órgão Municipal da Fazenda; um representante da Procuradoria Jurídica; um representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; um representante da Empresa de Desenvolvimento de Itabira; um representante dos Clubes de Serviços; um representante dos Sindicatos de Trabalhadores; um representante dos Sindicatos Patronais; um representante das Associações de Classes de Atividades Econômicas; um representante das Associações de Classes Profissionais; um representante das Faculdades de Itabira; um representante das Atividades Minerárias; três representantes de Entidades Cíveis criadas com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores; um representante de Entidades Cíveis, criadas com a finalidade de defesa da qualidade do Meio Ambiente; um representante das Empresas Loteadoras ou Incorporadoras.

benefícios para o meio ambiente da cidade. O CODEMA perdeu credibilidade, poder efetivo de atuação e se constata, hoje, de certo modo, a sua convivência com os infratores das leis ambientais, aqueles relacionados tanto à mineração como a outras atividades locais.

Um jornalista¹⁰¹ itabirano, por ocasião do 1º Encontro Nacional de Cidades Mineradoras, em 1984, época do “boom” da extração do minério de ferro pela CVRD, referiu-se revoltado, às transformações ocorridas na cidade:

Itabira já foi uma “cidadezinha qualquer”, mesmo que naquela época já fosse fato 80% de ferro na calçada e 90% de orgulho na alma. Já teve o pico do Cauê marcando a força da cidade. Depois veio a exploração do minério e tudo se transformou. Esqueceram o homem, colocaram tudo num grande trem, levaram a riqueza e de quebra o Mato Dentro: a ecologia. Veio a CVRD – impôs um ritmo à mineração sem qualquer visão social e o que é pior, sem pedir licença à comunidade itabirana, que jamais participou de qualquer decisão, vivendo sempre a política paternalista da empresa. Tudo isso já trouxe muita dor e até transformou Itabira, com saudades, em “apenas uma fotografia na parede”. E quantas pedras no meio do caminho?!

Quanto aos problemas enfrentados pelos moradores da Vila Paciência, apenas em setembro de 1985, dois vereadores¹⁰² questionaram a Vale sobre as condições de vida dos residentes afetadas pelos efeitos negativos da mineração, a menos de 50 metros de suas casas. No documento enviado à CVRD, denunciaram a poeira, os prejuízos causados pelas detonações de dinamite, o barulho dos vagões da estrada de ferro Vitória a Minas que atravessam o bairro e a degradação ambiental na cidade.

Também, nessa ocasião, por meio do jornal “O Cometa Itabirano¹⁰³”, a sociedade tomou conhecimento da atitude dos vereadores e da resposta enviada à Câmara Municipal pelo presidente da CVRD, em exercício:

Temos consciência de que a mineração, a par dos inúmeros e enormes benefícios que traz para a população que lhe é adjacente, carrega, também, em suas etapas de desenvolvimento, uma quota de sacrifícios. Entretanto essa constatação não nos induz a cruzar os braços entre os incômodos que são causados. Nesse sentido estamos permanentemente atentos à situação dos moradores da Vila Paciência, com os quais já iniciamos negociações para adquirir seus imóveis por preço justo, através da comissão que nomeamos exclusivamente para tal finalidade. Ao mesmo tempo, temos dado prioridade

¹⁰¹PROCÓPIO, Marcelo. As cidades “mineradas”: qual a saída? *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, 12 ago. 1984, p. 4., 2. Caderno.

¹⁰²JORNAL O COMETA ITABIRANO. ano VI, n. 86. 13 dez. 1985.

¹⁰³CRUZ, Carlos. Chega de poeira! *Jornal O Cometa Itabirano*. Itabira, ano VI, n. 85, 15 nov. 1985. p.10.

àqueles moradores para a aquisição das novas casas que estamos construindo no bairro Amazonas, através da Fundação Vale do Rio Doce”.

Esse mesmo órgão da imprensa, por meio de um de seus jornalistas, publicou três reportagens mostrando os impactos negativos da mineração para a população de Itabira como poeira, explosões e abalos nas residências. O referido jornalista requereu ao Ministério Público uma Ação Civil Pública com base na Lei Federal nº 7347, de 24 de julho de 1985, que instituiu a Ação Civil Pública e que trata de ações de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Para o promotor Bevilacqua (1985)¹⁰⁴: “A Lei Federal n. 7347 é tão importante para a defesa do meio ambiente quanto o hábeas corpus para o cidadão”. O que se constata é que esses inquéritos ambientais foram decorrentes da morosidade e pouco caso da Vale, à época, em implementar ações eficazes para amenizar as diversas formas e fontes de poluição decorrentes da mineração.

A partir do requerimento desse jornalista, a promotoria pública determinou a abertura de dois inquéritos¹⁰⁵ contra a CVRD, baseando-se nos seguintes argumentos: No primeiro deles, aberto a partir da portaria nº 02185, a Promotoria considera que:

A CVRD, na sua atividade de mineração, nesta cidade, mina da Serra do Esmeril, vem causando, permanentemente, danos ao Patrimônio Paisagístico pertencente ao povo da cidade de Itabira, de conformidade com requerimento encaminhado pelo jornalista, diretor do jornal “O Cometa Itabirano” e considerando que a CVRD, no que concerne aos danos causados, não tem procurado minimizá-los com ações eficientes que preservem o meio ambiente, bem como a paisagem de seu campo de operações.

A atitude do jornalista e a postura de aceitação das denúncias pelo Ministério Público evidenciam a disposição dos magistrados de Minas Gerais de resgatarem a boa imagem das promotorias de justiça, até então vistas, pela opinião pública, como a instituição que só acusava o cidadão e não se manifestava em sua defesa.

¹⁰⁴BEVILACQUA, José Adilson . *Revista Isto É*, 18 dez. 1985.

¹⁰⁵Esses foram os primeiros inquéritos instaurados, no Estado de Minas Gerais e o segundo no Brasil. (Maria Alice de Oliveira Lage em entrevista a autora em 17 de janeiro de 2003).

Nos dois inquéritos contra a Vale, foram ouvidas várias autoridades, dentre elas, o então superintendente da Companhia, o presidente da Comissão Interna de Meio Ambiente (CIMA), a presidente do CODEMA e o jornalista de “O Cometa Itabirano”. Sobre as partículas em suspensão, o superintendente¹⁰⁶ afirmou:

Ainda não tenho certeza sobre o excesso de poeira na cidade e a CVRD tem usado a única técnica conhecida para diminuir o índice [sic] que consiste em irrigar as pistas de rolamento com água.

Já, para o presidente da CIMA:

A poeira em suspensão é formada de óxido de ferro, alumínio ou alumínio silicato e que tais compostos podem estar separados ou agrupados“ ...O óxido de ferro, um dos componentes das partículas em suspensão, no ar da cidade, não é fibrogênio, isto é, não causa doenças pulmonares pois é expelido pelos cílios protetores do aparelho respiratório.

E a denúncia vem da presidente do CODEMA:

Essa cidade é altamente poluída por partículas em suspensão no ar, em desacordo com os padrões ambientais. [...] é muito difícil a contenção da poluição aero-ambiental mas a CVRD nada fez para minimizar o problema da poluição, uma vez que nenhum cinturão verde existe entre a mina e a cidade.

O jornalista citado, referindo-se à mineração na Serra do Esmeril – mina do Chacrinha -salientou:

Destaquei os danos que a mineração naquela área vem causando aos moradores vizinhos, principalmente os da Vila Paciência e da Chacrinha; além das alterações constantes da estrada que liga Itabira ao Município de Itambé e Distritos de Ipoema e Senhora do Carmo, bem como a destruição de inúmeros mananciais e a total destruição da exuberante vegetação antes ali existente – sem que a Vale do Rio Doce nada fizesse em contrapartida a essa violenta agressão. O vice-presidente do CODEMA, confirmou essas denúncias, acrescentando que danos vêm se acumulando nos últimos três anos, quando a Vale comprou a mineração da ACESITA. Ressaltou que a CVRD não tem feito nada para minimizar os danos causados ao patrimônio paisagístico da Serra do Esmeril, que conforme definição da lei nº 7347 constitui propriedade do povo de Itabira.

Esses depoimentos comprovaram a gravidade da situação ambiental da cidade e, ao mesmo tempo, mostraram visões contraditórias dos representantes da CVRD e de outros atores sociais. Esses mostram, também, a omissão da mineradora em relação à qualidade ambiental na cidade.

¹⁰⁶As citações que se seguem foram retiradas de CRUZ, Carlos. Chega de poeira! *Jornal O Cometa Itabirano*. n. 85. ano VI. 15 nov. 1985. p. 10.

A Vale reagiu à abertura dos inquéritos como se fosse uma empresa intocável, inquestionável, imune a qualquer ação da sociedade itabirana. Ironicamente, o ex-presidente¹⁰⁷ da Companhia, em entrevista à Revista Brasil Mineral, mostrando-se não entender, ironiza: “Uma minoria de psicóticos itabiranos que nunca está satisfeita com a Vale”. Nessa mesma ocasião, o então presidente¹⁰⁸ da CVRD comentou numa roda social, que “iria mandar reconstruir o pico do Cauê com silicone, única maneira que via de agradar o pessoal do Jornal O Cometa Itabirano”. Ainda sobre as Ações Cíveis Públicas, Serrano¹⁰⁹, assessor da Superintendência de Minas em Itabira declarou:

Foram duas Ações que serviram acima de tudo para uma grande reflexão da nossa empresa. Mas adverte: hoje constituem um empecilho a um melhor entrosamento entre a CVRD e a comunidade na implantação das gestões necessárias para solução dos problemas ambientais de Itabira.

A fala dos representantes da CVRD, em tom ameaçador e de deboche, revelam a frieza e a maneira como a Vale trata as reivindicações da sociedade itabirana.

As duas ações contra a mineradora levaram a uma relativa mudança de postura e de visão da empresa quanto às questões ambientais locais. Na época, essas, de certa maneira, prejudicavam a imagem da empresa, o que dificultava as negociações com o mercado externo.

Em 1988, em decorrência do agravamento da situação ambiental da Vila Paciência, o prefeito municipal, pressionado pela população aí residente, nomeou uma comissão constituída: pela presidente do CODEMA, por uma engenheira e por um técnico da prefeitura. O objetivo era avaliar a extensão dos problemas enfrentados pelos moradores desse bairro. Foram detectadas: rachaduras nas construções que colocavam em risco a segurança dos moradores; destruição do sistema de drenagem pluvial, de esgoto e de água potável por meio de abalos em suas estruturas; existência de moléstias e incômodos vários. A população mostrava-se apreensiva, angustiada e com medo em virtude dos resultados negativos do processo minerário. Segundo a então presidente do

¹⁰⁷BATISTA, Eliezer. *Jornal O Cometa Itabirano*. Itabira, 1985.

¹⁰⁸SCHETTINO, Francisco. *Jornal O Cometa Itabirano*. Itabira, 1985.

¹⁰⁹SERRANO, Luiz Paulo Carvalho. *Jornal O Cometa Itabirano*. Itabira, 1993.

CODEMA, vários alertas foram feitos à CVRD quanto à situação de risco na Vila Paciência:

Um dia eu como representante do CODEMA telefonei para a Vale e pedi que, antes da dinamitagem eles mandassem uma equipe para avaliar os problemas denunciados pelos moradores devido à proximidade da mina e da ocorrência de água na área da dinamitagem, o que poderia provocar um problema de arremesso [sic]. Eu avisei isso às 9 horas e depois do almoço eles dinamitaram a área. Houve um arremesso por causa da questão geológica da área. A Vale teve que pagar os telhados de praticamente todos os moradores da Vila. A CVRD nunca assume a culpa que tem e isso vem de longa data. Estudos e análises são feitas e realmente as ações não se concretizam. Os passos são muito lentos (LAGE, 2003)¹¹⁰.

Ressalta-se que, a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, capítulo VI Do Meio Ambiente – artigo 225,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A promulgação dessa Lei deu oportunidade e permitiu a qualquer cidadão que se sentisse lesado recorrer ao Ministério Público no sentido de garantir seus direitos. A população da Vila Paciência, no exercício da cidadania e no uso de um instrumento legal, denunciava a situação de vulnerabilidade e risco bem como exigia uma atitude efetiva do Poder Público Municipal em relação ao problema vivenciado por ela.

A comissão constatou que o espaço geográfico da Vila Paciência vinha sofrendo alterações provenientes da expansão da atividade mineradora em direção ao bairro e que o impacto ambiental gerado pela atividade mineradora resultava numa contínua e significativa desvalorização dos imóveis e causava prejuízo aos moradores, assim como ônus à municipalidade, uma vez que benfeitorias públicas vinham, paulatinamente, sendo destruídas.

Essa comissão sugeriu ao prefeito recorrer ao Ministério Público para instauração de inquérito civil e solicitar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

¹¹⁰Maria Alice de Oliveira Lage em entrevista à autora, em 17 de janeiro 2003.

(CREA) e à Superintendência das Minas (SUMIM/CVRD) vistoria nas casas e criação de uma comissão para resolver a incômoda relação entre a CVRD e a comunidade itabirana, sobretudo a da Vila Paciência. Mais uma vez, a população da Vila Paciência exigiu um posicionamento concreto do poder público municipal e da CVRD sobre a situação vivenciada por ela.

Após o levantamento ambiental realizado pela equipe constituída pelo prefeito, as condições de vulnerabilidade e risco ambiental da Vila Paciência e da cidade foram denunciadas ao Ministério Público que acatou as denúncias.

No intuito de pressionar a CVRD, tornar pública a questão, realizou-se, em abril de 1993, um seminário aberto à população para definição dos termos de um acordo entre o Ministério Público, a FEAM e a CVRD. Houve, durante esse seminário, a participação de representantes de órgãos ambientais estaduais como a FEAM e a AMDA, o CODEMA local, além das associações de bairros, da prefeitura municipal, da câmara de vereadores e da imprensa local e regional. A representante do CODEMA, em depoimento, relatou a descaracterização e as agressões ambientais da mineração, que envolviam terra, água, ar, solo e também, os efeitos socioeconômicos e para a saúde e bem-estar da população. Ela afirmou também, que, durante o seminário:

A Vale apresentou um áudio-visual lindíssimo mostrando o trabalho que ela vinha executando na área ambiental. Não resta dúvida que, nessa época, ela já havia dado alguns passos. Para uma empresa que já havia minerado mais de quarenta anos e sem nenhuma ação efetiva em relação à questão ambiental, o que ela fizera era pouco frente aos prejuízos ambientais, sociais e econômicos em Itabira. No momento das discussões, eu como representante do CODEMA tive condições e oportunidade de falar da questão das barragens, dos depósitos de estéril, das barragens de contenção de rejeitos, da tecnologia que eles utilizavam na construção de barragens. Afirmar que a Vale foi sempre, ineficiente, ineficaz e irresponsável [...]. Mostramos a ineficiência das ações da empresa no município. Nesse momento, eles me fizeram uma proposta em público – eu deveria pensar bem que numa balança eu teria o verde, dos dólares, o amarelo do ouro, das riquezas e do outro lado, o meio ambiente. Eu disse: se isso for chantagem e se é essa a mentalidade de pessoas que dirigem uma empresa do porte da CVRD dizendo isso em público o acordo está encerrado. O mais interessante é que, na ata desse encontro [sic], a Vale não registra essa fala (LAGE, 2003)¹¹¹.

¹¹¹LAGE, 2003, op. cit.

Esse seminário representou um grande avanço no processo político ao democratizar a discussão, uma vez que esse tipo de acordo judicial só era realizado a portas fechadas. A CVRD tentou, por várias vezes, durante o seminário, modificar cláusulas do acordo. Porém, a firmeza do promotor na condução do processo, as intervenções da representante do CODEMA e o apoio de populares e da sociedade civil organizada, possibilitaram a revisão da posição da empresa. Salienta-se que, somente após sete anos da instituição das Ações Cíveis Públicas, celebrou-se esse acordo entre as partes, o qual obrigava a Vale a tomar atitudes concretas em prol do meio ambiente de Itabira, sob pena de multas ou, em caso extremo, paralisação da atividade de extração de minério de ferro. Apesar do acordo firmado entre as partes envolvidas, o promotor de justiça, Mansur (1993)¹¹², afirmou que não pensaria duas vezes em voltar a acionar judicialmente a CVRD, caso a mesma não cumprisse o acordado:

Sei que a mineradora CVRD é uma empresa séria, comandada por pessoas idôneas, mas se o acordo não for cumprido, tenho mecanismos para tornar a processar a empresa, pois entendo que a saúde de uma comunidade está muito acima dos milhões de dólares pagos a título de “*royalties*” ao município. Nenhum valor financeiro poderá comprar a saúde de uma criança.

Durante a tramitação desse processo político ressalta-se o fortalecimento de atores sociais coletivos e ambientais, a mudança relativa de postura da Vale frente à questão ambiental, naquele momento, e a maior visibilidade política adquirida pela problemática ambiental do município. A partir do momento em que a população foi envolvida no conflito e houve o estabelecimento de mecanismos locais de acompanhamento do processo judicial, a CVRD passou a ser mantida sob pressão e vigilância popular. Esse monitoramento ocorre até hoje, embora sem os resultados efetivos.

Quanto a esse particular, vale lembrar que vários compromissos assumidos pela mineradora, nessa ocasião, não foram efetivamente cumpridos, como afirma a presidente do CODEMA da época: “Novamente volto a afirmar que, nada daquilo que foi acordado no seminário, foi realizado”. Muitos problemas detectados, na ocasião, persistem até os dias atuais, como no caso da Vila Paciência. Outros, receberam um tratamento por meio de medidas mitigadoras e, algumas vezes, preventivas e corretivas. O não cumprimento integral do acordo deve-se à fragilidade dos poderes constituídos da cidade no exercício da fiscalização das ações da Vale, ou mesmo à cooptação dos

¹¹²MANSUR, Giovanna. *Jornal Imprensa Atual*. Itabira, 1993. Entrevista.

agentes envolvidos nessa tarefa. Um exemplo é a contratação, pela CVRD, de funcionários ligados aos órgãos ambientais, logo após a atuação deles na fiscalização do cumprimento das normas e das exigências legais.

No que diz respeito aos problemas socioambientais enfrentados pela população na Vila Paciência, a CVRD, numa audiência pública em Itabira, em 1998, assumiu publicamente o compromisso perante a comunidade, a FEAM e o município, de resolvê-los fazendo ajustes em suas condutas. Mas, constata-se novamente que ela não cumpriu esse pacto.

5.2 – Os Atuais Conflitos Entre os Moradores da Vila Paciência e a CVRD

A não resolução definitiva da situação dos moradores da Vila Paciência teve como efeitos a exacerbação dos problemas socioambientais no bairro e motivou novas ações em busca da garantia de melhores condições de vida para a população.

Diante disso, em 18 de abril de 2000, a promotoria de justiça, após verificar que a situação da Vila Paciência é de direitos coletivos homogêneos¹¹³, notificou a CVRD e o município no sentido de resolver a questão dos moradores. A CVRD mostrou-se logo favorável a fazer um acordo com o Ministério Público para consertar as residências da Vila. Esse comportamento se deveu ao fato de que ela precisava desse comprometimento para conseguir a Licença de Operação Corretiva (LOC), em função das 52 condicionantes estabelecidas para a sua concessão. No entanto, a questão da Vila Paciência não foi incluída nas negociações, sendo mais uma vez postergada. A Vale garantiu que essa problemática seria negociada à parte. Após exatamente um mês, 18 de maio de 2000, a CVRD conseguiu a assinatura da LOC junto à FEAM e ao Ministério Público. A partir de então, a postura da empresa transmutou-se: a empresa negou-se a arcar com a responsabilidade dos prejuízos sofridos pelos moradores, sob novo

¹¹³Entende-se por direitos coletivos “os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base” (artigo 81, parágrafo único, n. 11). Os direitos homogêneos são “os decorrentes de origem comum”. “Origem comum” não significa, necessariamente, uma unidade factual e temporal. (CÓDIGO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Biblioteca Jurídica).

argumento de que sua responsabilidade seria apenas concorrente com outros fatores como, por exemplo, vícios construtivos, ventos fortes e tráfego de carros, o que foi constatado por perícia encomendada por ela, segundo o atual representante do setor jurídico da Vale (2002):

A Vale contratou uma consultoria que por amostragem realizou uma perícia nas residências do bairro. Ele verificou que, realmente, as minas e a ferrovia são próximas das casas. Realizam-se detonações nessas minas, mas que elas não são causa dos abalos nas casas e é um fator que pode agravar o problema. Esse fator tem o mesmo peso do que o trânsito [sic] de veículos e dos ventos fortes. A causa desses abalos comprovada pelos peritos é o problema construtivo [sic]. São casas construídas sem projeto estrutural, os proprietários são gente humilde e de condição econômica mais baixa [sic]. As casas ao longo do tempo recebem puxados, construções que vão se agregando ali, sem projeto. Segundo essa perícia, independente das detonações e da movimentação ferroviária, essas casas vão trincar.

Verifica-se, por esse depoimento, uma transferência de responsabilidade da mineradora para os proprietários dos imóveis da Vila. Isso fica claro, quando seu representante afirma que as detonações e o tráfego de trens de minério, no entorno do bairro, nada provocam nas estruturas dos imóveis, cuja deterioração é devida ao baixo padrão de construção dos mesmos. No entanto, nota-se que algumas construções são bem estruturadas e foram planejadas por arquitetos e acompanhadas por engenheiros civis e construídas de acordo com cálculos estruturais como relata um morador da Vila: “Todo mundo comprou seus lotes e tem documento, tem planta, tem escritura, teve engenheiro, de maneira que eles estão achando que nós moramos em favela”.

Engana-se, também, o representante jurídico da Vale ao afirmar que todos os moradores são pessoas humildes e de nível socioeconômico mais baixo. Na realidade, pela aparência dos imóveis, infere-se que alguns proprietários têm realmente condições econômicas menos favoráveis, mas no geral, fazem parte das classes média baixa e média. Além de residências, existem, também, no bairro, sedes de empresas de representatividade na cidade, como a empresa de transporte coletivo Cisne, a construtora e mineradora de esmeraldas Belmont, entre outras.

A empresa fere a justiça quando desconhece que, independentemente da condição social dos moradores e da qualidade do imóvel, todo cidadão tem o direito legal de propriedade e de ressarcimento dos prejuízos que possam ocorrer como efeito de

qualquer irregularidade pelo exercício indevido de alguma atividade que traga incômodo ou risco para a sobrevivência.

As conclusões da perícia realizada pela empresa¹¹⁴ contratada pela CVRD não foram aceitas pelos proprietários; esses procuraram o Ministério Público, como salienta o mesmo funcionário da Vale (2002):

A conclusão da perícia não foi aceita pelos proprietários, que se movimentaram e procuraram o Ministério Público. A atitude da Vale ao mesmo tempo, foi levar o assunto para a promotoria e fazer gestões [sic] para que o assunto fosse resolvido. A Vale nunca buscou protelar a solução do problema. A própria Vale sugeriu a abertura de inquérito civil público. A solução seria que se fizesse outra perícia e se, se chegasse à mesma conclusão anterior, a Vale arcaria com a reforma das casas, através do repasse de algum valor para a prefeitura. Com a mudança da administração municipal, as coisas tomaram outro rumo; ela não aceitou essa solução e disse que não iria entrar nisso [sic]. A promotoria tomou a seguinte decisão: encerrou o inquérito e ajuizou uma ação contra a Vale. A coisa se tornou judicial .

Constata-se por esse episódio que, como em outras ocasiões, a CVRD só quando pressionada pelos órgãos superiores do Poder Público, ouve as reclamações da população e promete assumir sua responsabilidade pelos danos advindos da mineração. Muitas vezes, o que se verifica é que a mineradora recebe as reivindicações, mas não toma medidas concretas para solucionar os problemas detectados e ainda justifica a não resolução dos problemas à maneira incorreta de os moradores reivindicarem qualquer ação da Vale.

Por isso, em abril de 2000, a partir de outra mobilização social, a Associação dos Moradores da Vila Paciência de Baixo conseguiu acionar novamente o Ministério Público e entrar com o pedido de uma ação, contra a CVRD, relacionada aos danos causados pelo processo minerário aos seus imóveis. Pelo resultado dessa ação, a CVRD deve recuperar as casas danificadas e o município custear a perícia nas residências. Novamente, esses procedimentos não se concretizaram.

A convivência do poder público municipal com a Vale, ao longo do tempo, tem sido tão intensa que esta negociou com o município para que esse se responsabilizasse pela autorização do loteamento na área da mina do Chacrinha, isto é, região inclusa na área

¹¹⁴Empresa Sérgio Brito Consultoria. Fonte: CVRD, 2002.

de *Decreto Expropriatório* de 1975 para mineração. Dessa forma, a empresa, mais uma vez, desonerou-se de suas responsabilidades. Em entrevista, o atual presidente da Associação de Moradores da Vila Paciência concluiu:

A Vale tem o cuidado de não bater de frente com o município e o município a mesma coisa. O morador é quem fica enganado.

Porém, para a população da Vila Paciência, estava certo de que a Vale cumpriria o acordo firmado com a prefeitura, com a FEAM e com os moradores. No entanto, por ocasião da assinatura desse documento, a empresa solicitou mais prazo para estudar a situação. Procurou o executivo e desfez o acordado. Como resultado, o município se dispôs a colocar-se como culpado por ter autorizado o loteamento irregular em área de Decreto – eximindo a CVRD de sua responsabilidade em relação aos moradores da Vila Paciência. Comprova-se, mais uma vez, a força do “dragão”¹¹⁵ e como os destinos da cidade estão atrelados aos da empresa. Para um atual morador da Vila: “A Vale está fazendo o que quer. Se ela quiser dinamitar a prefeitura municipal, o prefeito aceita”.

No ano de 2001, durante um encontro a portas fechadas entre a FEAM, a Vale e a Prefeitura Municipal, os moradores da Vila Paciência, ainda indignados com o descaso da CVRD e do poder público municipal, invadiram a reunião, participaram das discussões e conseguiram pressionar a empresa a pagar as perícias nos imóveis, como se lê no depoimento do presidente da Associação.

Nós conseguimos a perícia porque invadimos a reunião entre a FEAM, a Prefeitura e a CVRD, a portas fechadas. Nós conseguimos pressionar a Vale, na reunião, porque na ocasião teve um erro de cálculo lá e caíram pedras, quebrou telhas e vidros. Quando tem pressão popular é que as coisas acontecem.

A Vale negocia diretamente com o município e não dá muita satisfação para a comunidade. Ela decide tudo a portas fechadas com o município. Mas nós só conseguimos as coisas quando elas são abertas ao público e não quando está no gabinete. Quando tem pressão popular é que as coisas acontecem.

A comunidade da Paciência só conseguiu participar porque se mobilizou e tinha um forte argumento. Nessa época, a Vale, em uma de suas ações, errou nos cálculos no processo de detonação das minas. As residências foram danificadas – caíram pedras nas

¹¹⁵Dragão é a denominação dada à CVRD, pela potência que é e por seu poder de dominação (ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

casas numa distância de mais de trezentos metros. Quebraram-se telhas, vidros e racharam-se muros e paredes. Segundo moradores da Vila:

Foram trinta segundos de estilhaços de pedras e de muito tumulto no bairro.

A impressão, na hora da explosão, era similar à de terremotos.

Foi um grande susto que mal consegui sair do lugar; só senti a casa toda balançando.

Onde as pedras caíram deixaram marcas, quebraram telhas, marcaram bloquetes, amassaram peças de ferro. Imagine se caísse na cabeça de alguém?

Outra ação mobilizadora dos moradores da Vila Paciência, no ano de 2001, foi a de recorrer ao representante da cidade na Assembléia Legislativa Estadual pedindo sua intervenção nas negociações. O deputado levou o problema ao plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, denunciando as condições de risco dessa população. Durante a sessão, os representantes do bairro presentes ali perceberam a postura de convivência com a empresa dos órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização das ações da CVRD, do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o do vice-prefeito atual com a empresa. Apesar de não se chegar a uma solução desejada em relação à Vila Paciência, essa oportunidade tornou ainda mais visível a problemática do bairro e fortaleceu a mobilização social que se enfraquecera. Foi quando também se exigiu que a CVRD se posicionasse e voltasse a enfrentar o problema. A partir dessa discussão e com a pressão da promotoria pública, a Vale comprometeu-se a pagar a perícia nos imóveis. Um morador da Vila, que discursou durante a reunião na Assembléia Legislativa, denunciou:

A Vale, a FEAM, SEAM¹¹⁶ e o CODEMA, armaram a audiência. Colocaram o público num auditório pequeno, para pouca gente. Todos os órgãos relacionados ao meio ambiente, foram subsidiados pela Vale. O atual vice-prefeito fez um discurso entreguista – parecia que ele morava em Copacabana e eu na favela da Rocinha.

Após esse evento, a CVRD, percebendo o apoio do deputado estadual aos moradores da Vila, convidou-o a visitar as minas e as barragens de contenção de rejeito do Cauê e da

¹¹⁶SEAM: Secretaria do Meio Ambiente de Minas Gerais.

Conceição, no intuito de conhecer a segurança das barragens e as ações da Vale relacionadas ao meio ambiente em Itabira. Essa estratégia mudou a postura do deputado que se sentiu satisfeito com o que viu e não levou à frente as discussões sobre a problemática da Vila Paciência. Constata-se, outra vez, a forma de agir da Vale com as pessoas que a questionam e a incomodam; chama-as para uma conversa, ou mesmo para uma visita às suas instalações, exibe um filme institucional, mostra algumas ações pontuais no que diz respeito ao reparo ambiental e, com isso, desvia-as do foco do problema. O poder de cooptação se concretiza novamente. A população, atingida outra vez, fica sozinha e descrente com seus ditos “legítimos representantes”.

Perplexa com o comportamento da Vale em relação à Vila Paciência e consciente da complexidade dos fatos, a atual promotoria pública solicitou o apoio do município e da FEAM para a solução da problemática da Vila. Esses o negaram. Diante desse impasse e com o aumento das reclamações e da insatisfação da população em relação à responsabilidade da empresa, a promotoria entrou, no dia 15 de fevereiro de 2002, com uma Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas¹¹⁷ contra a Vale. Essa fase judicial abrange três níveis: histórico do problema, estudo geológico e o nexos de causalidade entre a área operacional e os danos causados às residências. Uma perícia está em curso sob a responsabilidade de perito oficial designado pelo juiz.

Segundo a promotoria as reclamações dos moradores são antigas e nada ainda foi feito pela CVRD.

A questão da Vila Paciência já existia, quando cheguei aqui, antes da LOC. Os moradores reclamavam que seus direitos de moradia estavam sendo afetados, devido às rachaduras nas casas e o problema do som das minas. Eles me procuraram reclamando que suas casas estavam sendo rachadas; inclusive um deles teve que deixar a sua residência. A princípio eu não vislumbrava um caso de direitos homogêneos e sim um direito individual porque eu não sabia que afetava toda uma comunidade, porque o Ministério Público só pode atuar no caso de direitos difusos e em caso de direitos homogêneos, embora alguns juizes entenderem que não. Eu não sabia que o problema abrangia grande parte da população de Itabira e a quase totalidade da Vila Paciência. Eu busquei informações mais detalhadas com o presidente da Associação de Moradores. Ele me informou que a Vale numa audiência pública, antes da LOC, tinha comprometido-se a solucionar o problema da Vila Paciência, consertar as residências. Por ter sido esse comprometimento oral, na audiência pública essa situação não constou da LOC. Fiquei triste, porque se a reclamação era constante, tinha de constar na LOC. Ao constatar

¹¹⁷Mais detalhes podem ser obtidos no Processo n. 211746/01 – Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, 15 fev. 2002. Fórum de Itabira.

que seria de direitos coletivos homogêneos eu notifiquei a CVRD e o município. De início, a CVRD se mostrou favorável a fazer um acordo com o Ministério Público para consertar essas casas. O município [sic] veio na primeira reunião. A Vale necessitava desse comprometimento para finalização da LOC. Eu deduzi isso no andamento do inquérito civil, porque ela assinou comprometendo-se comigo; logo depois que ela conseguiu a licença, isto é, dentro de trinta dias, ela voltou atrás e disse que a culpa não era exclusiva dela. Afirmou que os problemas encontrados na Vila Paciência eram de nível estrutural de construção das casas. Isso me assustou muito. Na época, haveria transição municipal e eu pedi apoio do município, devido à pressão política e por ser uma causa de grande porte. Eu fiquei sozinha e tentei de várias formas uma perícia por meio do Estado mas pela complexidade da perícia, não consegui. A FEAM me negou fazer essa perícia alegando que não seria de competência e do atributo dela e que não teria técnico para fazê-la. Eu tentei de outras formas e não consegui. A Vale dizia que não tinha culpa e aí eu disse: se vocês não têm culpa paguem a perícia. Eles disseram: a gente não tem culpa mas a gente paga. Então eu disse: vocês vão pagar isso no processo. Eu entrei com uma Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas e dependendo do resultado dessa perícia, vamos conseguir um título executivo contra a CVRD.

O depoimento da promotoria demonstra, mais uma vez, como são difíceis e freqüentemente de conluio, as relações entre CVRD, poder público municipal, órgãos de defesa do meio ambiente, quase sempre, contra a população de Itabira. A Vale, em sua dominação, como um polvo, estende seus tentáculos em todas as direções. Os desabafos dos moradores abaixo comprovam isso.

Nós conseguimos pressionar a Vale para que ela pagasse a perícia. O Ministério Público entrou com dois ajustes de conduta envolvendo a Vale e o município. A Vale pegou a minuta do termo de conduta para estudar, prorrogou o prazo e procurou o executivo. O município ia assumir a culpa como se tivesse autorizado o loteamento irregular em direção à mina; e pelo contrário, foi a mineração que veio em direção ao bairro. A Vale não assume que está trazendo prejuízos para os moradores (Presidente da Associação dos Moradores da Vila Paciência).

O poder público municipal não faz nada. Às vezes vêm aqui, vê o que está acontecendo, nos ouvem, prometem mas não fazem nada. Acho que atuam do lado da Vale. Abaixam a cabeça; eles têm medo de perder a ajuda dela e o dinheiro não é pouco (Moradora da Vila Paciência).

A atitude da promotoria traz esperança, embora remota, para os atuais moradores da Vila Paciência que continuam a sofrer os graves impactos negativos da mineração. Eles se sentem também frágeis frente ao jogo e aos conflitos de interesses entre a CVRD e o poder público municipal que não assumem a responsabilidade quanto à permissão para constituição de um bairro em área de Decreto Expropriatório. Também a prefeitura se exime do ressarcimento dos prejuízos causados à população dessa área, como se lê depoimentos abaixo:

O prefeito tentou fazer alguma coisa mas depois “pulou no mato”. Ele é totalmente a favor da Vale. Não sei se está precisando dela para alguma coisa [...] A Vale é poderosa (Morador da Vila Paciência).

O problema em Itabira é que a Vale faz os prefeitos. Se amanhã você quiser ser prefeito, ela vai investir em você e você vai se eleger. Depois ela o manobra (morador da Vila Paciência).

Desde que a CVRD se instalou na cidade e, hoje, em menor grau, Itabira é dependente da empresa. A sociedade itabirana teme os efeitos da exaustão das jazidas de minério de ferro no município. Essa dependência econômica faz com que as decisões tomadas em Itabira, pela CVRD, tenham muitas vezes, concordância e aprovação do poder público municipal e da sociedade civil organizada, sem haver questionamentos desses. Para Santos (1998)¹¹⁸

A cidade, como paisagem e como espaço econômico e social, acaba tendo a vida atrelada à da empresa; a política da cidade e região fica subordinada a um duplo comando [...]

Constata-se que a mobilização social, em defesa dos direitos constitucionais, implica conhecimento dos efeitos nocivos da mineração a céu aberto imbricada no sítio urbano e de seus direitos na condição de proprietários de imóveis e de cidadãos. Nota-se que, em Itabira, parte da sociedade não se mobiliza organizadamente e não se posiciona efetivamente para exigir que as leis ambientais sejam cumpridas e reparados concretamente os efeitos nocivos da degradação ambiental. Em entrevista a Silva (2002, p. 97;141), atores sociais, ao se referirem à organização política e à mobilização social em prol das questões locais, constataam a fragilidade desses aspectos apesar de reconhecerem uma tentativa de mudanças nos últimos anos.

Aqui discute-se muito na sala de jantar, na esquina, no boteco... mas, na hora de uma mobilização maior e efetiva em prol de uma causa maior da cidade, nada se vê (Jornalista).

A mobilização se dá através de pequenos grupos, sem uma verdadeira liderança forte e sem objetivo claro (Representante do Sindicato Metabase).

Em Itabira a mobilização não é efetiva. Fica um grupo daqui outro dali fazendo, e, daqui a uma semana acabou tudo, não se volta à mesma tecla (Agente imobiliário).

Para Cardoso (1983, p. 228):

¹¹⁸SANTOS, Milton. Prefácio PIQUET, 1998, p. vii.

Os movimentos de bairro, quando vistos por sua face reivindicativa, não parecem capazes de grandes transformações, mas quando os vemos como expressão de uma nova identidade, é possível pensar que venham a ser uma nova peça no jogo político.

Por isso, torna-se fundamental que esses movimentos se fortifiquem, sobretudo em Itabira, a favor do crescimento de consciência sociopolítica e de maior inclusão da população na defesa de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos realizados, conclui-se que, historicamente, a ocupação do espaço urbano de Itabira apresenta particularidades próprias de cidades mineradoras que geram processos socioespaciais marcados pelas distintas fases do desenvolvimento de relações políticas, econômicas e sociais. No entanto, no caso de Itabira, todas elas se prendem à existência de grandes e ricas jazidas minerais situadas ao redor do sítio urbano, as quais constituem um grande valor de troca e servem a interesses diversos, na maioria das vezes, externos à cidade.

A exploração dessas riquezas representa, ao mesmo tempo, crescimento econômico e conflitos sociopolíticos e ambientais. Diferentemente de outras cidades monoindustriais onde o núcleo urbano é instalado próximo às indústrias, foi a indústria extrativa mineral da CVRD que se instalou junto ao sítio urbano de Itabira e se expandiu em sua direção, construindo, destruindo, transformando e reconfigurando o espaço urbano, ao longo do tempo. De acordo como o mapa FIG. 19, constata-se que as minas constituíram barreiras para a expansão da malha urbana na direção norte a sudoeste e que a cidade cresceu justamente nas direções opostas às minas. Além disso, de 1950 a 1999 houve um significativo crescimento do espaço urbano de Itabira. Também, verifica-se que no período entre a década de 1970 e a década de 1990 ocorreu ao mesmo tempo expansão e retração da malha urbana. O processo de retração originou-se da destruição total de três bairros (Vila Sagrado Coração de Jesus, Vila Cento e Cinco e Vila Conceição de Cima), de um aglomerado (Camarinha) e da parte superior da Vila Paciência.

Com base no *Decreto Expropriatório* de 29/06/75, a mineradora se sente amparada legalmente para desapropriar espaços construídos, reconfigurando o *design* do espaço urbano de Itabira. Dessa forma, foi-se apoderando de áreas cada vez mais próximas aos bairros ou destruindo outras e removendo pessoas e equipamentos urbanos que prejudicavam e ainda são empecilhos à extração mineral. Tudo isso trouxe efeitos sociopolíticos significativos como a desconstrução de sociabilidade, de relações e a geração de conflitos.

Os moradores expropriados dos bairros que se localizavam próximos às minas foram desenraizados culturalmente e deslocados geograficamente para outras regiões da cidade. Pelos depoimentos de ex-moradores dos bairros destruídos, comprova-se que as relações de vizinhança estabelecidas, durante muitos anos, foram interrompidas e causaram problemas sociais que não podem ser avaliados e valorados em termos monetários. Não se pode, também, avaliar monetariamente a irreversibilidade de certas especificidades da natureza associada à destruição de ecossistemas.

A concessão de alvará para constituição do bairro Vila Paciência, numa área já reservada para futuras expansões da mineração, exemplifica o modo como o poder público municipal, várias vezes, atuou sem considerar o planejamento da ocupação e uso do solo urbano em consonância com as normas locais que regem tais ações.

A prefeitura municipal, cúmplice nessa situação, aceitou no decorrer do tempo, as imposições da empresa e teve conivência ao permitir os loteamentos e benfeitorias feitas pelos moradores num espaço legalmente interdito por *Decretos Expropriatórios* e atualmente, exime-se das responsabilidades em relação aos problemas enfrentados pelos residentes na Vila Paciência. Além disso, constata-se um jogo de interesses e uma transferência de responsabilidades entre prefeitura e empresa na permissão de ocupação da área da Vila Paciência por empreendimentos imobiliários.

Constata-se, também que, por diversas vezes, os funcionários da administração municipal foram e/ou são coniventes com aqueles que praticaram e ainda praticam irregularidades em relação a essa questão, ou omissos em seu papel de fiscalizadores do cumprimento das determinações legais.

Verifica-se, por este estudo, que a história da apropriação, da construção e da desconstrução do espaço de Itabira, pela CVRD, é escrita, em vários momentos, com a conivência dos poderes locais e cooptação dos diversos atores sociais envolvidos nesses processos. Ressalta-se que, por trás da atitude de concordância desses atores sociais com as ações da empresa, existe um jogo de interesses políticos e econômicos que beneficiam as duas partes.

Os moradores, sem orientação correta quanto à aquisição de lotes, investiram e ainda investem em lugares próximos às áreas de mineração, portanto, impróprios para construção de moradias e sofrem consequências várias para a saúde e para a qualidade de vida como: perdas de várias ordens em relação aos investimentos materiais realizados; conflitos com uma empresa poderosa e organizada que passa a lhes impor a retirada (e a saída) do espaço. Na verdade, trata-se de deslocamento de certo modo compulsório, muito similar aos processos de expropriação analisados por alguns autores como Costa (1990) e Vainer (1990) nos seus estudos sobre a desocupação de áreas onde se constroem barragens hidrelétricas e outras atividades e a vivência da desproteção dos poderes públicos em relação à sua situação de expropriação.

No caso dos que residem atualmente na Vila Paciência em “litígio” com a Vale, o domínio da empresa sobre eles e sobre o espaço se mostra de forma acirrada. O estudo realizado evidencia a convergência de vários atores e processos na produção de um conflito que se arrasta no decorrer do tempo em que a empresa, ao mesmo tempo, domina o cenário, utilizando-se de diversos artifícios e se posiciona nos limites do que considera socialmente aceitável.

Amparada por licenças concedidas por órgãos federais, estaduais e municipais a mineradora justifica suas arbitrariedades no trato com moradores e em relação aos danos causados à população pelo processo minerário como se esses fossem legítimos e não prejudiciais.

Constata-se, também, que vários vereadores e prefeitos, ao longo do tempo, provinham dos quadros de funcionários da CVRD, o que facilitava ainda mais as ações da empresa na apropriação e construção do seu espaço funcional. Além disso, a ideologia da “Mãe Vale” que se implantou e vigorou na cidade, por muitos anos, serviu como atenuante das relações reivindicatórias da população.

Verifica-se que, paralelamente aos conhecimentos técnicos/legais e a capacidade de articulação da mineradora, existe uma população em situação constante de risco e de impacto ambiental, fracamente organizada e desarticulada que, em geral, desconhece os aspectos legais e os direitos constitucionais. Apesar de ela reclamar, de cobrar da

empresa e dos poderes públicos locais ações que lhe garantam segurança de sobrevivência na Vila Paciência, não há união de forças entre os moradores e não se conta com apoio de outros segmentos da sociedade nessa luta. Portanto, vários deles se curvam diante dos argumentos técnicos e do discurso supostamente democrático e conservacionista/ambientalista da empresa, o que enfraquece, ainda mais, a mobilização de alguns grupos organizados de moradores.

Em reuniões, os representantes da Vale usam de todos os tipos de técnica de comunicação e de persuasão para convencer a população da Vila Paciência, mostrando que está agindo de maneira correta e de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos competentes. As negociações se constituem instrumento de administração de relações desiguais de poder.

Os dirigentes da empresa, cujas práticas exprimem as alianças e compromissos entre as forças do mercado e o capital nacional e internacional, formam comissões e comitês de estudo, criam departamentos, suscitam proposições, mobilizam os espertos/especialistas, contratam assessorias especializadas, tratam as questões relativas ao meio ambiente, ao uso do recurso natureza e aos seus efeitos. Procuram, conscientemente ou não, deslocar, nesse sentido, os objetivos e as lutas políticas, apresentando-as como simples etapas do processo de desenvolvimento. Pretendem, também, como dizia Henri Lefebvre, mostrar que os problemas urbanos são de todos e causados por todos ou, ao contrário, que os técnicos e tecnocratas têm capacidade para resolvê-los. Ainda, transferem, por meio de campanhas educativas, a responsabilidade da degradação ambiental à população local tais como a preservação da natureza, o uso racional da água, a conservação do patrimônio simbólico da cidade, entre outros. Essa é uma prática comum usada pelos diversos setores da CVRD quando se discute algum problema em relação à cidade ou por ocasião de reivindicações de segmentos da sociedade local relacionadas à melhoria das condições de vida e à redução ou à solução dos efeitos externos negativos da mineração.

Outra constatação é a de que as medidas corretivas adotadas pela mineradora são em geral paliativas, mitigadoras e não suficientes para reparar os danos causados à população, tanto os materiais e espaciais, como os sociais.

Conclui-se, também, que o controle da poluição atmosférica que tanto afeta a população em geral e, sobretudo, a residente nas adjacências da mineração, especialmente a da Vila Paciência, mostra-se ineficaz. Acrescente-se, ainda, que os equipamentos usados para aferição das partículas em suspensão na atmosfera na cidade nem sempre estão posicionados em locais onde há maior incidência desse tipo de poluição, o que leva à desconfiança dos moradores em relação aos dados divulgados pela empresa por meio da imprensa local.

Verifica-se, também, que em Itabira, a partir da vigência da segregação imposta pela CVRD, as redes de sociabilidade atravessavam desigualmente os bairros, configurando assim espaços de isolamento e espaços de intenso convívio, como se podia comprovar nos relacionamentos entre os moradores dos bairros da “*cidade privada*” e da “*cidade pública*”, descritos por entrevistados nesse estudo.

Uma outra conclusão aponta para o fato de que mesmo cansada de ter **paciência** e de tanto esperar por providências concretas das autoridades e da CVRD para a solução dos problemas vividos na Vila Paciência, a população ainda espera por decisão judicial que lhe garanta os direitos como proprietários dos imóveis, o ressarcimento das perdas materiais e condições satisfatórias de sobrevivência. Ao mesmo tempo, mostra-se descrente e teme por, mais uma vez, não conseguir resultado positivo da Ação Cautelar impetrada pela Promotoria Pública a seu favor. Isso se justifica pela dominância política e econômica da grande empresa monoindustrial sobre as outras instâncias de poder na esfera municipal, estadual e federal e pela cumplicidade na relação entre dominador-dominado, isto é, entre empresa e moradores, uma vez que o capital econômico, por diversas vezes, fala mais alto.

Constata-se em Itabira, como em outros lugares, ser política a questão ambiental por envolver relações econômicas, englobar interesses diversos, que se corporificam, materializam-se, expressam-se na paisagem construída e na forma como essa é arquitetada. Mais que isso, uma vez construído ou destruído o espaço e o ambiente, esse efeito se reproduz na cotidianidade da cultura e das relações sociais locais.

Esta pesquisa evidencia, ainda, a complexidade das relações entre poderes desiguais e como é difícil a construção da noção de cidadania por uma população que, ao longo dos anos, acostumou-se a se resignar frente ao domínio de uma poderosa empresa. Também, aponta o desafio de se criarem estratégias de reivindicação de direitos, por estar a população desarticulada e sem representatividade constituída. Ressalta-se que o estabelecimento de uma identidade grupal significa a legitimação do grupo na sociedade como um todo e a intervenção na determinação do resultado da luta social. Concluiu-se, ainda, que, em certas situações, o sentimento de frustração leva os indivíduos a abandonar seus esforços de ação coletiva e a redirecionar suas energias a interesses privados, ou a ceder às pressões do poder maior.

O estudo do caso da Vila Paciência poderá contribuir para que as populações atingidas por efeitos negativos da mineração ou de outras atividades econômicas organizem-se, fortaleçam-se e se mobilizem como sujeitos políticos em torno dos seus direitos. Fica evidente que é na constituição como sujeitos políticos que esses grupos contrapõem-se e se opõem a outros sujeitos políticos. Além disso, o resultado desta investigação serve para alertar as empresas quanto ao uso e ocupação racional e sustentável de espaços com riquezas minerais contíguos a sítios urbanos, para evitar futuros conflitos, litígios, desalojamento de populações e ressarcimentos por perdas e danos que possam vir a ocorrer. Poderá, ainda, abrir novas discussões acadêmicas sobre os movimentos sociais e suas relações com detentores de poder econômico e político. E mais: sensibilizar para o compromisso social do pesquisador pelo esforço dedicado ao levantamento e à análise dos dados que se deixam emergir da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. Processo n. 211746/01 de 15 fev. 2002.

ACSELRAD, Henri. *Justiça Ambiental e Construção social do Risco*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. 40. ed. Rio de Janeiro- São Paulo: Record, 1998.

_____. Carlos Drummond de. Entrevista. *Revista Pau Brasil*. n. 10.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVIM, Clovis. *Escritos Bissexto*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

BARROS, Altamir José de, REIS Robinson Damasceno dos (coord.). *No tempo do Mato Dentro*. Fundação João Pinheiro – centro de estudos culturais.[s.d.]

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 201 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRA - Arquivos, 1984, 1985, 1986, 1987.

CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJE, Bernardo; ALMEIDA, Maria Ermíria Tavares de. *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CÁRITAS BRASILEIRA. Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

_____. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2 ed. v.2. Tradução Klauss Brandini Gerbrardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *A sociedade em rede*. v. 1. Tradução Roneide Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - 50 anos de História. Rio de Janeiro: CVRD, 1992. 300 p.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE- Gerência de Comunicação Regional Minas Gerais/Nordeste, 23 out. 2002. Dados estatísticos.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE- Gerência de Comunicação, 2002.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE- Gerência de Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental e Total.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE: Mineração Itabira – Timbopeba. Rio de Janeiro, 1988.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE: Perfil Histórico de Itabira.
www.cvrld.com.br > 23 fev. 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999 (Série Princípios).

COSTA, Ana Luiza B. Martins et al. *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

COSTA, Geraldo Magela. *Processo de formação do espaço das cidades monoindustriais – um estudo de caso*. 1979.95 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

CRUZ, Carlos. Chega de poeira! *Jornal O Cometa Itabirano*. ano VI, n. 85, 15 nov. 1985.

_____. Três inquéritos em defesa de Itabira. *Jornal O Cometa Itabirano*. ano VI, n. 84, 14 out. 1985.

DAMIANI, Amélia .Luisa.; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001.

DESENVOLVIMENTO LOCAL. Rio de Janeiro: Oficina Social, fev. 2000. (Cadernos da Oficina Social, 3).

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1981. 206 p.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 301 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. *Revista Terra Livre*. n. 15. 2000. p. 59-85.

FERREIRA, Diva. *Memórias*. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.

FERREIRA, Vanja Abdallah. *Desenvolvimento municipal, mineração e meio ambiente: o caso da CVRD em Itabira*. 1995. Monografia (Conclusão do curso de Ciências Econômicas) – Escola de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 6.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 230 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação. *Itabira e a Política de Recursos Minerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, 5).

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2.ed. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Centro Regional de Saúde de Itabira, 2002.

GRAZIA, Grázia de et al. *O desafio da sustentabilidade urbana*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001. 128 p. (Cadernos Temáticos, 5).

GUIMARÃES, Alisson P. *Itabira a cidade e o minério*. 1961. 181 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HARVEY, David. *Justiça Social e a Cidade*. Tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOGAN, Daniel Joseph, VIEIRA, Paulo Freire (org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: UNICAMP, 1995.

[http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe? Sih/cnv/prmg.def](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?Sih/cnv/prmg.def)

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 12 ago. 1984. p.4. (2. Caderno).

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, n. 9.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, ano IV, n. 58, dez. 1983.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, ano VI, n. 85, 15 nov. 1985.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, ano VI, n. 8613, dez. 1985.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, ano VI, n. 84, 14 out. 1985.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, 1993.

JORNAL O COMETA ITABIRANO. Itabira, ano 23, n. 270, jun. 2002.

JORNAL IMPRESSÃO ATUAL. Itabira, 1993.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano I, n. 4, dez. 2000.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano I, n. 7, mar. 2001.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano I, n.10, jun. 2001.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano I, n. 14, out. 2001.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano I, n. 16, dez. 2001.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 18, fev. 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 19, mar. 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 21, maio 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 24, ago. 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 25, set. 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 26, out. 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano II, n. 27, nov. 2002.

JORNAL VALE NOTÍCIAS. Itabira, ano III, n. 29, jan. 2003.

JORNAL ITABIRA ESPINHAÇO. Itabira, ano VIII, ed. n. 196, jun. 2002.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Espaço e política*. Tradução Margarida Maria Andrade & Sérgio Martins. Título original: Espace et politique. No prelo.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARYRINK, Geraldo. *História da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002.

MEJÍA, Marco Raúl. *Transformação social* – educação popular e movimentos sociais no fim do século. Tradução Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões da Nossa Época).

MELLO, Edinéia Maria Ribeiro de. *Mineração de ferro e enclave: estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira*. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Os Homens de Ferro*.- Estudo sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira, Minas Gerais. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986. 244 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de. (org.). *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

PAULA, João Antônio de (coord.). *Biodiversidade, população e economia* - uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, ECMUS, PADCT, CIAMB, 1997.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIQUET, Rosélia. *Cidade- empresa* - presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1998.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: J. Zahar editor, 1991.

POMPERMAYER, Malori José (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais* – emergências e perspectivas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. Departamento de Tributação, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. Secretaria Municipal de Obras, 2002. Mapa da Vila Paciência, 1984, Escala 1:1000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. Secretaria Municipal da Fazenda, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA. Setor jurídico, 2003.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar Brasil: 1910-1930*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 90).

REIS, Zenon Schueler. *Desenvolvimento sustentável do setor mineral*. Pesquisas iniciais para promover a discussão. Rio de Janeiro: FASE, 2000. (Cadernos Temáticos, 6).

REVISTA PROPOSTA. Ano XII, n. 35. set. 1987.

REVISTA ISTO É. n.. 1711. 17 jul. 2002.

REVISTA ISTO É. 18 dez. 1985.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Intervenções urbanas, democracia e oportunidade*: dois estudos de caso. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2002. (Repensando a Geografia).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, A. A. M. ; FOEPPPEL, M.; COSTA, A. J. T. *Desenvolvimento local e vulnerabilidade socioambiental*. Políticas Ambientais. Rio de Janeiro, Ibase, ano 7, n.22, 1999.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. *A Natureza do Espaço: espaço e tempo razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território – globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Maria das Graças Souza e. *A “TERCEIRA ITABIRA” - Os Espaços Político, Econômico, Socioespacial e a Questão Ambiental*. 2002. 229 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SIMONSEM, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*; análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto alegre, Belo Horizonte e Recife. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1997.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1993.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a Geografia).

TONI, Fabiano. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, n. 52, 2001, p. 79-104.

TORRES, Haroldo; COSTA Heloisa (org.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

VAINER, Carlos B.; ARAUJO, Frederico Guilherme B. de. Implantação de grandes Hidrelétricas. *Revista Travessia*. Jan./abr. 1990.

VIEIRA, Evantina Pereira. *Minas Gerais: A dominação burguesa conflitos políticos e formas de dominação (1927 – 1940)*. 1984. 267 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras , Universidade de São Paulo, São Paulo.

WERNECK, Gustavo Azeredo F.. *Prevalência y factores de riesgo para asma y otras enfermedades de origen alergico en niños escolares en la ciudad de Itabira, en Minas Gerais – Brasil*. 1995. 100 f. (Dissertação para obtenção do título de mestre em Salud Ambiental junto a Escuela de Salud Publica de México).

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Perguntas para os ex-moradores e moradores da Vila Paciência:

- 1 - Por que o bairro se chama Vila Paciência?
- 2 - De quem você adquiriu o terreno na Vila Paciência, onde construiu seu imóvel?
- 3 - Quando você adquiriu o terreno sabia que a região da Vila Paciência situava-se numa área delimitada pelo Decreto Expropriatório para mineração, concedido pelo DNPM à CVRD?

Perguntas para os ex-moradores da Vila Paciência de Cima:

- 1 - De que maneira você ficou sabendo que a Vale ia explorar minério de ferro na região da Vila Paciência de Cima?
- 2 - Que prazo foi dado a você, pela CVRD, para desocupar o seu imóvel ?
- 3 - Como foi realizada a negociação para a desapropriação do seu imóvel (entre você e a CVRD)?
- 4 - Como vocês, moradores da Vila, procuraram manter os seus direitos adquiridos ?
- 5 - Houve algum apoio de instituições e/ou entidades locais, aos moradores quando da iminência de extinção da Vila Paciência de Cima?
- 6 - Que critérios foram adotados pela Vale para avaliar e pagar os imóveis?
- 7 - Durante o período de retirada dos moradores da Vila Paciência qual foi a atuação dos órgãos de imprensa local?
- 8- Qual a atitude da Prefeitura Municipal de Itabira quando soube da possibilidade de extinção da Vila Paciência, em função da atividade minerária?
- 9 - Descreva o seu imóvel atual comparando-o com aquele em que você morava na Vila Paciência.
- 10 - Como a CVRD relacionou-se com os moradores da Vila Paciência de Cima durante as negociações de desapropriação dos imóveis e retirada das famílias que ali residiam?
- 11 - Conte como era o relacionamento entre os moradores na Vila Paciência de Cima.
- 12 - Alguma coisa lhe incomodava na Vila Paciência de Cima ?

Para os moradores da Vila Paciência de Baixo:

- 1 - Como era a vida na Vila Paciência antes da extração de minério de ferro nas Minas do Chacrinha e atualmente?
- 2 - Atualmente, quais são os problemas que a população da Vila Paciência enfrenta em decorrência do processo minerário na Mina do Chacrinha?
- 3 - Vocês tiveram algum prejuízo devido à mineração nessa mina?
- 4 - Como vocês organizaram-se e/ou se organizam para reivindicar os seus direitos e o ressarcimento das perdas sofridas?
- 5 - Como a CVRD posiciona-se frente às reclamações e reivindicações dos moradores da Vila Paciência? Como ela tem se relacionado com vocês?
- 6 - Como os poderes públicos locais (Prefeitura, Câmara Municipal, Ministério Público) posicionam-se frente aos problemas enfrentados pelos moradores da Vila Paciência? O que eles têm feito para tentar resolvê-los?
- 7 - Vocês têm recebido apoio de alguma entidade e da imprensa local na resolução dos problemas decorrentes da mineração na Mina do Chacrinha?
- 8 - A população da Vila Paciência tem consciência dos efeitos negativos da mineração para sua qualidade de vida?
- 9 - Em sua casa, há alguém, com problema de saúde devido à poluição provocada pela mineração?
- 10 - Como vocês se organizam para reivindicar da Vale ações no sentido de melhorar as condições ambientais no bairro e o ressarcimento das perdas sofridas por vocês?

Para o presidente da Associação de Moradores da Vila Paciência de Baixo

- 1 - Quais são, atualmente, os maiores problemas enfrentados pela população da Vila Paciência de Baixo?
- 2 - Você, como presidente da Associação de Moradores tem recebido apoio dos outros moradores durante as negociações com a Vale, no sentido de resolver os problemas enfrentados por vocês?
- 3 - Que dificuldades você encontra durante as negociações com a Vale e a Prefeitura?
- 4 - Qual o papel da Promotoria Pública na questão - Vila Paciência e CVRD?
- 5 - Vocês têm recebido apoio de outras entidades e instituições locais nessa luta?

- 6 - Qual a postura da Prefeitura em relação aos problemas da Vila Paciência?
- 7 - Você sabe se há probabilidade de a Vale expandir a mineração para a Vila Paciência de Baixo?
- 8 - Como presidente da Associação de Moradores qual a sua perspectiva em relação a problemática da Vila Paciência?

Para o representante jurídico da CVRD em Itabira:

- 1 - Qual é a atual situação da Vila Paciência de Baixo em relação à mineração?
- 2 - A CVRD sabia desde a década de 1970 que o bairro Vila Paciência situava-se na área do *Decreto Expropriatório* para mineração. Por que ela não impediu a expansão desse bairro ocorrida a partir dessa década?
- 3 - Como a Vale percebe os problemas enfrentados pela população da Vila Paciência de Baixo devido a expansão da Mina do Chacrinha em direção a esse bairro?
- 4 - A Vale possui algum levantamento dos efeitos causados pela mineração nos imóveis e na qualidade de vida dos moradores da Vila Paciência?
- 5 - Como e quais tem sido as reivindicações dos moradores em relação a esses efeitos?
- 6 - O que a Vale tem feito para resolver os problemas enfrentados pelos moradores desse bairro?
- 7 - Há possibilidade de a CVRD minerar a região da Vila Paciência de Baixo?

Para moradores da Vila Sagrado Coração de Jesus :

- 1 - Quando foi construída a Vila Sagrado Coração de Jesus?
- 2 – Quem morava nesse bairro?
- 3 - Fale sobre a Vila Sagrado Coração de Jesus. (tipo de casa, infra-estrutura e serviços oferecidos pela Vale).
- 4 - Como era a convivência entre os moradores dessa Vila?
- 5 - Existia alguma forma de controle da empresa em relação à vida dos moradores desse bairro?
- 6 - Em que ano a CVRD destruiu esse bairro? Como foi o processo de extinção e a saída dos moradores da Vila?
- 7 - Como a CVRD comunicou aos moradores a extinção da Vila?

- 8 - Qual foi o impacto da extinção da Vila para os moradores?
- 9 - Como ocorreram as negociações entre os moradores da Vila e a CVRD?
- 10 - Qual foi o destino dos moradores deslocados dessa Vila?

Promotoria Pública:

- 1 - Fale sobre os problemas enfrentados pelos moradores da Vila Paciência de Baixo em relação aos efeitos negativos da mineração, para seus imóveis e para a sua qualidade de vida.
- 2 - Qual é o papel do Ministério Público nessa questão?
- 3 - Que ações o Ministério Público tem levado a efeito para solucionar a questão entre moradores e CVRD?

Moradora da Vila Conceição de Cima:

- 1 - Desde quando a Sra. mora na Vila Conceição de Cima?
- 2 - Por que só a Sra. permanece nesse bairro?
- 3 - Quais são as suas reivindicações junto à CVRD? O que a Sra. tem feito para conseguir, da CVRD, o que tem reivindicado?
- 4 - Como tem sido seu relacionamento com os representantes da CVRD?
- 5 - Quais são as propostas da CVRD para que a Sra. saia desse bairro?

Para Gerentes : de comunicação e do sistema de Gestão da Qualidade Ambiental e Total da CVRD.

- 1 - Fale sobre a política ambiental da CVRD em Itabira.
- 2 - Quais são as medidas de controle ambiental implementadas pela CVRD?

Para a ex- presidente do CODEMA:

- 1 - Qual o papel do CODEMA nos seguintes momentos:
 - instauração dos dois inquéritos Cíveis Públicos contra a CVRD;
 - no momento da extinção da Vila Paciência de Cima ;
 - durante o Seminário realizado em 1993, em Itabira, para definir os termos do acordo

entre o Ministério Público, FEAM e CVRD, em relação ao meio ambiente da cidade.